



Universidade de Évora
Escola de Ciências Sociais
Departamento de Linguística e Literaturas

Curso de Mestrado em Línguas Aplicadas e Tradução

PROFISSÃO: *Tradutor*

RELATÓRIO DE ACTIVIDADE 2004-2008

Experiências e reflexões pessoais



186742

Autora: Ana Paula Henriques Baptista Gonçalves

Orientadora: Professora Doutora Ana Clara de Sousa Birrento Matos Silva

Évora, Outubro de 2009

Agradecimentos

O presente relatório não teria sido possível sem o contributo de muitos, a quem passo a agradecer:

Em primeiro lugar, à Professora Doutora Ana Clara de Sousa Birrento Matos Silva - que aceitou orientar este meu trabalho -, pelo rigor crítico, pelos sábios conselhos, pelo acompanhamento e dedicação (mesmo nas minhas ausências), pelo encorajamento e incentivo, pela total e completa disponibilidade. Pelas palavras adequadas nos momentos oportunos. Por ter sabido ouvir e respeitar as minhas opiniões e ideias. E por, com tudo isso, ter contribuído para a minha valorização profissional e para o meu enriquecimento pessoal.

Aos Membros da Comissão de Curso, que, desde o primeiro momento, me fizeram sentir em casa.

A todas aquelas pessoas que, em associações, instituições e entidades de vária ordem, amavelmente se disponibilizaram para me ajudar a actualizar dados relativos à actividade da tradução no nosso país e na Europa.

Aos familiares, amigos e colegas, pelo apoio dado, sobretudo nos momentos de maior cansaço e desânimo (eles sabem quem são).

E a Deus, por ter criado tantas línguas, tendo ao mesmo tempo incutido essa incontornável necessidade de comunicar no Homem (e na Mulher um pouco mais), condenando-nos, assim, à tradução.

Resumo

No presente relatório de actividade baliza-se como período de análise o quinquénio 2004-2008, um período marcado por mudanças profundas resultantes da globalização, de uma mobilidade crescente e de uma interligação sem precedentes entre as pessoas, que cria uma necessidade maior de conhecer o outro. Estas mudanças permitem valorizar a tradução, enquanto meio para ultrapassar a incomensurabilidade entre as diferentes línguas.

Impõe-se, nesta nova realidade, estudar as características do mercado, avaliar e reflectir sobre as metodologias utilizadas, analisar novos procedimentos, técnicas e recursos, com vista a adaptar a esse novo contexto o perfil do profissional da tradução, cujo posicionamento é agora obrigatoriamente diferente, e retirar conclusões para poder estabelecer boas práticas, úteis ao desempenho da actividade.

Quisemos chamar a atenção para o papel fundamental do profissional da tradução, essa que é, afinal, uma actividade transversal, imprescindível a todas as áreas do saber e do conhecimento, bem como a toda a sociedade.

Palavras-chave: processo tradutório, mercado da tradução, competências do tradutor, ética.

PROFESSION: Translator
ACTIVITY REPORT 2004-2008
Personal Experiences and Reflections

Abstract

This activity report analyses a five year period between 2004-2008, a period marked by profound changes resulting from globalisation, increased mobility and an unprecedented connectivity between individuals, thus creating a greater need to know others. These changes have reinforced the importance of translation, as a means of overcoming linguistic barriers.

In this new context, it is imperative to study the characteristics of the market, assess and reflect upon the methodologies used and analyse new procedures, techniques and resources so that translation professionals can adapt to this new reality. Translation professionals must perforce position themselves in a different manner and arrive at conclusions in order to be able to establish best practices, increasingly essential for performing their tasks.

This report seeks to highlight the fundamental role of translation professionals, since translation is, in fact, a transversal activity, indispensable to all areas of knowledge and know-how as well as all of society.

Key-words: translation process, translation market, translation skills, ethics.

Índice

Agradecimentos.....	ii
Resumo.....	iii
Índice.....	v
I. Justificação, motivações e objectivos.....	vii
II. Estrutura do relatório.....	viii
III. O Contexto.....	xi
Relatório de Actividade 2004-2008.....	1
1. Introdução.....	2
2. Algumas reflexões preliminares sobre a taxionomia da tradução.....	13
3. Tradução literária.....	21
3.1. <i>A Hora Azul</i> - partilha de uma experiência.....	25
4. Tradução técnica e tradução científica.....	31
4.1. Documentar-se para traduzir.....	39
4.2. Traduzir para as instituições da UE.....	41
5. Formação profissional - ou o encontro teoria/prática.....	57

6. Ferramentas electrónicas aplicadas à tradução.....	63
7. O tradutor e a ética profissional.....	66
8. Conclusões (<i>Resumo do relatório, Contributos do trabalho, Perspectivas para o futuro</i>).....	75
Bibliografia.....	79

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Esquema de Nida sobre os estádios do processo tradutório.....	17
Tabela 2 - Caso 1: Tradução técnica.....	18
Tabela 3 - Caso 2: Tradução literária.....	18
Tabela 4 - Elementos de um projecto de tradução.....	34
Tabela 5 - Os números do multilinguismo na UE.....	47
Tabela 6 - As línguas oficiais da UE de 1957 a 2007.....	49
Tabela 7 - Os distintos níveis das relações que o tradutor estabelece.....	67

Índice de fotos

Foto 1 - Capa da versão espanhola.....	30
Foto 2 - Capa da versão portuguesa.....	30

I. Justificação, motivações e objectivos

O presente Relatório de Actividade é elaborado enquanto requisito para a conclusão do Mestrado e obtenção do grau de Mestre, realizado ao abrigo do Despacho N.º 98/2008, de 8 de Setembro ("Vale a Pena ser Mestre" - Programa de Obtenção do Grau de Mestre para licenciados dos cursos anteriores à reforma de Bolonha).

É motivado pela necessidade de fazer uma reflexão - profunda, abrangente, consciente - sobre o percurso profissional dos últimos cinco anos, para aferir da pertinência dos métodos seguidos, das técnicas utilizadas, dos resultados obtidos, enfim, para concluir se acompanhámos as tendências e mudanças entretanto operadas no mercado, se tivemos em conta os novos avanços e a transformação a que se assistiu nos últimos anos a nível dos fundamentos epistemológicos das disciplinas linguísticas, hoje viradas para a utilização da língua em contextos concretos, profissionais, com uma perspectiva realista. Uma reflexão que se nos impunha enquanto profissionais numa época em mudança.

Pretendemos, em termos específicos, abordar os aspectos mais significativos e determinantes da profissão de tradutor, exercida entre 2004 e 2008: definir os requisitos do tradutor, analisar os condicionalismos da actividade, antecipar cenários futuros. Pretendemos, mais genericamente, contribuir para o estudo da tradução em contexto profissional e colocar o tradutor no centro desse estudo, fundamental para o futuro desta disciplina.

II. Estrutura do relatório

O presente Relatório de Actividade articula-se em 8 capítulos que, apesar de independentes e versando cada um deles sobre uma temática particular, se interligam na medida em que todos os assuntos abordados fazem parte de uma mesma realidade: a actividade da tradução que desenvolvemos em contexto profissional no quinquénio 2004-2008. Uns assuntos remetem para outros, umas questões trazem outras a colação, as dúvidas que uns temas levantam são respondidas por outros. Alguns tópicos não podiam deixar de ser transversais a todos os capítulos, nomeadamente a inevitabilidade da tradução, o papel do tradutor, as diferentes competências do tradutor, a relação com o cliente, a qualidade, as metodologias, a função da tradução na sociedade.

A estes diferentes capítulos demos a ordem que nos pareceu mais clara e lógica para apresentar tanto as actividades desenvolvidas como as reflexões que as mesmas nos mereceram e que julgamos pertinentes para extrair ilações e repensar o futuro da actividade e das nossas metodologias.

1. Introdução

Depois de, no "Contexto", nos termos debruçado sobre o estatuto do tradutor, o reconhecimento e a visibilidade da profissão, de apresentarmos dados concretos sobre as entidades que se dedicam e defendem esta actividade no nosso país, sobre as mudanças introduzidas neste período e as repercussões que tiveram na nossa profissão, e como nos posicionámos nesse mercado em mutação, neste capítulo da "Introdução", já parte integrante do "Relatório de Actividade", referimos e explicámos as metodologias seguidas para chegar à qualidade pretendida, apresentámos a EN 15038, as várias fases da tradução, as actividades que complementaram a tradução, o caminho que traçámos e pretendemos seguir.

2. Taxionomia da Tradução

Nesta nossa análise e reflexão afigurou-se-nos indispensável, a dado momento, fazer esta distinção entre os vários "géneros" da tradução, ainda que nem

sempre tarefa fácil, para explicar a especificidade e as dificuldades de cada um deles. Quisemos demonstrar que o processo tradutório é o mesmo, independentemente do tipo de texto a traduzir, mas que este condiciona as opções do tradutor, dado que visam finalidades diferentes, destinam-se a leitores diferentes.

3. Tradução literária

Apresentámos neste capítulo a especificidade da tradução literária, o "género" em relação ao qual a tradução se afigura, por excelência, "mais impossível", "menos exequível", onde se levantam questões de ordem cultural, extralinguística portanto.

Quisemos partilhar a experiência da tradução de uma obra galardoada com um prémio literário, revelando a metodologia utilizada, as dificuldades sentidas, as soluções encontradas, as fragilidades do sistema em que se insere a tradução deste tipo de texto no nosso país.

Aludimos neste capítulo ao conceito de "paratradução", que acreditamos que ganhará um novo fulgor nos próximos anos dentro do estudo da tradução.

4. Tradução técnica e científica

Iniciámos este capítulo com uma análise do mercado e da procura deste tipo de tradução. Fez aqui mais sentido do que em qualquer outro capítulo referir e desenvolver o conceito de "projecto de tradução", bem como ainda a questão de saber se o tradutor pode ou não, deve ou não, traduzir para outra(s) língua(s) diferente(s) daquela que é a sua língua materna. Questões sem dúvida pertinentes numa reflexão sobre a tradução.

Referimos as temáticas traduzidas, e, num segundo subcapítulo, desenvolvemos mais circunstanciadamente a tradução para as Instituições comunitárias, que exige, no nosso entender, um tratamento próprio e diferenciado, pela sua especificidade.

Não pudemos deixar de mencionar a importância das competências informacionais (num primeiro subcapítulo), numa era marcada pela informação, pelo conhecimento e pela transmissão dos mesmos.

5. Formação

No quinquénio em análise fizemos formação em várias áreas, aquelas que considerámos, à época, importantes e adequadas, com vista a desempenhar melhor a nossa actividade. Reflectimos também sobre a pertinência da mesma.

6. Ferramentas electrónicas

Imprescindíveis principalmente ao tradutor técnico, as ferramentas electrónicas impuseram-se à actividade da tradução como um suporte que permite rentabilizar e racionalizar a actividade.

Importa saber distingui-las e perceber em que tipo de tradução devem ser utilizadas, dado que o seu recurso nem sempre é aconselhável, por não conduzir aos resultados para que as mesmas foram concebidas.

7. Ética

Fundamentos éticos devem presidir sempre a qualquer actividade económica, na nossa visão, e a tradução não pode ser excepção. Equipamos a ética na profissão, em termos de importância, à aquisição de competências que nos permitem desenvolver e realizar o nosso trabalho. Entendemos que um profissional só pode realizar-se e ter um lugar no mercado de trabalho se adoptar posturas éticas.

8. Conclusões

Fizemos, essencialmente, uma reflexão sobre o desenvolvimento do presente relatório, sobre os contributos deste trabalho e sobre as perspectivas para o futuro.

III. O Contexto

E o Senhor disse: (...) «Vamos, pois, descer e confundir de tal modo a linguagem deles que não se compreendam uns aos outros.»

Génesis 11: 6-7

Assim estamos, assim existimos, dispersos e confusos e chamados a quê? Obviamente à tradução.

(RICOEUR 2004:34-35)

O estatuto do tradutor não sofreu, em termos jurídicos e fiscais, qualquer alteração em Portugal no quinquénio objecto da nossa análise, pese embora o facto de o mercado da tradução ter conhecido, no mesmo período, mudanças profundas e significativas (designadamente uma maior procura de serviços de tradução e de serviços linguísticos resultante de uma maior mobilidade entre as pessoas, da intensificação dos intercâmbios e das trocas comerciais à escala planetária, de uma economia global; a exigência por parte do mercado de uma maior qualidade destes serviços; e a introdução das TIC na tradução) que se prevêem venham a ter repercussões num futuro não muito distante, alterando o panorama do exercício da actividade, podendo, inclusivamente, como é desejo de muitos profissionais do sector - ainda que vá ao arrepio da vontade de muitos outros -, vir a produzir alterações a nível da regulamentação da actividade e, até mesmo, da sua prática e exercício.

A profissão, já anteriormente reconhecida - figura na lista do Código das Actividades Empresariais (CAE), podendo o profissional inscrever-se sob a designação "Actividades de secretariado, tradução e endereçagem" (código 74850) ou sob a designação "Outras actividades de serviços prestados principalmente às empresas (código 74872) -, continua por regulamentar, ao contrário de muitas outras profissões que se lhe poderão equiparar em termos de grau de exigência intelectual (engenheiros, médicos, técnicos de contas, farmacêuticos...), o que implica que qualquer pessoa pode, independentemente das suas habilitações académicas ou do seu percurso profissional, dar início de actividade como tradutor numa repartição de finanças e prestar serviços legalmente neste domínio tão específico e concreto, de inquestionável relevância social,

dado estar intimamente ligado ao conhecimento e à informação, e para a prestação do qual é fundamental ter não só um conhecimento teórico ou teórico-prático como estar consciente e sensibilizado para a especificidade do mesmo. Qualquer pessoa - que exerça ou não a actividade de tradutor, saiba línguas ou não saiba línguas, que exerça ou não uma profissão, qualquer que ela seja, esteja desempregada ou inserida no mercado de trabalho, com contrato definitivo ou a termo, trabalhando por conta própria ou por conta de outrem, desde que não seja parte interessada nem tenha interesses no(s) documento(s) traduzido(s) - pode, ainda, assinar traduções certificadas (a certificação confere à tradução um valor idêntico à oficialização¹), aquelas que, em vários países, nomeadamente europeus, são denominadas "traduções juramentadas"², e para as quais o tradutor deve ter competências específicas documentadas e delas fazer prova. É um vazio incompreensível, uma vez que os países nossos vizinhos³ reconhecem e regulamentaram essa figura, tal como o fez o Brasil.

Em Portugal continua a não existir qualquer norma explicitando as exigências e os requisitos que o tradutor deve preencher para exercer a profissão (pessoa singular) ou a actividade (pessoa colectiva). Lacuna a que não são totalmente alheios os próprios profissionais do sector, mal organizados e com interesses divergentes e antagónicos, e falha que é decorrente, também, e sobretudo, de uma evidente falta de vontade política por parte das entidades públicas responsáveis pela regulamentação das actividades económicas. Prevalece, contudo, nalguns profissionais do sector, que se vêem prejudicados por este vazio regulamentar, a vontade de mudar a actual situação, e prova disso são as alterações introduzidas, no período em análise, no Sindicato Nacional da Actividade Turística, Tradutores e Intérpretes (SNATTI)⁴, plasmadas numa nova orientação e atenção dirigidas aos tradutores e intérpretes, apesar de o sindicato manter a sua vocação centrada nos

¹ A tradução é certificada pelo tradutor junto das autoridades competentes para o efeito (notários e advogados). Vide Decreto-Lei n.º 237/2001, de 30 de Agosto (<http://www.dgpj.mj.pt/sections/citius/livro-x-leis-sobre/pdf-joa/dl-237-2001/>).

² A expressão "tradução juramentada" - ou "tradução pública" - é a utilizada no Brasil. Em Portugal, é habitual optar-se pelo termo "ajuramentada", embora, como não existe essa figura, se tenha optado aqui pelo termo utilizado no Brasil, onde esse tipo de tradução está reconhecido e regulamentado. A tradução juramentada, no Brasil, só pode ser realizada por um "Tradutor Público Juramentado", nos termos do Decreto n.º 13.609, de 21 de Outubro de 1943, ainda em vigor (depois de ter sido revogado em 1991 e, em 1993, anulada essa revogação). Este profissional é credenciado como "Tradutor Público e Intérprete Comercial" pela Junta Comercial do Estado da sua residência, órgão que fixa os preços que, no Estado, o tradutor pode cobrar pela tradução juramentada. Ou seja, num mesmo Estado, o preço cobrado por estes profissionais tem de ser o mesmo.

³ Em Espanha existe a figura do "*Traductor Jurado*", profissional habilitado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros; deve ser licenciado em Tradução ou aprovar um exame organizado anualmente pelo MNE. Em França existe a "*Traduction Assermentée*" ou "*Traduction Certifiée*", que é feita ou revista por um *Traducteur Expert Judiciaire*, que lhe confere carácter oficial.

⁴ www.snatti.org

profissionais da actividade turística (foi só a partir de 1990 que o SNATTI passou a representar também os profissionais da tradução); e ainda a constituição, em Julho de 2005, de uma nova associação que, não sendo profissional, e não rivalizando, por isso, com a Associação Portuguesa de Tradutores⁵, fundada há cerca de vinte anos, pretende dar uma maior visibilidade à actividade, associando profissionais, estudiosos, investigadores e todos os que se interessam pela temática: a ATeLP (Associação de Tradução em Língua Portuguesa)⁶. O artigo 4.º dos seus Estatutos consagra que "*A ATeLP é uma associação privada sem fins lucrativos que tem por objecto cultivar, desenvolver, promover e divulgar a prática, o estudo, o ensino, a investigação e as aplicações da tradução em geral e da tradução especializada em particular, de e para a língua portuguesa*".

No entanto, os seus associados não passam de três dezenas, a Associação Portuguesa de Tradutores conta com cerca de mil e duzentos membros e os tradutores sindicalizados rondam uma centena. A Associação Portuguesa de Empresas de Tradução, constituída em 1999, contava, nos finais de 2008, com 15 membros de um universo de cerca de 400 empresas de tradução de direito português legalmente constituídas em território nacional. Os tradutores sentem que a filiação nestas entidades não lhes traz vantagens, nomeadamente a nível de angariação de clientes ou de divulgação do seu trabalho, tarefa que incumbe ao próprio profissional, mas que é afinal o que procuram como contrapartida do pagamento de inscrição, jóia e quotas.

Não se dispõe de dados concretos sobre o número de tradutores existentes em Portugal, nacionais e estrangeiros, dado que algumas pessoas que exercem a actividade como trabalhadores independentes não estão inscritas como tradutores e as que fazem tradução *in-house* para algumas médias e grandes empresas não estão regra geral contratadas como tradutores, além de também não o serem a tempo inteiro, dado que, além da tradução, desempenham ainda, nomeadamente e entre outras, funções de secretariado e administração. Os estrangeiros residentes em Portugal que se dedicam à tradução fazem, muitas vezes, os seus descontos fiscais e as suas cotizações para a segurança social nos seus países de origem, pelo que é difícil contabilizá-los com uma exactidão que valha a pena referir. Os tradutores em Portugal superam, sem qualquer dúvida, o número de filiados em associações e sindicatos profissionais do sector, a julgar pelo número de licenciados que, entre 2004 e 2008, deram entrada no mercado de trabalho. Em 2003

⁵ www.appt.pt

⁶ www.atelp.pt

contabilizava-se a oferta de 17 licenciaturas em tradução e de número idêntico de cursos de pós-graduação nesta mesma área no nosso país, sem dúvida uma sobrecarga da oferta que teve as suas repercussões no período da nossa análise, período em que se assistiu ao encerramento de alguns destes cursos, devido à falta de inscrições em número suficiente que permitisse a sua viabilização, consequência, precisamente, dessa saturação que o mercado acusou. É uma tendência que tudo leva a crer que se manterá num futuro mais ou menos próximo; na verdade, somos de opinião de que não há necessidade de formar um número significativo de novos tradutores, mas sim de actualizar e continuar a formar os já inseridos no mercado de trabalho. São inquestionáveis as vantagens de qualificar pessoas para o sector, mas uma oferta desajustada da procura desestabiliza o mercado, além de criar frustração nos recém-formados, situação de resto também vivida noutros sectores. Ainda que nem todos esses recém diplomados tenham conseguido dedicar-se à actividade, por opção pessoal ou pelas dificuldades encontradas que os tenham obrigado a enveredar por outra via profissional, o volume de trabalho de tradução que as diferentes actividades económicas no país geram, ao que se alia um volume, bastante inferior, de trabalho solicitado por empresas sediadas no estrangeiro, indicia claramente a existência de um número considerável de profissionais no nosso país, que asseguram a tradução tanto para a língua portuguesa como desta para outras línguas.

É também durante este período, mais concretamente a 13 de Abril de 2006, que é aprovada pelo CEN (Comité Europeu de Normalização) a norma europeia para os serviços de tradução (EN 15038), cuja redacção contou também com a participação de profissionais portugueses. Esta norma europeia constitui uma resposta a uma necessidade sentida pelo sector, à escala europeia, de se guiar por especificações técnicas comuns, que devem ser observadas por todos os profissionais. Representantes do sector, bem como todas as partes interessadas, reuniram-se, a nível europeu, para dar resposta a essa necessidade de colmatar um vazio regulamentar, tendo acordado, de forma voluntária, um conjunto de critérios que entendem ser aqueles que devem ser observados no desempenho da actividade da tradução, por serem os que se revelam mais idóneos e resultantes das boas práticas, para se obter uma qualidade elevada, que se pretende alcançar e pela qual se pretende nivelar o mercado, que assim o exige cada vez mais. O facto de o processo de normalização ser, na Europa, orientado pelas empresas dos diferentes sectores garante que as normas aprovadas são uma resposta o mais cabal possível às necessidades e exigências dos diferentes sectores implicados, contribuindo para uma concorrência mais sã entre as várias empresas e

profissionais, melhorando o ambiente económico em que a actividade se desenvolve. Muitas normas serviram inclusivamente de base a actos legislativos, pelo que podem considerar-se um primeiro passo na via de uma regulamentação dos sectores, aportando um carácter vinculativo, de que as normas carecem. De qualquer das formas, as normas não deixam de contribuir, ainda que não impliquem qualquer obrigatoriedade, para a realização de um mercado único pautado por uma concorrência livre e justa, beneficiando todas as partes, profissionais do sector e consumidores.

A norma EN 15038 passou a integrar o acervo normativo nacional (teve um prazo para esse efeito até 30 de Novembro de 2006), pelo processo de adopção (que é um processo administrativo), e não por homologação, o que teria implicado a elaboração de uma versão oficial em língua portuguesa, que não existe⁷. Contudo, não é possível a certificação ao abrigo desta norma, dado que não foram desenvolvidos referenciais para certificação de empresas de tradução, e os organismos nacionais de normalização sectorial não receberam qualquer solicitação no sentido de desenvolver a norma europeia. Nela estabelecem-se os requisitos para o desempenho da actividade do tradutor, com base nas boas práticas: descreve as funções atribuídas ao tradutor, enumera as competências deste profissional (de tradução, linguística e textual, de pesquisa, aquisição e processamento de informação, cultural e técnica), coloca em evidência a figura "*pivot*" do gestor do projecto de tradução, destaca a necessidade do trabalho em equipa (gestor do projecto de tradução, tradutor(es), revisor(es), revisor(es) técnico(s), revisor(es) de provas), imprescindível para assegurar a qualidade do serviço, estabelece os diferentes passos que o processo tradutório deve cumprir, não esquecendo o imprescindível sistema de gestão da qualidade.

Todavia, a mudança mais significativa ocorrida neste período com repercussões no mercado da tradução - ou no mercado dos serviços linguísticos, para utilizar a expressão contemplada na norma europeia - tem na sua origem a globalização e as novas tecnologias de informação e comunicações (TIC).

A globalização (inicialmente também denominada mundialização) é entendida como uma nova fase do capitalismo, resultante do crescimento económico, do desenvolvimento tecnológico e da interligação das pessoas (mediante mobilidade e telecomunicações), caminhando em direcção a uma integração das diferentes economias nacionais numa única economia de mercado mundial. Um mercado global que implica a "desterritorialização" (não se sabe onde um produto é fabricado, já que as partes que o

⁷ As versões oficiais da norma EN 15038 são a inglesa, a francesa e a alemã.

compõem provêm de várias partes do globo) e a deslocalização de empresas, numa busca por aumentar a produção e os lucros e, desta forma, crê-se, melhorar as condições de vida de todos.

Esta nova sociedade globalizada recebeu um enorme e decisivo impulso com a troca de informação e a intensificação das comunicações à escala planetária, que se alicerça na acção dos meios de comunicação social, no poder das tecnologias e na cultura da informatização. Trata-se de alterações introduzidas a um ritmo muito acelerado, assumindo por vezes a forma de mudanças radicais, que levaram à internacionalização da produção, a uma nova organização da empresa e da economia e a transformações no seio das instituições. O mundo interliga-se, há uma interdependência de todos os povos e países do mundo, agora uma "aldeia global". Interiorizam-se novos conceitos, e os indivíduos têm consciência da necessidade de mais habilitações académicas e de uma formação ao longo da vida para se inserirem e manterem no mercado de trabalho, como única forma de poderem estar aptos e preparados para fazer frente às novas exigências e às novas responsabilidades que lhes são exigidas, aos novos reptos que se lhes deparam. A procura de serviços linguísticos, e não só de tradução, leva à procura de empresas que ofereçam serviços linguísticos, valências que complementam a tradução, e à oferta de multiserviços linguísticos, alterando o perfil de quem trabalha neste domínio. Impõe-se, por conseguinte, uma auto-reflexão ao profissional da indústria da linguagem. O relacionamento entre tradutor e sociedade altera-se. A tradução começa a ser feita e pensada de uma forma diferente, para satisfazer novas exigências e adequar-se a uma nova realidade.

O conhecimento é a base que faz mover a economia: a esfera cultural passa a andar de mãos dadas com os processos de produção, de trabalho e de consumo. A evolução das telecomunicações e o aumento dos intercâmbios culturais levam a um maior conhecimento das línguas estrangeiras, mas também à percepção, por parte dos actores económicos, de que a tradução vai mais além do conhecimento de línguas, de que o tradutor já não se limita a traduzir ou de que traduzir é um conceito mais vasto do que aquele a que estavam habituados, pelo que passam a recorrer mais aos serviços dos profissionais da linguagem.

Ou seja, o processo de globalização vem valorizar a tradução, ao proporcionar uma maior e mais intensa troca entre agentes económicos e entre agentes culturais. As empresas internacionalizam-se; os autores de textos (literários ou não) - e o público em geral - abrem-se a novas culturas e a literaturas não ocidentais. Os produtos e serviços, para

chegar a todos, precisam de estar disponíveis em várias línguas; os escritores passam a ter um público muito mais alargado, que o tradutor (literário) tem de ter em conta.

Surge então a localização, decorrente da internacionalização e da globalização, que pode ser descrita como o processo de modificação de produtos e serviços para ter em conta as diferenças existentes em mercados distintos, que obrigou à criação ou alteração de produtos com o objectivo de facilitar a sua utilização em países e por consumidores com línguas diferentes. Não se trata de um processo linguístico; a localização é o processo de adaptação de produtos e serviços de acordo com os mercados a que se destinam, por forma a conferir-lhes uma aparência de "nacional" em todos os mercados, uma fórmula que veio a revelar-se de sucesso para as empresas venderem fora das suas fronteiras. O que deve ser traduzido e/ou adaptado? Tudo o que possa não fazer sentido no mercado de chegada dos produtos ou serviços (na melhor das hipóteses) ou que possa ser, inclusivamente, ofensivo (no pior dos casos), como sejam imagens, cores, abreviaturas, siglas, nomes, fotos de gestos, vestuário, etc. Imaginamos que será difícil vender entre a comunidade hindu um vestido de noiva de cor branca, e quem quiser introduzir num mercado de língua espanhola um produto ou serviço denominado "*Meo*" terá de pensar num novo nome para o mesmo. São conhecidos os casos de nomes de modelos de automóveis, por exemplo, que tiveram de ser substituídos por nomes completamente diferentes para poderem entrar num dado mercado estrangeiro. Os produtos localizados têm uma melhor aceitação nos mercados locais. Prende-se também com esta perspectiva, sem dúvida, o desenho da capa de livros literários (e de textos não literários) que podem funcionar nuns mercados como factor de atracção para o consumidor e ter, noutros, o efeito oposto.

A localização tem início nos princípios da década de 1990, de uma forma muito insípida, mas, muito rapidamente, em menos de uma década, vem a revelar-se uma indústria milionária⁸, cujo crescimento parece inevitável, tal como a globalização parece ser um processo irreversível.

As línguas despertam o interesse de economistas e de agentes económicos. Estudos entretanto realizados por economistas revelaram que as línguas são um instrumento das trocas comerciais e que, para comprar, o recurso a uma língua internacional (geralmente o inglês) é válido, mas quando se trata de vender, o quadro já se altera, dado que vende mais

⁸ Segundo as estimativas da LISA (*Localization Industry Standards Association*), em 2003 o sector da localização gerava vendas, à escala mundial, no valor de 5 mil milhões de dólares norte-americanos. Estes dados levaram à constituição de empresas que apenas se dedicam à localização, não prestando, à semelhança do que fazem outras, qualquer outro tipo de serviço linguístico. (<http://www.lisa.org>)

quem domina a língua local, isto é, a dos compradores. Outros estudos deste período revelaram ainda que as negociações comerciais concluem com mais êxito quando os parceiros podem expressar-se na sua própria língua. Conclusões que os actores económicos decerto não pretendem desprezar.

A localização necessita, pois, da tradução, uma das suas etapas⁹, que além de uma adaptação local, tem uma componente comercial, já que o texto faz parte do produto. Com a localização, entram no mercado, simultaneamente, várias versões linguísticas do produto. Observou-se que esta característica da simultaneidade de diferentes versões linguísticas dos produtos transpôs as fronteiras dos produtos e serviços que inicialmente recorriam a este processo, sendo também adoptada, por exemplo, pelo mercado da tradução e edição literária, quando os editores conciliam interesses e pensam retirar vantagem de, por exemplo, uma maior divulgação da obra de cujos direitos são titulares. É cada vez mais frequente assistir-se ao lançamento de uma obra na língua original em simultâneo com o lançamento em várias outras línguas, noutros países. O impacto é maior, os lucros são maiores.

A globalização trouxe consequências positivas e consequências negativas, cuja abordagem e discussão extravasam o âmbito e a finalidade deste trabalho e desta reflexão. No entanto, os tradutores e os intérpretes são, inegavelmente, o - ou pelo menos um - veículo da globalização, nesta era da comunicação, da informação e do conhecimento, cujas barreiras linguísticas têm, obrigatoriamente, de ser transpostas.

Mas se, por um lado, a globalização permitiu "dissolver" fronteiras nacionais, se permitiu nivelar diferenças, se introduziu uma cultura de massas, por outro, a pluralidade de culturas é aproveitada e vista como uma pluralidade de produtos, da qual se deve tirar partido, e assiste-se, concomitantemente, a movimentos de auto-afirmação de minorias, à defesa do respeito pelas diferenças históricas e culturais, da língua materna, ainda que de minorias. As línguas regionais e minoritárias reclamam o seu lugar e o seu papel, cresce o interesse pelo seu estudo e conhecimento, facto a que não fica alheia a actividade económica global. A língua portuguesa, aliás, é também alvo deste fenómeno e muitos têm sido os passos dados no sentido da obtenção do estatuto de língua internacional, que conta

⁹ Segundo a LISA, a localização inclui a globalização, a internacionalização, a localização e a tradução (com a designação colectiva de GILT). É interessante o que Pierre Cadieux e Bert Esselink dizem no seu artigo intitulado "*GILT: Globalization, Internationalization, Localization, Translation*" sobre estes quatro momentos: "*We should perhaps feel a little GILTy that of the above four terms, only translation is generally well understood.*"
Edição em linha: http://www.lisa.org/globalizationinsider/2002/03/gilt_globalizat.html?printerFriendly=yes

com um número crescente de defensores e de iniciativas. A língua portuguesa tem, inegavelmente, um papel de língua-ponte que une países e continentes. Comum a mais de 200 milhões de falantes em todo o mundo, língua oficial de oito Estados espalhados por quatro continentes, a língua portuguesa é ainda língua oficial e de trabalho nas seguintes organizações internacionais: União Africana (Acto Constitutivo da União Africana, Art.º 25.º "Línguas de Trabalho")¹⁰, SADC (Comunidade para o Desenvolvimento dos Países da África Austral)¹¹, e Mercosul (Tratado de Assunção para a Constituição de um Mercado Comum, Capítulo I, Artigo 17.º "Idiomas Oficiais")¹². Muitas têm sido as iniciativas nos últimos tempos para conseguir converter a língua portuguesa em língua global. Refira-se, a título de exemplo, que foi assegurada a interpretação da língua portuguesa para as seis línguas oficiais na 63.ª Assembleia-Geral das Nações Unidas (Nova Iorque, Setembro de 2008), uma iniciativa portuguesa na sequência das decisões adoptadas na Cimeira de Lisboa da Comunidade de Países de Línguas Portuguesas (CPLP), com o objectivo de lançar o português como "língua global". São oportunidades de trabalho que se abrem ao mercado das línguas e, concretamente, aos nativos de português, que poderão ver aumentar a procura de traduções de e para português. Nesta era da globalização, em que a economia deixou de se basear em produtos e serviços para se converter numa economia da informação, a língua veículo dessa informação tornou-se uma língua internacional, designada, nos últimos tempos, por "língua global", como David Graddol a denomina em "*The Future of English?*"¹³, texto de 1997, e, também desse ano, David Crystal, em "*English as a Global Language*"¹⁴, expressão logo adoptada por outros autores, como Kachru e Nelson¹⁵, em textos de 2001, e Yasukata Yano e Yoji Tanabe, ambos da Universidade de Waseda, no Japão, em textos mais recentes, de 2003¹⁶. Essa língua global é, actualmente, o inglês, que se converteu, sem dúvida com o impulso do desenvolvimento tecnológico registado nos países de língua inglesa, na língua franca imprescindível para a

¹⁰ Sítio da Internet <http://www.africa-union.org/> (apesar de existir um ícone correspondente à versão em língua portuguesa do sítio, ao clicar-se sobre o mesmo o leitor depara-se com a seguinte informação "Will be available soon!!!").

¹¹ Sítio da Internet <http://www.sadc.int/>, também sem acesso à versão portuguesa apesar de figurar indicação nesse sentido.

¹² Com versão em língua portuguesa acessível no sítio Internet.

¹³ GRADDOL, David. *The Future of English?*, Londres: British Council, 1997. Edição em linha (2000): <http://www.britishcouncil.org/learning-elt-future.pdf>.

¹⁴ CRYSTAL, David. *English as a Global Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

¹⁵ KACHRU, B. B. & NELSON, C. L.. *World Englishes*. Burns & Coffins (eds.). *Analyzing English in a Global Context*. Nova Iorque: Routledge, 2001.

¹⁶ YANO, Yasukata. *Communicative Competence and English as an International Language*. Intercultural Communication Studies XII, 2003. TANABE, Yoji, *Can We Really Teach English as an Global Language?*. Japão: Proceedings of the 7th Conference of Pan-Pacific Association of Applied Linguistics, p.17. Edição em linha: <http://www.paaljapan.org/resources/proceedings/PAAL7/pdfs/02yoji.pdf>

comunicação no domínio científico e no domínio empresarial, desfrutando da condição de meio de comunicação internacional ou língua franca, isto é, língua de comunicação mundial. Uma língua será "língua global" e manter-se-á nessa condição enquanto for língua veicular do saber e do conhecimento. As línguas debatem-se por espaços e protagonismos, por esse lugar de veículo global do conhecimento e da informação. Uma definição clara deste conceito é-nos dada no discurso de abertura da Conferência, realizada em 2008 em Maputo, subordinada precisamente ao tema "Português - Língua Global", proferido pelo Presidente da República Portuguesa: "*O conceito de «língua global» significa que um determinado idioma ocupa uma posição privilegiada num grande número de países e que essa posição pode determinar que muitos outros lhe atribuam um lugar de relevo, fomentando o seu ensino como língua estrangeira*". E acrescenta, mais adiante, "*No mundo globalizado dos nossos dias, a língua deve ser valorizada como uma vantagem competitiva*".¹⁷ Pretende-se, assim, aproveitar a língua enquanto mais-valia económica a vários níveis: língua de comunicação global em domínios chave, como o comércio, a investigação, a tecnologia, a inovação (daí, "veículo de progresso"), enquanto chamada de atenção para os países e povos que a falam no seu dia-a-dia, enquanto gerador de receitas provenientes da indústria das línguas.

Os dois aspectos atrás referidos - globalizar, derrubar fronteiras, por um lado, e respeitar o individual, a diferença (em relação à maioria), por outro - que, à primeira vista, podem parecer antagónicos mas que, afinal, convivem bem, já que a pluralidade de culturas é aproveitada e entendida como uma pluralidade de produtos a "comercializar", a "trocar", e, daí, a defender, abrem um potencial à indústria da linguagem, que os profissionais do sector devem saber aproveitar. Só o poderão fazer, porém, se estiverem bem apetrechados, bem preparados e bem dotados dos recursos imprescindíveis susceptíveis de lhes permitir ser competitivos e adaptar-se às novas formas de trabalho, às novas tecnologias e ferramentas informáticas e tecnológicas (cujo desenvolvimento conheceu um grande impulso desde a década de 1990), ao novo enquadramento entre membros de uma mesma equipa e ao novo relacionamento que as alterações substanciais ocorridas a nível da comunicação intercultural obrigou a ter, nomeadamente, com o cliente. O contacto pessoal foi substituído pelo correio electrónico, por exemplo, o que requer um novo posicionamento e uma nova abordagem da e na profissão. Há quinze ou vinte anos, o

¹⁷ Discurso de abertura da Conferência "*Português - Língua Global*", realizada em Maputo, em 2008. Edição em linha: <http://www.presidencia.pt/?idc=22&idi=14353>

cliente não adjudicava o trabalho sem antes conhecer pessoalmente o tradutor, era como que uma imposição; hoje, essa confiança, que continua a ser um imperativo, tem de ser adquirida e conquistada por outros meios e vias, tendo obrigado o profissional a adaptar-se a uma nova realidade.

A Internet tem um papel fundamental nestas mudanças operadas na sociedade e tem repercussões directas na tradução e nos demais serviços linguísticos. Assiste-se, neste período, a alterações muito rápidas a nível de *software*, *hardware*, fibras ópticas, sem fios (*wireless*), satélites... um avanço da automatização que faz prever perspectivas de progresso na tradução. A interligação entre as pessoas, onde quer que se encontrem, é cada vez mais intensa e mais rápida, convertendo a geografia em algo irrelevante - ou em algo útil, de que também o tradutor deve saber tirar partido.

O acelerado ritmo que a Internet veio impor à sociedade tem implicações a todos os níveis, e a tradução não é excepção: os prazos são também cada vez mais curtos, porque o cliente da tradução, por seu turno, também consegue respostas mais rápidas dos seus clientes e fornecedores e porque, na era da globalização, ter novas e/ou boas ideias não basta, é preciso implementá-las rapidamente. O tradutor é obrigado a adaptar-se a esse novo ritmo: trabalha em equipa para cumprir prazos por vezes absurdos e "joga" com os fusos horários, incluindo nos membros da sua equipa tradutores ou revisores que se encontram noutras longitudes, para dar solução a esse problema diário. Os equipamentos (*hardware* e *software*) são fundamentais para o desempenho do seu trabalho, tornando-o cada vez mais dependente da tecnologia. Não é só a tradução que se submete a ferramentas electrónicas: na gestão do seu dia-a-dia, o tradutor tem de otimizar a parte administrativa da sua actividade (facturação electrónica, *e-banking*, etc.).

O mercado editorial não fica alheio a esta maior procura de serviços de tradução, acompanhando a tendência das áreas técnicas e de carácter geral, que é resultante de um aumento das trocas comerciais e dos contactos a nível planetário. Na falta de dados oficiais, em virtude de, contrariamente ao que acontece com outras áreas do mercado, as estatísticas sobre o livro não se inscreverem na alçada do Instituto Nacional de Estatística, estando essa tarefa incumbida à Associação Portuguesa de Editores e Livreiros (APEL), que por sua vez se queixa de falta de informação que lhe deveria chegar dos vários agentes económicos do sector, teremos de nos guiar por um estudo feito por uma empresa espanhola sobre o nosso mercado do livro, a DBK, sediada em Madrid. O estudo, no entanto, é feito com base numa consulta às editoras que aquela empresa considera mais

representativas, pelo que há que ter em conta o grau de fiabilidade das suas conclusões. O mercado editorial português passa, neste período, por enormes convulsões e transformações, não ficando o tradutor à margem de tudo isso. Uma maior produção de obras estrangeiras - regista-se, estima-se, de acordo com a citada empresa espanhola, um aumento regular de novos títulos publicados, de obras em língua portuguesa, um pouco superior a 10% ao ano - faz pressupor mais trabalho e maiores rendimentos para os tradutores, mas uma maior concentração de editoras inverte essa tendência que pareceria lógica, através de uma política dirigida a uma maior rentabilização e que passa, inevitavelmente, por cortes no pagamento desta etapa da edição e pela imposição de prazos mais curtos, concentrando-se o trabalho, nalguns casos, num número mais reduzido de tradutores, novas condições de trabalho que levam o tradutor literário a repensar a sua actividade e a sua metodologia. A qualidade da edição e produção (composição, impressão, papel, grafismo), por seu turno, está, segundo profissionais do sector editorial, entre o que de melhor se faz no mundo. À tradução parece não ser dada a mesma relevância que a outros aspectos mais "visíveis" do livro, a julgar pelas condições que agora nos são impostas. O livro, ainda que sendo um bem cultural, é, simultaneamente, um bem económico, o que leva a que se publique o que se vende, ou o que se considera que é vendável, impondo gostos e preferências e limitando o mercado ao gosto de uma determinada maioria. As editoras que pretendem preencher nichos de mercado especializados debatem-se, cada vez mais, com dificuldades de sobrevivência. Assiste-se, assim, a uma uniformização, uma massificação, do consumo, reflexo de uma uniformização de gostos. A qualidade (do texto original) é remetida para um segundo plano, dando-se preferência ao que se vende fácil e rapidamente.

É obrigatória nesta breve análise sobre o mercado da tradução no período em causa uma referência à declaração de 2008 como o Ano Europeu do Diálogo Intercultural - a nível internacional 2008 foi proclamado, pela Assembleia-Geral das Nações Unidas, Ano Internacional das Línguas, num esforço por promover a "unidade na diversidade" e a "compreensão global"¹⁸ -, que não deixa de constituir uma chamada de atenção para a convivência de diferentes culturas e comunidades, para o respeito e compreensão mútua entre povos e para a tradução enquanto ponte entre línguas, povos e culturas. 2001 fora o Ano Europeu das Línguas; em 2008 o que se pretende é dar visibilidade a quem as fala, a

¹⁸ <http://www.un.org/News/Press/docs/2007/ga10592.doc.htm>

quem as traduz, o que representam para indivíduos, comunidades, sociedades, como convivem e como se relacionam. E a consequente inevitabilidade da tradução.

Aliás, a nível europeu, o período em análise foi fértil em mudanças e progressos alcançados. Vejam-se alguns desses exemplos:

- 2005: constituição do Observatório Europeu do Multilinguismo¹⁹ (associação formada por pessoas colectivas e singulares, que visa suscitar questões linguísticas e debater as suas implicações a nível económico, político, cultural e social)
- 2006: instituição (por decisão tomada no ano anterior) do Grupo de Alto Nível sobre o Multilinguismo (no âmbito da União Europeia)
- 2007: entrada em funções (a 1 de Janeiro) do novo cargo de Comissário Europeu para o Multilinguismo (confere um importante e renovado impulso às questões do multilinguismo, das línguas e da sua convivência)
- 2007: lançamento (na segunda metade do ano) do Fórum das Empresas para o Multilinguismo (incumbido do estudo do impacto das competências linguísticas sobre o comércio e o emprego na UE, e que remete os seus relatórios para o Comissário responsável pelo multilinguismo).

Este período foi também fértil, em território nacional, em conferências, palestras, jornadas, seminários, *workshops* dedicados à tradução, organizados por várias instituições, entidades e organismos, numa tentativa inequívoca de aproximar profissionais, de intercambiar boas práticas, de valorizar a profissão, através do debate das temáticas mais importantes associadas à tradução.

Foi este o cenário - um período sem dúvida importante para a tradução - em que desenvolvemos a nossa actividade entre 2004 e 2008: um mercado em rápida e constante mutação, uma sobre-oferta de profissionais caracterizados por uma acentuada heterogeneidade, uma fragmentação do sector, a falta de um organismo que o represente de forma satisfatória e abrangente (que, em nosso entender, impediu que se fizesse avançar a normalização da actividade da tradução em Portugal e, consequentemente, que se adiasse o reconhecimento da profissão).

Há ainda muito a fazer em prol do reconhecimento e da visibilidade do profissional, da actividade e do sector da tradução, o que constituiria um passo em frente, sem dúvida,

¹⁹ <http://www.observatoireplurilinguisme.eu/>

na via do bom funcionamento e da organização do mercado. O tradutor português que trabalha no espaço nacional tem ainda outra conquista a fazer: conseguir um contrato de seguro de responsabilidade civil profissional, que, pese embora os variados contactos encetados pelo menos na última década junto de seguradoras, ainda não foi possível obter, pela pouca representação e conhecimento do sector por parte das seguradoras, que alegam sempre o reduzido número de associados em associações profissionais e o desconhecimento dos montantes em causa para este tipo de seguro. A noção, muito vaga, que têm do que pode estar em causa em caso de erro do tradutor e respectivo pedido de indemnização por parte do cliente lesado é insuficiente para considerarem interessante avançar com propostas concretas.

Tentámos estar atentos aos sinais dos tempos, entender o mercado e responder-lhe da melhor forma. Alargámos serviços, estabelecemos parcerias (Instituto Politécnico de Castelo Branco, Universidade Autónoma de Lisboa, Editora Mercado de Letras, Lda.), alterámos a denominação e o logótipo da empresa²⁰, pugnámos, em todo o momento, através do nosso desempenho e postura profissionais bem como mediante a participação em palestras, conferências, em estabelecimentos de ensino superior, pelo reconhecimento do lugar que o tradutor merece ocupar na nossa sociedade. A verdade é que se fala muito no produto (o texto traduzido, como está feita a tradução), fala-se cada vez mais no processo (a forma como é ou deve ser feita a tradução), mas não se fala tanto no tradutor (nas suas condições de trabalho e no seu estatuto).

Porque quem melhor do que os próprios profissionais do sector - tradutores e empresas de tradução - pode fazer a defesa e lutar pela profissionalização dos serviços de tradução no dia-a-dia e propugnar por melhores condições de trabalho através da sua função de consciencialização da sociedade (dos seus clientes muito em particular) para a complexidade do processo tradutório?

²⁰ Em 2006 a designação da empresa substituiu "Gabinete de Tradutores e Intérpretes" por "Serviços Linguísticos", na sequência de uma reestruturação com vista à adaptação à nova realidade do mercado e, dessa forma, ir ao encontro das necessidades dos nossos clientes. Mantivemos a área da tradução e da interpretação e implementámos dois novos domínios: a formação e os projectos culturais. Actualizámos também o logótipo, para uma leitura mais fácil e actual.

PROFISSÃO: *Tradutor*

RELATÓRIO DE ACTIVIDADE 2004-2008

Experiências e reflexões pessoais

1. Introdução

Quando se navega sem destino, nenhum vento é favorável.

Séneca

No quinquénio 2004-2008 prosseguimos o trabalho já iniciado em 1988, como trabalhador independente, e, a partir de 1990, com empresa constituída, com base em metodologias já definidas e experimentadas anteriormente, que provaram ser eficazes e que sofreram adaptações ao longo do tempo, de forma a dar uma resposta mais satisfatória às novas exigências que o mercado vai impondo a cada momento. Essas metodologias incluíam uma análise prévia dos textos a traduzir, a procura de textos da mesma área na língua de chegada para pesquisa e comprovação da terminologia utilizada, a revisão feita por outro elemento que não o tradutor (a auto-revisão foi-se revelando insuficiente), a consulta de especialistas de várias áreas do saber relacionadas com os conteúdos dos textos a traduzir, uma atenção cada vez maior dispensada aos destinatários da tradução. Apostámos num trabalho de qualidade, nosso objectivo último, por considerarmos que é a única via para se sobreviver no mercado; para isso, pautámos o nosso trabalho por critérios rigorosos, reconhecidos internacionalmente no domínio da tradução (revisão, validação e cotejamento, que devem estar presentes em todo o tipo de tradução, independentemente do género de texto a traduzir, já que, como veremos mais adiante, o processo de tradução, consideramos, é um só), nunca descurando um diálogo sempre aberto com o cliente, cuja satisfação é uma das nossas metas, porque temos consciência de que sem clientes não há actividade económica.

Para nós, a norma europeia veio permitir-nos constatar que os procedimentos que nela se descrevem como idóneos figuravam já entre as nossas práticas diárias no desempenho da actividade. As melhores práticas são, muito provavelmente, aquelas que se utilizam sem nos apercebemos de que as utilizamos, e que só o desempenho diário nos permite ir seleccionando. Imprescindível mostrara-se já ser, no dia-a-dia, a figura de um coordenador - o gestor do projecto de tradução -, orientador dos trabalhos, interlocutor com o cliente, ponte entre os elementos dedicados a um mesmo projecto. A revisão, muitas vezes feita obrigatoriamente por um técnico especializado na temática dos textos em causa,

também já provara não ser negligenciável. No entanto, a norma europeia descreve, como é óbvio, uma situação ideal, que nem sempre é compatível com a realidade e com o *brief* do cliente, isto é, todas as indicações e instruções que o cliente nos faculta para a execução da tradução, que podem incluir o suporte (envio por correio electrónico, papel, CD, DVD), a formatação, o estilo, as fontes a consultar, a terminologia a respeitar, o prazo e condições de entrega (entrega única ou entregas faseadas), a carga de quem fica a revisão (nossa ou do cliente), entrega ou não de glossário, etc. Muitas vezes - e lamentavelmente não é apenas com textos que ficam dentro da empresa-cliente, mas que chegam a sair à luz -, a qualidade tem de ser "sacrificada" a favor do cumprimento de um prazo, quando do cumprimento deste depende a celebração, por exemplo, de um contrato, de um acordo, de um negócio, em suma, a finalidade e razão da existência dos nossos clientes. Quando o que se pretende é a celebração de uma escritura, de um contrato, por exemplo, é mais importante ter uma tradução atempada do que ter um texto sem uma falha, sem uma gralha, numa linguagem irrepreensível, mas fora do prazo, impedindo a concretização do negócio a que daria lugar. Prazo e qualidade podem, assim, estar em pólos opostos, e a qualidade pode chegar, nestes casos, a constituir uma variável de importância secundária face ao cumprimento do prazo: se a tradução for entregue fora de tempo, perdem-se as sinergias de um *marketing* global. A qualidade deve, então, ser "sacrificada" em prol da eficácia dos objectivos prosseguidos. Pense-se, por exemplo, nas vantagens económicas que se desperdiçariam com o atraso de uma versão linguística no lançamento de um produto em várias línguas em simultâneo, para não referir já uma conferência internacional em que uma ou várias versões linguísticas dos documentos em debate não estariam disponíveis. É por esta razão que o gestor do projecto de tradução - ou o tradutor individual - tem de perceber muito bem o que está em causa, qual a finalidade do(s) texto(s) a traduzir, e fazer dos objectivos do cliente os seus próprios objectivos, dado que não pode jamais perder de vista que, com o seu trabalho, está a desenvolver uma actividade económica.

A relação estabelecida com o cliente é fundamental para que o trabalho seja realizado de modo a cumprir a sua função e finalidade. Entender o cliente é, pois, crucial. Como é vital, de igual modo, entender que tipo de texto temos à nossa frente, que abordagem e que posicionamento devemos assumir perante esta ou aquela tradução. Entendemos que deve ser feita uma distinção entre um texto publicitário, um texto com carácter de divulgação, que se dirige a um determinado público, e um texto literário, como diferente é ainda um texto de carácter científico. No primeiro caso, o tradutor deve

posicionar-se claramente do lado dos destinatários do texto e será pensando neles que deve traduzir, cuidando a todo o momento para que o texto seja compreensível para o público a que se destina; dessa forma, o texto - e a tradução - cumprirá a sua missão. Perante um texto literário, é óbvio que o tradutor não deve nunca perder de vista a cultura destinatária da mensagem (texto), mas deve permitir que a cultura de chegada se abra mais ao outro, ao estrangeiro, ou seja, ao texto e cultura originais, uma forma também de se auto-enriquecer e que julgamos ser também uma função e finalidade da tradução ou, mais concretamente, do contacto entre povos e culturas.

Pretendemos, porque consideramos que tal faz também parte da actividade do tradutor, através do nosso trabalho, promover a tradução, chamando a atenção para a sua importância, e o papel e a visibilidade do tradutor, cuja função assume cada vez mais um lugar de relevo na nova ordem económica estabelecida, a era da globalização.

Deu-se continuidade a um trabalho em equipa, desenvolvido por um conjunto homogéneo de profissionais da tradução, na figura jurídica de sociedade comercial por quotas, a forma mais adequada que as empresas que desenvolvem serviços de tradução devem adoptar, aquela que nos permite ficar em igualdade de condições no mercado, que melhor se adapta às expectativas de desenvolvimento, pelo seu estatuto jurídico, composição, objecto e objectivo. Tivemos sempre presente que estamos a desenvolver uma actividade remunerada - económica, portanto -, sem fins filantrópicos, que visa o lucro, pelo que importa gerir bem os recursos económicos e humanos, ter uma gestão flexível e uma tomada de decisões atempada. A decisão de constituição de sociedade comercial por quotas, tomada em 1990, continuou neste período (2004 a 2008) a configurar-se como a mais adequada para desenvolver a actividade da tradução, nomeadamente em oposição à figura do trabalhador independente. É-o em termos fiscais, apesar da introdução de novos conceitos e procedimentos a nível da fiscalidade (pagamento por conta, pagamento especial por conta, tributação autónoma), que vieram penalizar as empresas, tal como a entrega do IVA com a emissão da factura e não com a respectiva liquidação, e é-o também - e principalmente - a nível da imagem de profissionalismo, pelo facto de exigir uma organização mais complexa e pelo facto de poder oferecer um maior leque de serviços, nomeadamente uma maior gama de combinações linguísticas, que hoje muitos clientes procuram, além de outras valências, como glossários, revisões, adaptações, resumos e sínteses de textos, conjugação com outras fases de um projecto cultural de que a tradução é

apenas uma das etapas, actividades também cada vez mais procuradas. O trabalho em equipa tem mais valor do que a soma do trabalho dos seus elementos isoladamente.

A qualidade do trabalho final que quisemos entregar aos nossos clientes assentou, primordialmente, na formação e experiência comprovada dos elementos da equipa de tradução (tradutores, revisores, revisores técnicos, terminologistas), que apenas traduzem para a sua língua materna, política que continuámos a defender durante o período em causa. A selecção dos membros da equipa é feita com base no seu *curriculum vitae*, designadamente pelos trabalhos já realizados, sendo por vezes submetidos a um teste inicial de avaliação de qualidade. Trabalham em rede, num espírito de entreajuda, numa troca constante de conhecimentos e experiências, partilhando saberes, opiniões e ideias, assegurando uma coerência de estratégias, visando não só a qualidade do trabalho realizado como também o enriquecimento de cada um dos elementos da equipa em termos profissionais. Fazem com frequência formação nas áreas em que cada um se especializou, bem como nas novas tecnologias, designadamente nas modernas ferramentas electrónicas aplicáveis à tradução, cada vez mais demandadas pelo próprio mercado e que constituem não só um meio de nos mantermos competitivos como uma forma de rentabilizar o trabalho efectuado e de o aperfeiçoar.

A metodologia que seguimos foi válida tanto para a tradução técnica como para a tradução literária, ainda que com alguns matizes, como, por exemplo, a revisão técnica, que não é necessária na tradução de alguns textos literários ou se revela necessária mas de uma forma muito pontual, não exigindo a revisão de todo o texto. Pode tratar-se, por exemplo, de uma referência a uma doença, a um tratamento, a uma prática religiosa, a um processo industrial, um termo jurídico, etc. Todos os trabalhos foram geridos por mim, gestora do projecto, a quem cumpriu zelar pelo bom desenvolvimento do mesmo, incluindo as relações entre membros da equipa e com o cliente, visando a qualidade oferecida. O gestor do projecto de tradução pode - e, com efeito, fá-lo com frequência - acumular as funções inerentes a este cargo com as funções de tradutor, terminologista ou revisor. O trabalho, depois de adjudicado pelo cliente, é analisado, bem como as eventuais instruções que este possa dar, e que incluem desde formatação, fontes de consulta, terminologia a utilizar, etc., até ao número de cópias da tradução, coordenação do trabalho com a fase seguinte (paginação por outra empresa, inserção de fotografias, gráficos, etc.). Dessa análise, o gestor do projecto determina o tradutor ou tradutores mais idóneos para executar o trabalho, de acordo com a sua experiência e eventual especialização, bem como os

revisores, a quem remete os textos, e ainda observações, do cliente e do gestor. Assim, ao tradutor é entregue o texto ou textos a traduzir e instruções gerais e específicas. Das primeiras fazem parte a combinação linguística, o volume de trabalho, geralmente contabilizado em número de palavras, o prazo de entrega e o preço do serviço. As segundas incluem as instruções específicas do trabalho em causa impostas pelo cliente e, eventualmente, quais as fontes a consultar, de acordo com a especificidade do texto. As funções de terminologista, à excepção dos trabalhos demasiados técnicos, que obrigam à contratação de um profissional do sector em causa, são regra geral desenvolvidas pelo tradutor, ou por um dos tradutores quando o trabalho é dividido por um grupo de tradutores, o que acontece com frequência em virtude da relação volume de trabalho/prazo de entrega, otimizando o trabalho executado, traduzido em cumprimento de prazos e qualidade da tradução ("mensagem" adequadamente reproduzida). Nestes casos, é fundamental que haja um único terminologista, para que o trabalho posterior de revisão seja facilitado. Ao tradutor compete fazer a tradução fiel do texto original - entendendo-se "fiel" como o mais exacta possível, aquela que oferece uma mensagem o mais próxima possível do texto original, já que a fidelidade "absoluta" é impossível de alcançar em virtude da inexistência de identidade entre línguas diferentes²¹ -, observar as instruções do cliente, respeitar, se for o caso, as fontes terminológicas indicadas pelo cliente, fazer a pesquisa terminológica (nas fontes indicadas pelo cliente ou noutras consideradas credíveis e fiáveis, para o que é importante ter boas capacidades informacionais), fazer uma auto-revisão a fim de verificar se o texto foi traduzido na íntegra, se respeita as instruções dadas, a ortografia e, eventualmente, números, datas, fórmulas, quadros e tabelas, e a fim de detectar discrepâncias, e compete-lhe ainda elaborar uma ficha terminológica, com indicação das respectivas fontes. Uma vez concluída esta fase, a da tradução, passa-se à fase da revisão. O revisor recebe o texto original e o texto traduzido, bem como as instruções, tanto gerais como específicas, e compete-lhe verificar se a tradução é integral, se foram respeitadas as instruções gerais e as específicas, se não há troca de palavras, se foi mantida a coerência terminológica (dentro do próprio texto e com os demais textos do cliente, caso existam), esclarecer com o tradutor qualquer incongruência detectada, eliminar ambiguidades, melhorando a clareza do texto de chegada (texto traduzido), propor formulações mais adequadas, analisar a ficha terminológica do tradutor (com respectivas

²¹ Utilizamos aqui "tradução fiel" por ser a expressão que é comum entre os clientes da tradução, como sendo o produto que estes desejam comprar. Note-se, no entanto, que é o termo "fiel" que é utilizado tanto no instrumento notarial como no texto dos advogados que acompanha a certificação de traduções.

fontes) e aferir da sua validade, isto é, validar as fontes indicadas pelo tradutor ou propor outras mais adequadas (pode proceder-se à validação cruzada, em que se comparam diferentes fontes), discutir com o tradutor a escolha de certos termos e elaborar um relatório de tradução (ficha de avaliação da tradução), a devolver ao tradutor, para futura referência deste. Nos casos em que se justifica e é mesmo necessário, por imposição do cliente ou por decisão do tradutor, do revisor e/ou do gestor do projecto, em virtude de as fontes consultadas não serem consideradas suficientes e/ou fidedignas, será ainda feita uma revisão por um revisor técnico, um especialista da área sobre a qual incide o texto a traduzir. No caso de manuais de uma determinada marca (de máquinas, veículos automóveis, enfim, de aparelhos de vária ordem), é habitual recorrer-se a um técnico da mesma que se responsabiliza pela revisão técnica, até porque as mesmas peças têm, com bastante frequência, designações diferentes em fábricas diferentes. Convém, pois, manter a designação usada pelos técnicos da marca, por uma questão de clareza. Outras vezes, uma breve consulta de alguns termos é suficiente.

A fase de validação é a fase que se segue, que implica um cotejamento entre tradutor e revisor ou, uma vez entregue o trabalho ao cliente, entre o tradutor (sempre através do gestor do projecto) e o cliente, sempre que este considere apropriado e conveniente. Neste caso, clarificam-se, essencialmente, questões terminológicas que não tenham sido indicadas *a priori* pelo cliente, e que este deseja ver clarificadas. Validam-se as fontes consultadas e fundamentam-se perante o cliente as opções feitas.

Sempre que o cliente faça observações, de qualquer sinal, positivo ou negativo, sobre a tradução executada, as mesmas são transmitidas ao tradutor e ao revisor, para análise e futura consideração. Este *feedback* serve, frequentemente, para alinhar a execução da tradução pelas necessidades do cliente e para comprovar o grau de satisfação deste, que deverá também nortear o nosso trabalho.

A metodologia que seguimos, que de resto alinha de muito perto com o preconizado na norma europeia EN 15038, permite-nos garantir a qualidade do produto final - a tradução -, ou seja, proporcionar uma tradução bem conseguida, que serve a finalidade a que se destina e que tem em conta as pretensões e as necessidades do cliente.

Durante o quinquénio objecto da nossa análise foram também celebrados contratos de parceria com duas entidades, seguindo a linha do que já fora feito em 2002-2003 com o ISLA - Instituto Superior de Línguas e Administração, de Lisboa, uma instituição solidamente implantada na actividade do ensino em Portugal, com quase meio século de

existência, reconhecida e respeitada, ligada à formação e pioneira no ensino superior privado em Portugal, designadamente da tradução.

Duas parcerias foram celebradas no quinquénio analisado, concretamente em 2006: uma com a UAL - Universidade Autónoma de Lisboa, e outra com a Editora Mercado de Letras, Limitada, ambas com uma vigência de três anos (2006-2009) e ambas visando a concepção e realização de projectos comuns, no domínio da tradução, alargando-se também à revisão, à criação de textos, à edição e à formação, tendo como objectivo último chamar a atenção, ainda que de pequenos círculos, para a actividade da tradução, o seu papel na sociedade, a sua relevância em muitos aspectos da nossa vida (cultura, economia, etc.). A parceria celebrada com a Mercado de Letras, ainda que só tenha assumido a forma de contrato em 2006, teve os seus primórdios em 1992, quando desenvolvemos trabalhos de colaboração no domínio da tradução com os profissionais que integram esta editora. Trata-se de uma parceria que, ancorada na experiência dos seus membros, pretende desenvolver uma cultura flexível às mudanças e aberta à inovação, assumindo claramente um compromisso com a cultura, o saber e o desenvolvimento pessoal, sem nunca perder de vista a qualidade dos serviços que presta e dos produtos que cria e comercializa. Entre outros, destacam-se a concepção, redacção, tradução, edição e publicação de obras de divulgação sobre personalidades, instituições e entidades e a concepção e planificação de projectos editoriais que ainda se encontram, à data da redacção do presente relatório, em fase de elaboração. Já fora do âmbito desta parceria, mas ainda dentro de uma vertente claramente cultural que, extravasando a tradução, a incluiu como uma das suas fases, gostaríamos de destacar trabalhos como a homenagem ao empresário Wilhelm Karmann e à sua obra em Portugal, que envolveu a tradução em quatro línguas dos materiais escritos e a interpretação português-alemão, nas duas vias, e ainda, por exemplo, a concepção da Sinopse do Projecto Editorial e a redacção do Estatuto Editorial do semanário "*Ton Xin Semanário Europeu*", o primeiro semanário em língua chinesa editado em Portugal com distribuição em Portugal e Espanha destinada à comunidade chinesa residente nos dois países ibéricos, bem como todo o apoio ao cliente em termos de inscrição no INPI e do registo no ICS/ECR, nos termos da Lei de Imprensa e do Decreto Regulamentar nº 8/99 e da classificação do ERC. Porque a tradução não pode dissociar-se, nunca, em nosso entender, da cultura, consideramos que o apoio e o desenvolvimento destes projectos com comunidades falantes de outras línguas a residir no nosso país só pode enriquecer o tradutor enquanto "mediador cultural" que é.

A parceria celebrada com a UAL surgiu de convites endereçados por esta instituição para que intervíssemos no curso de pós-graduação em Tradução e pudéssemos, assim, propiciar aos alunos um contacto mais próximo e directo com profissionais do sector, desenvolvendo alguns temas do interesse daqueles, como a constituição de uma empresa de tradução, a norma europeia para os serviços de tradução, a tradução técnica e a tradução literária, a tradução *freelance* (externa) para as instituições comunitárias e o mercado da tradução (características e perspectivas). A cooperação com este estabelecimento de ensino superior privado tinha por objectivo potenciar os recursos, as competências técnicas e científicas, e o conhecimento de ambos os parceiros, num quadro de cooperação mútua, através da concepção, promoção e realização de cursos de formação pós-graduada de longa, média e curta duração. Trata-se de parcerias que permitem gerar sinergias entre os parceiros, aproveitando o potencial, as competências, as valências, a experiência e o saber-fazer de cada um, num enriquecimento mútuo e na prestação de um serviço que consideramos útil, nomeadamente à comunidade estudantil. No âmbito destas parcerias, desenvolvemos:

- trabalhos de interpretação nos seminários e conferências organizados pela UAL;
- *workshops* e acções de formação no âmbito da tradução, realizadas na Escola Superior de Educação de Castelo Branco e na Universidade Autónoma de Lisboa, subordinadas aos temas "*A Tradução e a Revisão freelance para as Instituições Comunitárias*", "*Empresa de Tradução - Constituição e Funcionamento*", "*O Mercado da Tradução em Portugal*", "*Os Tradutores e a Ética Profissional*" e "*A Norma Europeia para os Serviços de Tradução*";
- a avaliação e concepção de projectos de tradução e edição com a Mercado de Letras;
- a troca de pontos de vista sobre o ensino e a prática da tradução, com professores, recém-licenciados e alunos dos cursos de licenciatura e de pós-graduação em tradução, das citadas instituições.

Pudemos concluir, na sequência da realização de todas estas actividades desenvolvidas com a UAL, bem como de outras acções similares levadas a efeito na Escola Superior de Educação de Castelo Branco, a convite da responsável pelo Curso de Tradução, também durante este período, que o relacionamento entre os estabelecimentos do ensino superior e os profissionais é muito frutífero e eficaz, na medida em que essa ponte que tentámos desta forma construir é, em muitos casos, necessária para dar uma visão o mais alargada possível aos futuros profissionais do sector. Uma hostilidade que existiu no passado, mais ou menos velada, entre académicos e profissionais, parece ter-se

dissipado e dado lugar a uma noção de complementaridade que importa estimular. É importante tanto para os estabelecimentos de ensino - para docentes e para discentes - e é importante para os profissionais do sector. É um intercâmbio que beneficia todos e que permite abrir novos horizontes e perspectivas, dissipar dúvidas e esclarecer falsas ideias e mitos. Se, como chegou a inferir Peter Fawcett, na sua obra *Translation and Language* (1997)²², as estratégias utilizadas no processo tradutório utilizadas pelos tradutores profissionais diferem muito daquelas de que se servem os estudantes de tradução, um encontro entre os dois grupos, o estudo e a análise da forma como os profissionais trabalham será, sem dúvida, muito útil a quem ensina e a quem estuda tradução. Porque estamos convictos de que a melhor maneira de estudar tradução é fazer tradução, é traduzir. Para os profissionais da tradução, estes contactos directos, ler e ouvir o que os académicos e teóricos têm a dizer, as suas visões, as suas ideias, as suas abordagens, as suas questões, podem revelar-se também de grande utilidade, designadamente para fundamentar as suas opções perante os seus clientes e para sentirem maior segurança, além de complementarem a sua formação. Essa noção de complementaridade entre académicos e profissionais, antes referida, surge como uma resposta à necessidade sentida tanto por parte das empresas como por parte dos estabelecimentos de ensino superior e, por conseguinte, uma necessidade da sociedade e da economia em geral e que já assume, em vários países europeus, a forma de consórcios, e inclusivamente de fusões, entre universidades e laboratórios de investigação, visando concentrar recursos a fim de obter uma maior massa crítica e aumentar a capacidade de resposta às questões do desenvolvimento que se colocam a nível mundial. Assistimos a vários exemplos de cooperação entre as duas comunidades, ainda que estas tenham valores, culturas e missões diferentes, se bem que complementares, como os casos práticos vão deixando em evidência. Uma sociedade baseada no conhecimento como aquela em que estamos apostados em construir sabe que tem de se alicerçar - ainda mais quando se vê confrontada com um clima adverso, de incerteza e de recessão económica e crise financeira - no denominado "triângulo do conhecimento" (ensino-investigação-inovação), e este deve ser reforçado com a aliança entre universidades e empresas. Uma mão-de-obra qualificada e empreendedora é, cada vez mais, determinante para a competitividade das diferentes economias. O afastamento que tem existido leva os empresários a apontar uma não convergência entre as competências dos recém-diplomados e as qualificações que os empregadores necessitam e

²² Citado em WAGNER (2001: 2-3).

procuram; e muita da crítica que é feita pelos académicos ao trabalho dos profissionais deve-se ao facto de aqueles desconhecerem a situação e as condições em que estes desenvolvem o seu trabalho. Afigura-se inevitável, nalguns domínios mais do que noutros, uma alteração dos *curricula*, que deve contemplar, segundo os sectores da indústria, uma cultura de empreendedorismo, que só um diálogo entre universidades e mundo empresarial pode definir e orientar. Entre estas duas comunidades deve haver uma transferência de conhecimentos, que pressupõe cooperação e compreensão mútua, e que pode assumir variadas formas, como parcerias, projectos conjuntos e intercâmbios pessoais (alunos em estágio em empresas; empresários e profissionais presentes nos meios universitários, etc.). Trata-se de um intercâmbio que representa um meio de fomentar o crescimento e o emprego, dois objectivos prosseguidos pela sociedade europeia, além de constituir um factor de especial relevância para o desenvolvimento regional, como é referido no estudo da OCDE intitulado "*Higher Education and Regions: Globally Competitive, Locally Engaged*", de 2007. Já na agenda estabelecida em 2006 a nível da União Europeia se definiu, como sendo um dos seus elementos-chave, que "as universidades deveriam desenvolver parcerias estruturadas com o mundo empresarial por forma a «assumir-se cada vez mais como intervenientes de peso na economia, aptas a responder melhor e mais rapidamente às exigências do mercado e desenvolver parcerias capazes de aproveitar o conhecimento científico e tecnológico»"²³. Com vista precisamente a concretizar essa complementaridade, a Comissão Europeia criou o Fórum Universidades-Empresas, que se constitui como uma plataforma europeia para o diálogo entre as duas comunidades, tendo-se reunido pela primeira vez em 2008. Este Fórum lançou um apelo "à criação de novas formas de parceria estruturada entre as empresas e as universidades para a concepção e a organização de cursos", reconhecendo, mais adiante, que importa conferir um novo e forte impulso à cooperação entre estas duas comunidades, na medida em que o valor acrescentado económico e social decorrente da colaboração de ambas lhe confere uma maior prioridade. As PME, enquanto *interface* entre universidades e sector privado, afiguram-se uma boa aposta para este tipo de colaboração. E a nível da formação ao longo da vida, hoje imprescindível para todos os que se encontram inseridos ou que pretendem vir a inserir-se no mercado de trabalho, as universidades podem desempenhar um trabalho

²³ Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - Uma nova parceria para a modernização das universidades: Fórum da UE para o Diálogo UNIVERSIDADES-EMPRESAS (Texto relevante para efeitos do EEE) (COM(2009)0158 final), p.1.
Edição em linha: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2009:0158:FIN:PT:PDF>

de inestimável valor para os profissionais (corrigir más práticas/hábitos, aprofundar e reciclar os seus conhecimentos) - uma forma que contribuiria inquestionavelmente para estimular a comunicação entre universidades e o profissional da tradução, já que parece nunca ter sido feito um acompanhamento do trabalho do tradutor, enquanto produto da universidade, com vista a confirmar se a formação académica que recebeu foi a apropriada e adequada ao mundo do trabalho. A celebração de parcerias e intercâmbios é muito mais comum nuns domínios do que noutros; aliás, o nível de cooperação regista grandes desigualdades entre países, estabelecimentos de ensino superior e disciplinas académicas e seria importante - para estreitar relações entre universidades e empresas e para, com isso, beneficiar toda a sociedade -, como de resto foi recordado na conferência de Gotemburgo, de Setembro de 2009, realizada sob a égide da Presidência sueca da União Europeia, a contribuição de todas as áreas do conhecimento, como as humanidades, as ciências sociais e as artes.

A história da tradução demonstra que esta actividade pode ser levada a cabo sem o recurso a uma teoria sistematizada, já que a tradução escrita no Ocidente tem mais de vinte séculos enquanto a tradutologia terá duas ou três décadas, mas não estará destinada ao êxito a comunicação entre actores - académicos e tradutores - que se dedicam ao mundo da comunicação?

Procurámos, em todo o momento, desenvolver um trabalho orientado para uma melhoria contínua e realizado com sentido ético.

Definimos um rumo, traçámos uma rota e prosseguimos a viagem que já havíamos iniciado há quase 20 anos, tendo sempre em atenção as cambiantes circunstâncias envolventes e os escolhos que o percurso por vezes nos apresenta, para conseguirmos chegar a bom porto.

2. Algumas reflexões preliminares sobre a taxionomia da tradução

George Steiner distingue "the translation of common matter - private, commercial, clerical, ephemeral - and the re-creative transfer from one literary, philosophic or religious text to another" (1992:264). E Willis Barnstone precisa: "I wish to distinguish literary translation, including the ancient art of imitation, from routine information transfer, such as the interlingual rewording of scientific or business documents" (1993:4). Esta divisão em duas categorias textuais - em suma, em texto literário e texto não-literário (técnico, científico ou corrente) - coloca uma questão pouco pacífica, na medida em que é uma distinção que não se ajusta muito à realidade dos nossos dias, nem ao trabalho que é actualmente exigido aos tradutores, já que a maioria dos textos produzidos e presentes à tradução não se enquadra em nenhuma destas categorias textuais, pelo menos assim definidas de forma tão estanque e hermética, o que impossibilita uma catalogação muito rigorosa dos diferentes tipos de texto.

É consensual fazer-se a distinção entre "tradução literária", "tradução técnica" e "tradução científica" (ou "tradução técnico-científica"): expressões ou rótulos que, por vezes, são muito claros e precisos, mas que, outras vezes, são confusos e difíceis de discernir e de identificar. Poderíamos inferir das citações com que iniciámos este capítulo - além de que entre os próprios tradutores também transpira essa noção, e pensamos que na sociedade em geral também - que a tradução literária é "mais tradução" do que os outros tipos de tradução ou, inclusivamente, que a tradução literária é "a verdadeira tradução" (a tradução literária é "*re-creative*"; a tradução técnica é "*common matter*", é "*routine... transfer*"); a tradução não literária parece adquirir o estatuto de "parente pobre" ou de "sócio minoritário", isto é, um trabalho inferior e menor. Um trabalho, há quem argumente, mecanizado, rotineiro, sempre sujeito ao mesmo tipo de redacção pré-concebida, de léxico repetitivo e limitado, que não implica criatividade, enquanto a tradução literária permitiria ao tradutor abrir asas à imaginação, à criatividade, à criação. Houve quem a catalogasse como "arte"²⁴.

²⁴ Assim o faz Erwin Theodor (1983:48), quando afirma "... hoje em dia se reconhece que a tradução é uma atividade artística, a ser adequadamente executada por um verdadeiro criador de linguagem", ao referir-se à tradução de textos literários, por oposição à tradução científica ou técnica. Já em 1957, Theodore Savory definira a tradução como "arte", em *The Art of Translation*. Tem-se revelado difícil e inconclusiva, poderá inferir-se, a discussão entre estudiosos para encontrar um termo que defina a tradução: "arte", "ofício", "ciência".

A nossa experiência diz-nos que esta classificação corresponde cada vez menos à realidade com que nos deparamos em contexto profissional. Há textos literários mais complexos do que textos técnicos, literatura sem qualquer imaginação e criatividade, contratos e instrumentos jurídicos claros e transparentes, textos políticos ou publicitários cheios de poesia... Ou seja, todos os textos possuem, em menor ou maior grau, as características que são geralmente atribuídas, como próprias e inerentes, a uma dessas categorias textuais atrás referidas. Aliás, classificar o género dos textos torna-se por vezes uma tarefa impossível ou, pelo menos, incapaz de reunir consensos. A tão em voga denominada "literatura *light*" tem menos criatividade e literariedade na grande maioria dos casos do que muitos folhetos publicitários - o que, sem dúvida, facilita o trabalho do tradutor, ainda que o possa frustrar. A tradução dos diálogos de um filme, que será convertida em legendas, pode considerar-se tradução literária, caso o filme seja baseado numa obra considerada literária e mantenha os diálogos do autor dessa primeira obra escrita. E, no entanto, ao tradutor de cinema ninguém, numa primeira análise, consideraria um tradutor literário, mas sim tradutor de filmes ou tradutor de cinema ou tradutor de legendas.

O texto literário será aquele - pretende definir-se - que possui características de literariedade, que, afinal, é um conceito que não é consensual da perspectiva da teoria da literatura e que parece ganhar contornos diferentes consoante a época em que se viva ou aquela que se estude.²⁵ Uma coisa está clara e parece reunir o consenso de (quase) todos: o texto literário tem implícita uma certa criatividade. O texto técnico ou técnico-científico, por seu turno, é aquele que possui objectividade (os factos e os dados prevalecem sobre opiniões e juízos de valor subjectivos), universalidade, porquanto o seu conteúdo pode ser compreendido por qualquer membro de uma mesma comunidade científica e, por essa razão, recorre a uma terminologia específica (e daí advogar-se que a sua tradução é muito fácil, que não levanta problemas, devido a uma equivalência e correspondência perfeita entre termos de línguas diferentes), e ainda, e entre outras propriedades, precisão, por não encerrar qualquer ambiguidade terminológica nem subjectividade. Nele não há lugar à criatividade. Ora, os tecnicismos, enquanto termos lexicais específicos de uma determinada técnica tanto existem num "texto técnico" como num romance. E o valor monossémico do texto técnico também não pode aceitar-se. A polissemia, a homonímia (a distinção entre

²⁵ A discussão destas questões de valorização estético-literária não faz sentido num relatório desta natureza, no qual se pretende relatar a experiência enquanto profissional da tradução, durante um determinado quinquénio, pelo que não as desenvolveremos aqui.

ambas nem sempre é fácil) e a sinonímia também existem nos textos técnicos e técnico-científicos. Deparámo-nos, num trabalho, ainda vasto, composto por vários volumes, sobre porcelana chinesa de encomenda europeia dos séculos XVII e XVIII que "vase", em inglês, pode ser em português "vaso", "jarrão" e "canudo", consoante o objecto em causa. Onde está a equivalência, a correspondência biunívoca, e essa facilidade da tradução? Existem também neologismos nestes textos técnicos e científicos - e não só no texto literário -, decorrentes do progresso e do desenvolvimento das diferentes áreas científicas.

A criatividade, característica considerada exclusiva da tradução literária, também existe na tradução técnica e científica: todos os tipos de tradução implicam criatividade. O tradutor considera, também aqui, hipóteses e opções, possibilidades diferentes de chegar ao texto alvo, dado que os leitores do texto traduzido são diferentes dos leitores do original, por estarem inseridos em contextos cognitivos diferentes, por terem ideias diferentes quanto ao que é importante no texto, obrigando o tradutor a omitir, a acrescentar, a explicar, enfim, a "alterar" o texto de partida para obter efeitos idênticos nos leitores do texto de chegada, e assim cumprir a finalidade do texto, que pode muito bem ser, por exemplo, um texto de divulgação de um produto ou de uma região, uma apólice de seguro, uma carta de apresentação, uma dissertação, uma tese, as instruções de utilização de um aparelho.

O destinatário do texto define o registo e esse grau de rigor, de clareza, de objectividade; aliás, há textos técnicos que, contrariamente ao que seria de esperar, não têm nem objectividade, nem clareza, nem concisão. Sobre um mesmo produto ou técnica, por exemplo, o texto traduzido adopta formas e fórmulas diferentes de acordo com a sua finalidade e, logo, com o seu destinatário. Um artigo para publicação numa revista da especialidade não tem a mesma redacção que teria se a sua publicação se integrar num livro de divulgação da matéria sobre a qual versa para um público mais geral; as instruções relativas a um dado produto assumem redacções diferentes segundo se destinem à obtenção de uma patente, a instruções ao público, a instruções dirigidas a profissionais da marca, a um folheto publicitário, etc.

Num livro de culinária sobre várias regiões da Península Ibérica, cuja tradução nos foi adjudicada, o texto estava salpicado de versos alusivos a produtos hortícolas ou a pratos confeccionados; a nossa tradutora optou por, mediante um sem-fim de notas de rodapé, incluir informação referente ao nome do poema, do autor, situando-o no tempo e no espaço, e apresentando uma rápida perspectiva da sua obra. Tentou esclarecer ao máximo o

leitor... de um livro de receitas de culinária! O revisor dessa tradução suprimiu da versão final a entregar ao cliente tais notas, por considerar que fora feito um trabalho acadêmico, no qual não se tivera em conta que, para o destinatário daquele texto concreto, na língua de chegada, tais informações, além de desnecessárias, tornavam o texto pesado, fastidioso e nada interessante. Ninguém adquire um livro de receitas para obter conhecimentos sobre poesia ibérica de diferentes épocas.

Há um caso interessante, que ilustra esta tomada de posição do tradutor, e que não resistimos a referir, apesar de não sermos os seus autores: nas informações, em várias línguas, destinadas aos visitantes da Biblioteca da Universidade de Coimbra, a referência que é feita na versão portuguesa ao "método" natural de limpeza e conservação dos livros, os morcegos, é omitido noutras versões linguísticas, provavelmente porque tal ideia - considerada no mínimo curiosa pelos portugueses - causaria alguma repugnância em certas culturas diferentes ou remeteria os leitores para outros universos que não se pretendem invocar. Ou seja, o que pode ser considerado interessante, curioso, importante numa dada cultura pode "afugentar" os leitores, pode levar a imagens, ideias, conclusões diferentes noutras versões linguísticas, caso se optasse por fazer uma tradução à letra, sem ter em conta as grelhas culturais de que nos fala Susan Bassnett (2003:14).

Estas grelhas culturais determinam o modo como a realidade é reconstruída tanto no texto de partida como no de chegada, e o sucesso da operação será determinado pela perícia do tradutor a manipular tais grelhas. Lefevere defende que estas grelhas culturais, uma noção derivada da noção de capital cultural de Pierre Bourdieu, põem em relevo a criatividade do tradutor, uma vez que é alguém inevitavelmente empenhado num processo criativo complexo.

Ainda que tudo isto se aplique com bem maior frequência ao texto literário, o texto técnico e o científico não estão isentos de tais grelhas culturais e de referências identitárias de uma dada cultura, aquela onde estão inseridos.

Se criatividade é, segundo o Dicionário de Língua Portuguesa Contemporânea da Academia de Ciências de Lisboa (2001:1024),

1. Qualidade do que dá origem a alguma coisa, através da imaginação ou do pensamento (...).
2. Qualidade do que é ou foi feito, pensado... de forma diferente, nova, do que foi feito com imaginação. (...)

então, toda a tradução é um processo criativo, independentemente do tipo de texto a traduzir. Aliás, a tradução é sempre mediada pelo pensamento; daí que implique criatividade. Não existem traduções sem criatividade. Só as traduções automáticas, feitas por máquinas, que não têm recurso ao conceito, como o ser humano, mas apenas à palavra, é que são isentas de criatividade. Por essa razão, as traduções com recurso a este tipo de ferramenta são sempre - ou devem ser - revistas por um tradutor/revisor humano, que deverá introduzir no texto todas as alterações susceptíveis de o converter num texto legível e inteligível, enfim, aceitável.

O processo de tradução é sempre o mesmo, independentemente do texto objecto dessa "transferência", dessa "integração" noutra língua/cultura. E o tradutor passa sempre pela mesma indecisão, tem de tomar decisões, serve sempre de ponte entre duas formas de ver e articular a realidade. É um processo que implica sempre compreensão, interpretação, explicação, adaptação, reformulação. O que existe são textos com finalidades diferentes, com registos diferentes, com públicos diferentes, mas o processo tradutório é sempre o mesmo: o profissional - o tradutor - prepara-se da mesma forma para o executar, recorre aos mesmos métodos, utiliza os mesmos recursos.

Se considerarmos o esquema com o qual Eugene Nida²⁶ ilustra os estádios envolvidos no processo tradutório, concluimos que ele é válido para os dois tipos de tradução.

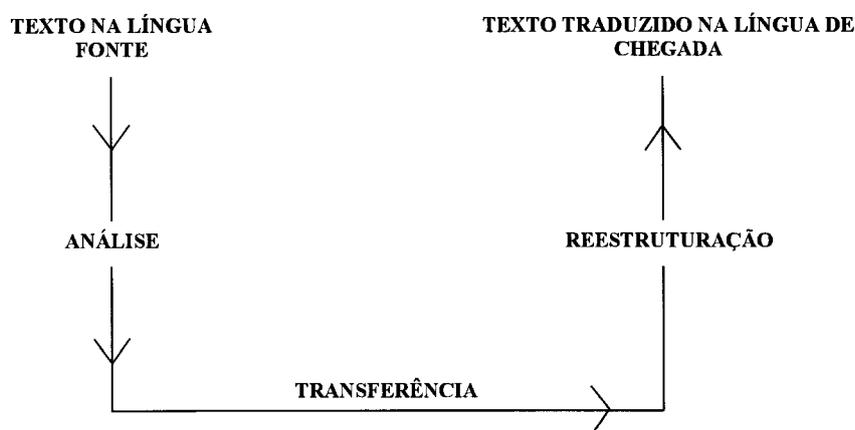


Tabela 1 - Esquema de Nida sobre os estádios do processo tradutório.

²⁶ NIDA, Eugene e TABER, Charles. *The Theory and Practice of Translation*. Leiden: E. J. Brill, 1969: 484, citado em BASSNETT (2003: 39).

Vejam os estes dois casos práticos:

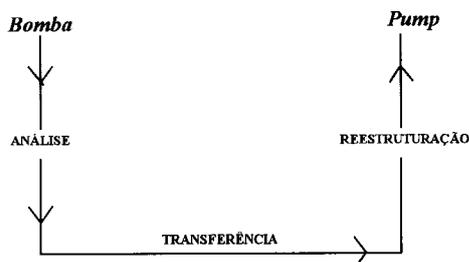


Tabela 2 - Caso 1: Tradução técnica.

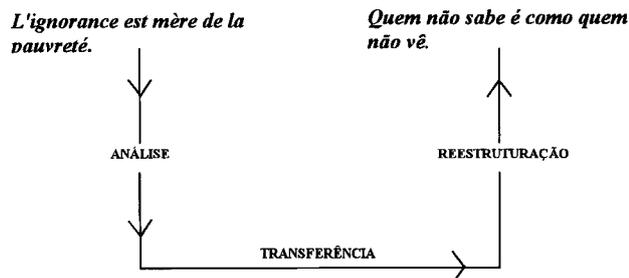


Tabela 3 - Caso 2: Tradução literária.

Assim, no primeiro caso, um texto técnico em português que pretendemos traduzir para inglês, o termo "bomba" passa pelo mesmo processo de descodificação e de recodificação, o que leva a optar pelo termo "pump", por oposição a "bomb". No segundo caso, um texto literário francês que se pretende traduzir para português, voltamos a passar pelo mesmo processo, optando-se por traduzir a expressão como provérbio, em oposição a uma tradução literal, que o contexto poderia exigir, caso não estivesse presente no contexto do original a ideia de generalização que o provérbio encerra.

Na tradução técnica, um mesmo termo numa língua pode ter, consoante o contexto em que se insere, várias traduções possíveis para outra língua. A tradução técnica não exige unicamente uma tradução literal: um adjectivo não tem necessariamente de ser traduzido por um adjectivo; o tradutor tem também de ver para além da estrutura superficial, tal como o faz na tradução literária, já que, a não fazê-lo, pode incorrer em erro; deve, isso sim, olhar para a estrutura profunda, para o sentido, sendo este que deve ser traduzido. A pontuação, também no texto técnico, não tem forçosamente de ser respeitada (abre-se uma excepção para trabalhos como os textos das instituições comunitárias, pelo meio em que estão inseridos e pela comunidade a que se dirigem: é importante que quando, no debate de um determinado documento, alguém se refira, por exemplo, à segunda frase do terceiro parágrafo do capítulo X, essa passagem do texto seja facilmente identificada em todas as versões linguísticas).

Nas nossas traduções para o sítio oficial da Internet do Turismo da Madeira, trabalho que assegurámos entre finais de 2004 e meados de 2006, traduzimos de português (original) para inglês (tradução) a seguinte frase:

PT (original): Numa das suas deslocações à cidade do Funchal, aproveite para subir no balão panorâmico situado junto à baía do Funchal.

EN (tradução): On one of your trips to Funchal, why not take a ride in the panoramic balloon down by Funchal Bay?

O tradutor - britânico - entendeu que uma pergunta tornava o texto mais "britânico" ou, pelo menos, mais apelativo ao leitor britânico, que se pretendia atrair para visitar o arquipélago. Também aqui, o tradutor posicionou-se claramente - tomou partido, poderíamos dizer - do lado do destinatário do texto e não do lado do seu autor. Transforma um imperativo, uma ordem, num desafio, num convite. E toma, assim, também o partido do cliente, já que servir o destinatário do texto só poderá beneficiar o cliente, neste caso. O primado da finalidade do texto levou a melhor: a fidelidade ao texto passou a ser a fidelidade - ou lealdade, se quisermos usar o termo introduzido em 1989 por Christiane Nord, na sua obra *"Loyalität statt Treue. Vorschläge zu einer funktionalen Übersetzungstypologie"*²⁷ - ao "vendedor do produto" e ao "destinatário do produto".

E o texto técnico de chegada é, também ele, à semelhança do literário, "contaminado" pelo original, também se abre a outras perspectivas e a outras culturas, também passa a incluir novos termos, expressões, visões.

Esta é uma breve reflexão sobre uma possível taxionomia da tradução, que considerámos importante fazer neste nosso relatório, e que vem ajudar a demonstrar a complexidade do processo tradutório. Para concluir, diríamos que não faz, pois, sentido contrapor o tradutor literário ao tradutor técnico nos dias de hoje, porque o tradutor dos nossos dias acumula, na maioria dos casos, "as duas funções" e, por outro lado, "essas duas funções" nem sempre podem ser claramente catalogáveis. A enorme procura da tradução técnica e técnico-científica (muito impulsionada com a adesão à União Europeia e por uma economia baseada no conhecimento e globalizada) - aliada ainda a uma imagem de prestígio de que goza o tradutor das instituições comunitárias e o das empresas de localização ou de grandes multinacionais ou de instituições financeiras - fez com que a

²⁷ Nord defende que o tradutor deve ser "leal" aos participantes da comunicação, de ambos os lados (autor do texto original e destinatários do texto traduzido), muito embora não desenvolva a questão da possibilidade da existência de incompatibilidade. Mas essa chamada de atenção para os destinatários da tradução é muito importante.

tradução deste tipo de textos passasse a ter, para efeitos de análise e estudo da tradução, um relevo que até há muito pouco tempo lhe era negado, provavelmente ajudado também pelo facto de que muito do que se traduz e edita sob o rótulo de "tradução literária" ter, hoje, uma qualidade duvidosa.

3. Tradução literária

Com estas palavras termina a tradutora Mónica Dias a sua "Nota do Tradutor" que serve de prólogo à versão portuguesa da obra "*Die Morgenlandfahrt*" (Viagem ao País da Manhã) de Hermann Hesse:

Se é possível escrever esta aventura, será também possível traduzi-la? Será possível dar-lhe outras palavras, transmiti-la mais uma vez?

O seguinte texto é - como todas as traduções - uma possibilidade entre muitas, uma leitura entre muitas, que se fundamenta justamente nessa tentativa de fazer transitar a imagética e todo o universo criado por Hesse para a língua portuguesa." (2002: 8)

A tradutora questiona-se sobre a possibilidade (logo admite a impossibilidade) da tradução, e, tal como diz Esteban Torre, na sua obra "Teoría de la Traducción Literaria" (2001:10), vários teóricos e estudiosos da tradução distinguem muitas vezes entre tradução técnica (de textos técnicos) e tradução literária precisamente para (tentar) demonstrar a impossibilidade de traduzir a literatura, os textos literários, como se o acervo cultural das línguas do Ocidente não fosse composto, numa parte demasiado significativa, por literatura traduzida. Ou, se se preferir, e talvez para se ser mais exacto, por tradução da literatura. A tradução, além de permitir a comunicação, assegura a sobrevivência dos textos, concedendo-lhes uma nova vida ao inseri-los numa nova cultura. A tradução de obras literárias contribui grandemente para o processo de transculturação; permite legar à sociedade um património que se torna colectivo, mundial, constituído por obras que são por vezes marcos da literatura universal, fontes de saber e de conhecimento universais.

A tradutora chama ainda, neste seu texto, a atenção para o facto de a tradução (apresentada) ser uma opção. Entre várias outras. É, afinal, "uma leitura". Entre muitas outras que a obra original permite, tal como esta tradução irá também dar azo a várias leituras. O tradutor é, antes de mais, um leitor. E os leitores interpretam. Pensar que a tradução está isenta de interpretação, como muitas vezes se advoga e preconiza, é um engano.

Com efeito, se os textos técnicos, caracterizados pela denotação e exactidão dos seus termos, suscitam dúvidas no momento da tradução, por nem sempre permitirem essa

correspondência biunívoca entre palavras e conceitos que muitos pretendem neles reconhecer, a conotação, a ambiguidade, a indefinição da linguagem quotidiana, comum, que serve de base à literatura propicia um maior grau de polissemia e de sinonímia, pela relação que estabelecem com a realidade.

As palavras da tradutora Mónica Dias podem parecer estranhas a quem nunca, por profissão ou por interesse pela temática, reflectiu sobre a tradução, a sua especificidade, o seu processo, e quem, por isso, possa pensar, ingenuamente, que entre duas línguas existem correspondências (equivalentes) exactas. A ser assim, bastaria um dicionário bilingue para executar uma tradução. Tais equivalências não existem, e a língua - que não deixa de ser um dos problemas mais complexos do mundo -, ao estar associada ao pensamento e a uma visão muito concreta e específica do mundo, uma cosmovisão, não encontra equivalentes a vários níveis em mais nenhuma outra língua. A língua é um instrumento que opera sobre a realidade, sendo através da língua que o indivíduo se aproxima dela. Definem as línguas, por isso, uma forma de estar, ver, entender o mundo, o que justifica o seu carácter posicionador, de forma arbitrária. Onde uns vêem uma "natureza morta", outros vêem uma "*still life*", enquanto uns "fecham para [finalidade] férias", outros "*cierran por* [causa] *vacaciones*", se uns são sujeitos de uma dada acção, outros são dela objecto (*She likes reading / Le gusta leer*), uns dividem o tempo de uma forma, outros, de outra, enquanto para uns já é "*good evening*", para outros ainda é "*buenas tardes*", o "aqui" e o "ali" não se referem ao mesmo espaço em línguas diferentes.

If language were simply a nomenclature for a set of universal concepts, it would be easy to translate from one language to another. (...) But anyone who has attempted either of these tasks has acquired, alas, a vast amount of direct proof that languages are not nomenclatures, that the concepts... of one language may differ radically from those of another... Each language articulates or organizes the world differently. Languages do not simply name existing categories, they articulate their own. (CULLER 1997:21-22)²⁸

O conhecimento serve-se da percepção sensorial e do pensamento conceptual, a língua. Qual das duas faces da mesma moeda tem mais peso é uma discussão longa, que tem dividido estudiosos e especialistas.

Da complexidade das línguas, do seu carácter de organizador do mundo e da realidade envolvente, dos sentidos e significados das conotações que cada língua atribui a

²⁸ Citado em BAKER (2006: 10).

gestos, cores, comportamentos, e tudo o que nos rodeia, levou alguns teóricos a concluir que a tradução, *in extremis*, é algo impossível. Já que a tradução existe, e é uma actividade milenar, afigurar-se-ia, pois, necessário redefinir o conceito de tradução. Até hoje, nenhuma definição de tradução conseguiu reunir o consenso de todos, praticantes da profissão e, sobretudo, teóricos, especialistas e estudiosos desta disciplina. Umberto Eco assim começa por reconhecer na primeira frase do primeiro capítulo do seu livro "*Dire Quasi la Stessa Cosa. Esperienze di traduzione*" (Dizer Quase a Mesma Coisa - Sobre a Tradução): "Parece que não é fácil definir a tradução." (2005: 25). E o próprio autor demonstra, na Introdução dessa mesma obra, como "dizer a mesma coisa noutra língua" não é suficiente para definir "traduzir" e como essa definição, tão simplista mas que não deixa de ser a que figura nos dicionários das línguas ocidentais²⁹, levanta tantas outras questões de resolução complexa ou (quase) impossível. Mais correcto será dizer-se que traduzir é "dizer *quase* a mesma coisa", porque, ainda que ambígua, essa não-definição é o que se aproxima muito mais do que é, efectivamente, traduzir.

A existência milenar da tradução desmente as teorias e concepções segundo as quais a tradução não é possível. Ou seja, a tradução é possível, ainda que o grau do seu êxito seja variável. Os estudos sobre tradução, enquanto disciplina, são relativamente recentes, iniciaram-se e prosseguiram-se de forma mais consistente há poucas décadas. Ainda há muito a fazer, a analisar, a estudar, a investigar. Os estudos sobre tradução conheceram um desenvolvimento e um impulso a seguir à Segunda Guerra Mundial. Seria despropositado fazer aqui, ainda que de forma breve, uma listagem das diferentes ênfases que foram dadas às dissertações e reflexões sobre a tradução desde então (para já não falar dos autores clássicos que se debruçaram sobre o tema).

Não somos partidários, como se poderia inferir do atrás exposto, de que a teoria não é importante para quem traduz. Pelo contrário. Mas sobre isto reflectiremos mais adiante.

Sabemos que um tradutor que não saiba exprimir-se de uma forma adequada, por muito que se afigure a uma teoria, e por excelente que esta seja, jamais será um bom tradutor. Um bom tradutor tem, em primeiro lugar, de saber ler e escrever bem a língua para a qual traduz, ou seja, a sua língua materna. E aqui levantamos uma velha questão, relevante e interessante, a de saber se o tradutor só pode ou só deve traduzir para a sua

²⁹ O Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa define "tradução" da seguinte forma: "**tradução**. 1. "Acção de dizer ou escrever numa língua aquilo que foi dito ou escrito noutra língua; acto ou efeito de traduzir. *Sin.*: Versão. 2. Texto traduzido; texto escrito numa língua que não a original." E "**traduzir**. v. 1. Dizer ou escrever numa língua o que foi dito ou escrito noutra; fazer a tradução de." (2001: 3600, 3601). Note-se, ainda, como se confunde - ou, pelo menos, como não se distingue - tradução com interpretação.

língua materna, questão sobre a qual nos debruçaremos no capítulo seguinte, dedicado à tradução técnica e científica, no qual ficará, cremos, explicada a pertinência de guardarmos para esse momento essa reflexão. É também importante que o tradutor conheça bem a língua e a cultura do texto de partida, mas não deve confundir-se saber línguas com saber traduzir. São processos que requerem procedimentos distintos e da nossa experiência sabemos que há tradutores muito bons que apenas têm um conhecimento passivo da língua do texto de partida e tradutores com resultados bastante fracos que dominam muito bem a língua do outro. O tradutor literário deve ter, ainda, uma boa cultura geral e, naturalmente, gosto pela literatura.

A tradução, o processo tradutório, requer conhecimento, requer habilidade e capacidade, encerra criatividade, e há quem acrescente "arte".

O tradutor tem de admitir e "conformar-se" com a realidade: a impossibilidade de se dizer tudo o que está no original. Tenta preservar a originalidade do texto de partida, o que nem sempre é possível, dado correr o risco de, ao querer fazê-lo, tornar a mensagem incompreensível, pondo dessa forma em causa a finalidade do acto de traduzir. Neste caso, terá de recorrer à dimensão artística da sua função. Tem de admitir, pois, a intraduzibilidade - a intraduzibilidade linguística e a intraduzibilidade cultural - e conhecer a melhor forma de a contornar: transpor a situação do discurso que tem de traduzir (o texto de partida) para o seu próprio contexto linguístico, o que implica que considere que termos, que expressões, tanto o narrador como as personagens, pelas suas características, no contexto concreto descrito, utilizariam se fizessem parte desse seu contexto linguístico, ou seja, terá de considerar que termos, que expressões, utilizaria um nativo da sua língua materna para descrever os mesmos ambientes, cenas, paisagens, sentimentos, sensações, etc. O texto de chegada acaba sempre por ser "contaminado" pelo original, ao abrir-se a outra perspectiva, outra cultura: deixa entrar formas novas e diferentes de ver as coisas de sempre, de descobrir novas coisas. A língua de chegada é, com a tradução, ampliada e renovada, enriquecida portanto, mas o tradutor deve velar por que essas contribuições sejam pertinentes e criativas. Entra aqui o pragmatismo, o lado intuitivo do processo tradutório. O tradutor, durante o processo de tradução, vai fazendo escolhas e, inclusivamente, fazendo as alterações que lhe permitam chegar a um texto na língua de chegada (e na cultura de acolhimento) que faça sentido, que seja um todo coerente, recorrendo às normas estilísticas e idiomáticas desta, que permitam cumprir tal objectivo. Para que ao leitor da língua de acolhimento chegue uma mensagem o mais próxima

levantar vários desafios: tratava-se de uma obra premiada³², e que por isso sabíamos que chamaria mais a atenção dos leitores (e da crítica), pelo que o tradutor acaba sempre - mesmo que contrarie esse sentimento - por sentir uma responsabilidade maior; um espaço da acção longínquo; uma sociedade muito peculiar, com os seus meandros políticos e sociais tão próprios, típicos de todas as sociedades acabadas de sair de uma ditadura com contornos muito pouco claros; o desconhecimento do autor e da obra; uma variante pouco estudada da língua espanhola, sobretudo ao nível do calão, de que a obra possui exemplos muito ricos; e o medo que o tradutor sente sempre antes de iniciar qualquer tradução e que parece nunca o abandonar definitivamente ou a que o tradutor parece nunca se habituar completamente. Motivos suficientes - ao que se aliava um gosto particular pela literatura sul-americana - para aceitar o repto.

O primeiro passo da metodologia seguida consistiu em fazer uma pesquisa sobre o autor. Um autor peruano de relevo, galardoado com vários prémios e finalista de outros tantos, com voz activa no seu país e no mundo de fala hispânica. Uma segunda pesquisa sobre a obra: espaço, tempo, personagens, trama, ao mesmo tempo que se procurou eventuais traduções para português brasileiro e francês. A Internet foi o meio usado, que se revelou abundante em artigos sobre e do autor, mas que nada revelou sobre essas outras versões linguísticas, que poderiam, eventualmente, ter contribuído com outras possibilidades, outras opções, outras leituras.

Depois desta pesquisa prévia para situar o autor e a sua obra - posicionamento social, político, temáticas abordadas, etc. -, passou-se à leitura da obra - que deve ser sempre vista como um todo, aquela "unidade mínima traduzível" de que fala György Radó³³ -, para tentar "penetrar" e visualizar o ambiente descrito, o seu imaginário criativo, tentando fazê-lo, até onde isso é possível, sem a interferência da língua materna do tradutor. Passou-se depois - e confessamos que começámos a fazê-lo antes mesmo de terminar a leitura integral da obra, como qualquer teoria normativa considera prática obrigatória, mas que (quase) nenhum tradutor consegue observar - a transferir, o que implica um esforço criativo muito activo, esse imaginário do original para a língua de chegada, tornando-o perceptível e agradável aos olhos - e ouvidos - dos seus novos leitores, os leitores da língua e da cultura de chegada, o português europeu. Este segundo

³² A obra foi premiada com o Prémio "Herralde de Novela" de 2005, prémio com que a editora espanhola Anagrama distingue anualmente o melhor romance em língua espanhola; ao prémio podem candidatar-se todos os escritores, de qualquer nacionalidade, que apresentem um romance inédito em língua castelhana. É outorgado anualmente desde 1983.

³³ RADÓ, György. "Outline of a Systematic Translatology". *Babel-International Journal of Translation*, Vol. 25, n.º 4, 1979: 187-196, citado em TORRE (2001: 148).

passo é levado a cabo tentando que não haja qualquer interferência da língua de partida, que apenas a língua de chegada se faça ouvir. Falámos em "criatividade", mas esta não se opõe, como poderia supor-se, à fidelidade: não se trata de uma criatividade a belo prazer do tradutor, com o mero intuito de embelezar o texto, afastando-o do original; trata-se, antes, de usar a imaginação para preservar a integridade artística do texto e transmitir a mensagem do texto original o mais fielmente possível. Esse equilíbrio a alcançar é uma balança em que num prato está a mensagem do original como ela é entendida pelo leitor da língua de origem e, no outro, a mensagem concebida, criada, como será entendida pelo leitor dessa nova língua. Neste processo, é óbvio que o tradutor deixa sempre a sua marca pessoal, o que remete para a tão debatida questão da "transparência do tradutor". Este adaptará a sua escrita ao estilo do autor, mas nunca poderá abandonar o seu próprio estilo, que permanecerá para sempre na sua tradução. É um esforço a que está obrigado, mas a transparência absoluta parece ser inatingível. O objectivo do tradutor deve ser o de reproduzir na língua de chegada, a sua, todos os efeitos textuais do original, tarefa que o tradutor jamais poderá cumprir na íntegra, dado que as duas línguas servem-se de recursos diferentes para "interpretar" e "descrever" a realidade e porque a intenção do autor é, muitas vezes, inatingível. O tradutor terá de interpretar, ou seja, "mete-se" na tradução, deixa a sua marca, e é, assim, co-autor do texto, na medida em que se coloca ao serviço do escritor do original. Pode falar-se, com efeito, de co-autoria na tradução.

Uma das dificuldades sentidas com a tradução da obra, e que é comum a muitas traduções literárias, prende-se com o facto de o tradutor não poder conhecer em primeira-mão as circunstâncias que conformam o cenário da obra. Tivemos, no caso vertente, de recorrer a mapas da cidade, disponíveis na Internet, em sítios oficiais da cidade de Lima, a guias turísticos fidedignos, para poder fazer uma ideia mais precisa do cenário em que se desenrola boa parte da acção, bem como a um mapa do país, para situar outras zonas também descritas e que servem de pano de fundo a outros episódios, e assim poder reproduzi-los da melhor forma. Consideramos importante que o tradutor se informe, da maneira mais cabal e fiável possível, sobre os factos por trás da ficção. No texto - reunido sob a coordenação de Guilhermina Jorge na obra *Tradutor Dilacerado* (1997) - intitulado "Explorar para Traduzir", da autoria da tradutora Claire Cayron, que traduziu Miguel Torga para francês, esta fala-nos da necessidade de conhecer o autor, não física e pessoalmente, mas através da pesquisa que sobre ele é necessário fazer, afirmando: "Ao esmiuçar, aproximar e comparar, tinha de facto reconstruído a vida de Miguel Torga, de

quem ignorava tudo no momento em que comecei a lê-lo..." (p. 80). E acrescenta que "contava com a ajuda que a cabeça de um tradutor poderá receber das próprias pernas e dos olhos", ou seja, sentiu a necessidade de se deslocar ao cenário descrito na obra a traduzir - Trás-os-Montes - para se imbuir no espírito do texto, entender melhor a intenção do autor e reproduzi-la mais fielmente.

Outra das dificuldades sentidas tem a ver com determinados produtos agrícolas locais, que não existem no nosso mercado. É o caso das *lucumas*, fruta tipicamente subtropical; mantivemos o nome, que é usado no Brasil, para onde esta fruta é exportada. Foi ainda o caso de alguns pratos e bebidas típicos do Peru, como o *pisco sour* (a bebida nacional do Peru), a *mazamorra* (sobremesa à base de milho vermelho), o *lomo saltado*, a *chicha* (bebida não alcoólica, feita também à base de milho vermelho), o *tacu tacu* e o *espesado* (ambos pratos de carne). Os elementos do folclore obrigaram também a uma pesquisa, como o *huayno* (ritmo tradicional andino) e o instrumento musical chamado *charango*. Ou a forma tão peruana de ver o tempo, o "agora": "*ahora*", "*ahorita*", "*ahoritita*", "*al toque*", prolongando, como explica o Professor Pérez Esáin (2006)³⁴, este momento de futuro imediato, "esticando-o" ao longo de uma manhã, uma tarde, um dia inteiro. Estas dúvidas foram esclarecidas com consultas na Internet, em sítios oficiais do turismo e do governo peruano. Consultaram-se dicionários peruanos em linha e recorreu-se a sítios e blogs na Internet sobretudo para, através de textos escritos por nativos, esclarecer o sentido de termos de jargão. Consultou-se uma cidadã peruana, que esclareceu e confirmou certo tipo de dúvidas, quase todas sintáticas. Outras dúvidas de compreensão foram tiradas com o autor da obra, que se disponibilizou a todo o momento para o efeito. Aliás, foi condição do autor, incluída no articulado do contrato celebrado com a editora portuguesa, fazer a revisão da versão portuguesa para a Europa. Este diálogo com o autor é fundamental para perceber as suas intenções e poder reproduzi-las no texto do tradutor. Foram resolvidas e, sempre que não foi possível introduzir o sentido ou a explicação no corpo do texto, de forma fluida e sem interromper o discurso, optou-se pelas notas de rodapé, porque nos pareceu que era importante dar essa informação ao leitor da versão portuguesa.

Paralelamente à tradução, fomos lendo e consultando a tradução para português de outros autores sul-americanos, nomeadamente da autoria de Pedro Tamen, sobretudo para

³⁴ PÉREZ ESÁIN, Crisanto, "Ahora, ahorita, ahoritita y al toque, o cómo alargar el día con palabras". *Desde el Campus*, Boletim semanal elaborado pela Dirección de Comunicación da Universidade de Piura, Peru, Ano IV, N.º 209, Março de 2006. Edição em linha: <http://www.udep.edu.pe/publicaciones/desdelcampus/art1810.html>

além de termos dado continuidade à obra, difundindo-a noutro espaço, noutra cultura e noutra língua.

Fica por fazer o estudo comparativo das capas das duas versões linguísticas: terreno para quem, como o Professor José Yuste Frías³⁵, se ocupa das questões da "paratradução", conceito que vai ganhando cada vez mais força no âmbito dos estudos da tradução.



Foto 1 - Capa da versão espanhola. Foto 2 - Capa da versão portuguesa.

³⁵ José Yuste Frías, Professor Titular do Departamento Traducción e Lingüística da Fac. de Filoloxía e Traducción da Universidade de Vigo, formou, em Março de 2005, o Grupo de Investigación "Traducción & Paratraducción (T&P)", que hoje dirige. Página web: <http://webs.uvigo.es/paratraduccion/index.html>.

4. Tradução técnica e tradução científica

A época em que vivemos tem sido comparada a uma "revolução industrial", desta vez impulsionada, já não pela máquina a vapor ou pela electricidade, como no passado, mas pela informação, num momento em que a supremacia das nações é determinada e definida pelo conhecimento científico e tecnológico. Não admira, pois, que se registre um aumento da produção de textos em domínios científicos e tecnológicos, que novas áreas do conhecimento tenham surgido, ligadas à investigação, e ainda que, devido à mobilidade, aos contactos a nível global, à Internet, à abertura da economia à escala planetária, haja uma maior procura da tradução com a finalidade de interligar pessoas e conhecimentos. Procuram-se também novas combinações linguísticas: surge a demanda, neste período em análise, do chinês mandarim, do árabe, do checo e do polaco, e fazem-se ressurgir línguas solicitadas no passado, como é o caso do francês, que durante anos esteve "fora de combate". Curiosamente, o francês, outrora procurado de e para a França, voltou a ser solicitado, agora com Marrocos como destino ou proveniência, em cujo mercado apostam presentemente empresas portuguesas e espanholas.

Em Portugal a tradução científica e técnica tem sido distinguida pela atribuição do "Prémio de Tradução Científica e Técnica em Língua Portuguesa", uma iniciativa da Fundação para a Ciência e a Tecnologia e da União Latina (entre 2004 e 2008 tiveram lugar as edições XII a XVI), que conta com a colaboração da Associação Portuguesa de Tradutores e da Direcção-Geral "Tradução" da Comissão Europeia e que tem o patrocínio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e do Ministério da Cultura, através da Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas. É curioso notar, porém, que todas as obras que foram premiadas no período da nossa análise são obras de carácter científico e não técnico. Observe-se que estão excluídas de concorrer traduções de traduções, quando hoje é uma prática comum, geralmente por questões económicas ou pela dificuldade em encontrar um tradutor que assegure determinadas combinações linguísticas, e quando, do ponto de vista do tradutor, traduzir um original ou uma tradução não tem forçosamente de constituir uma tarefa mais complexa ou mais fácil, mais nobre ou menos prestigiada, estando ainda interditos de concorrer ao prémio manuais de instruções. Parece-nos que, desta forma, se valoriza mais a tradução científica (também denominada técnico-científica)

em detrimento da tradução técnica, que é no entanto a mais comum, mais pedida e executada.

Experiências não muito bem sucedidas, antes do período em análise (2004-2008), levaram-nos a abandonar a tradução de textos científicos (ensaio académico, artigo científico, relatório científico, projecto de pesquisa): os prazos revelaram-se sempre absurdos, impossíveis de cumprir, impossibilitando totalmente o tradutor de fazer uma pesquisa terminológica mínima, quando a tradução deste tipo de texto exige, pelo contrário, uma intensa pesquisa. O seu grau de especialização e de novidade revelou-se igualmente um grande entrave a essa mesma pesquisa terminológica: na maioria das vezes deparámo-nos com a ausência de terminologia em português em determinadas áreas, dado que a bibliografia existente não se encontra traduzida para a nossa língua. Essas experiências menos positivas levaram-nos a optar pelo texto técnico, ou seja, os textos de aplicação à indústria (manuais, certificados, certificações, contratos, relatórios de fábrica, relatórios de vistorias, cadernos de encargos, descrição de máquinas, propostas para concursos públicos, textos de divulgação para um público geral, etc.). Uma aposta que consideramos ganha, justamente devido ao aumento a que aludimos no parágrafo anterior, um aumento tanto da produção como da necessidade de traduzir este tipo de texto.

Aprendemos que o que caracteriza, de maneira fundamental, o texto técnico é a terminologia, embora para o tradutor o importante seja o conceito, já que também os termos técnicos são arbitrários; são geralmente fixados por um organismo oficial incumbido da normalização dos produtos e serviços para o território nacional. O tradutor tem de saber identificar os termos do texto de partida e saber utilizar os termos equivalentes adequados no texto de chegada. Debate-se, mesmo entre tradutores, quem deve, quem está apto a fazer tradução técnica. Alguns clientes também suscitam esta questão. Da nossa experiência, dos resultados observados e do confronto com visões de outros tradutores e até mesmo de clientes, pudemos inferir que os tradutores técnicos com experiência num dado tema ou temática conseguem resultados mais satisfatórios do que os especialistas técnicos sem experiência ou formação em tradução. E aqui coloca-se a questão de saber se os tradutores técnicos têm de ser ou devem ser "especialistas" nas áreas que traduzem. Os textos técnicos ou especializados incidem sempre sobre um dado domínio temático específico, e é precisamente a especialização ou o campo temático do texto que torna a sua tradução mais ou menos difícil e não os termos em si. Só quem entende o texto de partida o poderá traduzir, porque tem de compreender os conceitos

relativos à temática abordada. Mas que tipo de compreensão deve ter o tradutor? O tradutor não tem de saber tanto como o médico, o engenheiro, o jurista, o economista, etc., mas tem de adquirir competências de compreensão da temática técnica que traduz - uma compreensão com carácter meramente passivo. O tradutor tem de saber que "*beach seine*" é uma "rede envolvente-arrastante de alar para a praia", mesmo que nunca tenha visto esta arte de pesca; deve saber, ainda, que se trata de uma rede que é calada a partir de uma embarcação e manobrada e alada a partir de terra, porque essa informação pode ajudar ou até mesmo ser determinante para a compreensão do original e para a redacção do texto que vai produzir na língua de chegada, mas não tem de saber manobrá-la como terá de saber o técnico que opere com ela; o tradutor tem de saber que "*hedge funds*" são "fundos de retorno absoluto", terá de saber que é um produto financeiro, um fundo de investimento, que garante capital e juros, também pelas mesmas razões atrás aduzidas, ainda que desconheça o seu funcionamento e comportamento nos mercados. Ou seja, o tradutor tem de dominar os temas, ter uma compreensão das temáticas, dominar a terminologia, mas, como é óbvio, o conhecimento que tem dessas matérias é um conhecimento, como dissemos já, passivo. Este conhecimento, esta especialização, confere uma importância especial ao acto de se documentar para traduzir, que abordaremos mais adiante. É uma fase imprescindível do trabalho do tradutor técnico.

A tradução do texto técnico requer, por isso, um trabalho prévio, o que se denomina por "pré-tradução": o tradutor, antes de dar início à tradução, deve pensar acerca da origem do texto original, sobre o seu destino e sobre as intenções do seu cliente. Conhecer estes dados é fundamental, na medida em que qualquer texto tem uma direcção a seguir, um caminho a percorrer, uma função a desempenhar, visa algo, e essa informação é pertinente para determinar as opções que levarão ao texto de chegada. No caso do texto técnico, é muito importante saber a quem se destina a tradução: a intenção do autor do texto técnico é secundária em relação à função que o texto deve cumprir, na medida em que a função última da tradução é favorecer e facilitar a cooperação entre culturas. A tradução deve cumprir a sua finalidade.

Esses dados referidos são aquelas informações que se obtêm junto do cliente, já que este pode informar o tradutor acerca da funcionalidade do texto traduzido, facultar glossários, disponibilizar outros textos na língua de chegada sobre a mesma temática (os denominados "textos paralelos"), pode responder a dúvidas.

É importante esclarecer tudo isto antes de dar início à tradução. Os textos que chegam ao tradutor não são, na maioria dos casos, bem escritos, claros, precisos, coerentes, definitivos. Muitas vezes permanece a dúvida a quem se dirigem. Para não falar já dos textos que não são redigidos por nativos (é o caso de textos que recebemos num inglês muito deficitário escritos por checos, polacos e romenos). As marcas das línguas maternas dos seus autores são visíveis, e só o romeno se torna mais perceptível, pela estrutura e vocabulário. Textos bem escritos são um luxo. Na sua maioria trata-se de textos das Instituições comunitárias, onde há revisores dos textos originais, justamente para facilitar a sua tradução.

Assim, quando dá início à tradução de um texto técnico, o tradutor não tem à sua frente unicamente o texto a traduzir (original): dispõe de um conjunto de documentos, de informação e contactos, que conformam os elementos de um "projecto de tradução". Não se trabalha apenas um texto, mas sim um projecto.

Dos elementos do projecto de tradução, destacamos os mais comuns:

Material	<ul style="list-style-type: none"> ▪ texto(s) a traduzir ▪ imagens (fotografias, gráficos, tabelas, quadros) ▪ glossário(s) do cliente ▪ textos paralelos ▪ traduções anteriores sobre a mesma temática ▪ contacto do técnico a quem recorrer para esclarecimento de dúvidas
Informação sobre tarefa a realizar	<ul style="list-style-type: none"> ▪ finalidade da tradução (função que deve cumprir, a que se destina: informação (interna), divulgação (externa), publicação, etc.) ▪ definir quem faz a revisão
Informação sobre o projecto	<ul style="list-style-type: none"> ▪ prazo ▪ valor (orçamento ou estimativa) ▪ condições de pagamento ▪ contrato (ou adjudicação do trabalho com aceitação do orçamento)

Tabela 4 - Elementos de um projecto de tradução.

As instruções do cliente são importantes. Não só questões como a já citada informação sobre o destino a dar à tradução, mas também instruções relativas à

formatação, por exemplo. Os tradutores devem inquirir o cliente sobre se este pretende manter a formatação do original. Na tradução de documentos jurídicos, por exemplo, é sempre mais fácil manter a formatação do original, embora também seja legítimo dar-lhe a formatação que o documento equivalente tem habitualmente na língua de chegada. De todas as formas, manter a formatação ajuda o cliente a perceber se a tradução está completa. O caso dos *curricula vitae*, por exemplo, até há pouco tempo levantava a questão de os adaptar ao formato nacional mais comum. Com a introdução do curriculum Europass, deixou de ser necessária essa adaptação e reformatação.

O facto de terem sido traduzidos diferentes tipos de documentos mantendo a formatação do original levou a que essa formatação comesse a ser usada na cultura de chegada, mesmo sem ser por via da tradução (mas sim da imitação). O mesmo acontece com outros aspectos: muitas pessoas confundem hoje a vírgula do sistema decimal português, substituindo-a por um ponto, por imitação do sistema decimal anglo-saxónico. O mesmo acontece com as aspas, que em português devem ser sempre duplas, embora haja quem utilize as aspas inglesas ('). O tradutor deve estar alertado para estas circunstâncias e deve tê-las em conta ao tomar as suas decisões, já que tem nelas responsabilidade.

É importante este diálogo com o cliente, embora este deva ser importunado o menos possível, para que o tradutor não dê a ideia de ser incompetente; a imagem que se pretende transmitir é a de um profissional preocupado, que procura desempenhar o seu trabalho na posse da maior informação possível, o que só poderá redundar em maior qualidade e num reforço da confiança entre cliente e tradutor. Os clientes não têm consciência da complexidade do trabalho do tradutor e não entendem, muitas vezes, a necessidade dessas perguntas, pelo que há que agir com tacto.

É, efectivamente, em relação à tradução técnica que a visão externa da tradução se opõe e se demarca mais da visão interna, isto é, a forma como os outros - o cliente - vêem o tradutor e o seu trabalho (visão externa) e como o tradutor se vê e actua no exercício da sua actividade (visão interna). Um tradutor isolado, único responsável pelo produto final, único interveniente no mesmo, que lê na íntegra o texto antes de o traduzir, que é especialista nas áreas técnicas que traduz, que domina toda a terminologia envolvida, que não faz mais do que um trabalho de substituição de termos, que a um texto original apenas corresponde uma única tradução. Esta é uma noção de tradução (visão externa) que está distante do que realmente acontece na prática: o tradutor, para fazer face a prazos "impiedosos", tem de trabalhar em equipa, e fã-lo porque também em equipa consegue

melhores resultados; não dispensa a figura do revisor; sabe que um texto de partida pode dar origem a vários textos de chegada (depende dos outros tradutores com quem trabalha, dos revisores, dos clientes, da finalidade do texto traduzido); e quanto à "mera substituição" de termos sabemos que, também na tradução técnica, é uma ilusão. O tradutor, na realidade, faz mais do que traduzir: adapta, omite, acrescenta, explica... para servir, com as suas competências e valências, o cliente e a finalidade do texto. Porque, em última instância, o texto traduzido tem de ser compreendido. São procedimentos que fazem parte do processo de tradução, já que só recorrendo aos mesmos é possível fornecer serviços linguísticos adequados para cada situação que se apresenta ao tradutor. Quanto à tão debatida questão de ler na íntegra o texto a traduzir antes de dar início à tradução, podemos dizer que, na prática isso não acontece nos textos técnicos que são trabalhados por uma equipa, já que, regra geral, cada tradutor apenas recebe a parte que vai traduzir, não tendo acesso ao texto integral. E mesmo a parte que lhe é incumbida também não será lida na íntegra antes de começar a traduzir, porque o volume e o prazo concedido não são compatíveis com uma primeira leitura seguida de uma análise para, só então, a tarefa ser completada com a tradução; aliás, começar logo a tradução é uma prática que acaba por se revelar mais produtiva e eficiente, porque os problemas só se revelam quando se tem "a mão na massa", ou seja, quando se está a traduzir, e uma primeira leitura do texto não se revela, por isso, de grande utilidade. Porque entender e traduzir são coisas diferentes. O processamento de texto permite facilmente voltar atrás e fazer as correcções e substituições necessárias de forma muito rápida e segura.

Os glossários assumem uma enorme importância na tradução técnica, pelo que devem ser sempre realizados para cada projecto de tradução. Constituem um precioso material de consulta, e o tempo e esforço que lhes é dedicado no momento da tradução são facilmente recompensados com as vantagens que trazem em relação a futuros trabalhos. Por isso defendemos que o tradutor deve fazer glossários que deve conservar e partilhar com os outros elementos da equipa, para futura referência. Aliás, o trabalho do revisor fica muito facilitado quando o tradutor lhe entrega um glossário bem elaborado juntamente com a sua tradução. A referência à fonte ou fontes permite ao revisor perceber da sua fiabilidade e, daí, aferir a validade e qualidade da tradução. Os glossários podem e devem ser permanentemente actualizados, sobretudo em relação a áreas técnicas que estão sempre a evoluir, a desenvolver-se e a admitir novos vocábulos. A informática veio permitir glossários cada vez mais sofisticados, que permitem uma melhor consulta e actualização.

Podem usar-se vários programas (Word, Excel), pode fazer-se uma hiperligação (*hyperlink*) ao texto indicado na fonte, que nos levará automaticamente para esse texto, tanto se o tivermos gravado no nosso disco rígido como se o mesmo estiver disponibilizado na Internet. É sempre bom gravar o texto quando o consideramos útil para futuros trabalhos, já que muitas vezes os textos, com o tempo, são retirados da rede, impossibilitando a sua consulta. Uma hiperligação a um sítio da Internet é mais útil no caso de documentação oficial (nacional ou comunitária) ou a entidades oficiais, que à partida mantêm as suas páginas (ex: Banco de Portugal).

A Internet revolucionou, sem dúvida, a forma de trabalho do tradutor. Graças a ela, hoje podemos admitir que, no caso dos textos técnicos, o tradutor pode traduzir para uma língua que não seja a sua língua materna. Somos de opinião que se trata de uma situação a evitar, mas há quem defenda, como faz Anthony Pym (designadamente no material do curso *Technical Translation and Electronic Tools*, organizado pela Universitat Rovira i Virgili, de Tarragona), que, graças aos materiais que a Internet disponibiliza, hoje o tradutor pode traduzir, com confiança e qualidade, para a sua língua de trabalho e não já unicamente para a sua língua materna. A experiência que fizemos neste sentido foi muito bem sucedida, dado ter-se dado a casualidade de encontrarmos na Internet toda a terminologia necessária bem como o tipo de registo adequado à situação. Tratava-se de um catálogo de uma fábrica portuguesa de rolhas de cortiça para garrafas, que pretendia a sua tradução para o espanhol. Dado haver fábricas em Espanha que se dedicam à mesma actividade, e que colocaram nas suas páginas *web* a descrição de todo o processo e dos vários tipos de rolhas que fabricam, em tudo idênticas às do nosso cliente, incluindo os nomes das várias partes que constituem uma rolha, o trabalho foi concluído com satisfação e foi muito bem recebido pelo cliente e pelos seus destinatários. Mas, e quando esta conjugação de aspectos positivos não se verifica? Consideramos que, por muito bem que se domine uma língua estrangeira, jamais se dominará esta como se domina a língua materna. Há ainda a questão de que, ao viver-se longe de um dado contexto linguístico, os conhecimentos dessa língua tendem a ficar desactualizados, lamentos que ouvimos, com frequência, a colegas estrangeiros a residir há muitos anos, décadas, no nosso país. Não afirmamos, no entanto, que nunca se deve traduzir para uma língua que não seja a língua materna, que essa é uma tarefa votada ao fracasso, mas o tempo que tem de se dedicar a um projecto com este tipo de combinação linguística não compensa, em nossa opinião, quando é possível recorrer a um nativo para o fazer. A Internet colocou ao nosso dispor

formas de verificar se os termos, a sintaxe, o registo são os correctos, mas, repetimos, é um trabalho que consome muito mais tempo do que traduzir para a língua materna.

As consultas na Internet, designadamente para chegar a textos paralelos, são de uma ajuda preciosa, muito embora o tradutor técnico tenha de recorrer a especialistas, sobretudo quando se depara com novos termos, uma situação muito comum actualmente, nesta era marcada por uma extraordinária rapidez no campo do conhecimento. Acima de tudo, insistimos, somos de opinião que o tradutor deve perceber a quem se destinam os textos e, usando do bom-senso e de sentido crítico, criar textos claros. Aquando daquela que ficou conhecida como a "guerra da palmeta", decidimos deixar nos numerosos textos que então traduzimos sobre a temática o termo "palmeta", em vez de "alabote", que era o mais próximo do termo do original e o nome que o cliente pretendia que figurasse. Explicámos que, em nossa opinião, optando por "alabote" correríamos o risco de levantar dúvidas no leitor do texto em português, já que não associaria de imediato às notícias que eram, então, veiculadas a toda a hora pela comunicação social. Dando outro exemplo - também este um recurso haliêutico -, em 2008 houve a denúncia de que existiria no mercado europeu uma espécie, importada do Vietname, altamente contaminada: o panga. As pesquisas levaram-nos para "peixe-gato", mas não é este o nome dado nos mercados nem na restauração, pelo que optámos por, depois de "peixe-gato", acrescentar "espécie comercializada com a designação panga". A linguagem científica e técnica não pode alhear-se, em nosso entender, da linguagem comum e quotidiana, sob pena de se criarem textos, considerados técnicos, apenas inteligíveis para um reduzido grupo de pessoas que trabalha numa área concreta. A tradução técnica exige muitas vezes uma adaptação ou mesmo uma explicação, muito frequente nos textos jurídicos, dado que a tradição jurídica, e a própria acepção do direito, varia de país para país. Sabemos que o conceito português de "arguido" não tem equivalente no sistema jurídico espanhol ou inglês, pelo que o tradutor que se depare com este termo terá de o explicar, para tornar compreensível o texto e fazer passar a mensagem, caso a tradução para "*sospechoso*" ou "*suspect*", respectivamente, torne o texto de chegada ambíguo ou induza inclusivamente a erro. É importante, pois, que, relativamente ao texto técnico, a tradução vise, essencialmente, o mesmo registo do texto original, isto é, que se dirija a especialistas quando o original é dirigido a especialistas, que se dirija a um público mais alargado quando o original - ou o cliente - visa atingir esse público.

Foram várias as temáticas e os tipos de textos que traduzimos no quinquénio em análise: cadernos de encargos em domínios como a metalomecânica e a electrotecnia,

manuais de equipamentos para a indústria, sítios oficiais da Internet, fundamentalmente para Câmaras Municipais e para clínicas médicas de várias especialidades, livros técnicos e obras de divulgação (pesca, modos de vida, gastronomia, transportes, mecânica de motociclos, porcelana chinesa dos séculos XVII e XVIII, instalações desportivas), documentação para particulares e empresas, *newsletters* de empresas e de grupos empresariais, textos jurídicos (contratos, certidões, cartas rogatórias, etc.), relatórios e contas de empresas privadas e de instituições financeiras, documentação pessoal (diplomas académicos, CV, etc.), além de textos das Instituições comunitárias, que desenvolveremos em capítulo próprio, em virtude da sua especificidade.

4.1. Documentar-se para traduzir

Entre as competências de variada ordem que o tradutor deve possuir e desenvolver no decurso da sua vida profissional, e que temos vindo a abordar ao longo do presente relatório (linguísticas, extralinguísticas, culturais, tecnológicas, etc.), figura a competência informacional, competência que é, de resto, transversal e genérica, ou seja, é partilhada por quase todas as actividades e profissões. Nos termos da Declaração de Alexandria sobre Competência Informacional e a Aprendizagem ao Longo da Vida, de Novembro de 2005, a competência informacional foi definida como sendo "um direito humano básico num mundo digital e [que] promove a inclusão social em todas as nações".

Frequentemente, uma má tradução deve-se a uma deficiente pesquisa, porque o trabalho de tradução é, em grande medida - sobretudo quando falamos de tradução técnica -, uma questão de documentação. O tradutor, além das competências já citadas, tem, nos dias de hoje, de ser um especialista nos métodos de pesquisa, acesso e avaliação da informação e documentação, fases do seu trabalho que são imprescindíveis para que o possa executar eficaz e responsabilmente, já que assume, como temos vindo a dizer, o papel de elo da transmissão de conhecimento. Ou seja, nesse processo de mediação e transferência do conhecimento que é a tradução, a actividade documental do tradutor assume-se como um elemento instrumental de indiscutível valor. A pesquisa de informação e a documentação implicam a tomada constante de decisões, mas já vimos que o processo tradutório a isso obriga continuamente.

Nesta era digital, passou-se de um modelo praticamente único de biblioteca (o do texto impresso) para um conjunto de diferentes fontes de informação, com formas concretas para obter, tratar, arquivar e divulgar dados. A Internet está, obviamente, no centro deste trabalho de pesquisa e documentação, e tem vantagens nítidas, por ser uma fonte (quase) inesgotável e valiosíssima e um meio de trabalho e de comunicação que veio alterar as barreiras do tempo e do espaço (no início da nossa carreira profissional, estávamos sujeitos ao horário das várias bibliotecas e centros de documentação, aos quais tínhamos de recorrer). Mas encontramos também desvantagens, que é preciso ter em linha de conta, como uma grande dispersão de informação, a mutabilidade dos conteúdos disponíveis, a estrutura da rede que se pode revelar ineficaz (um número muito elevado, em nosso entender, de motores de busca, com organizações e objectivos diferentes), além do grau de fiabilidade da informação, que requer do tradutor um espírito crítico a todo o momento.

O tradutor tem de recorrer a fontes documentais tanto para obter informação sobre o conteúdo do texto original (uma boa parte do trabalho do tradutor consiste em compreender o texto que vai traduzir), como para obter informação terminológica que lhe permita utilizar os termos especializados adequados no texto de chegada. Ao nosso alcance temos hoje enciclopédias e dicionários electrónicos, sítios institucionais, jornais em versão digital e motores de busca (com acesso a uma infinidade de tipos de documentos).

A pesquisa documental implica saber localizar, validar e utilizar correctamente as fontes de informação que a Internet coloca à nossa disposição, e aqui importa não esquecer, como já referimos, que é necessária uma consciência crítica, que deve estar sempre presente nesta fase do trabalho.

Depois da pesquisa (quando os resultados obtidos não são satisfatórios, é necessário fazer a busca através de outras palavras, e os operadores booleanos podem ser fundamentais para se chegar rápida e eficazmente ao que se pretende), segue-se a fase de selecção dos resultados, na qual há que ter em atenção alguns factores como o título, a descrição, a direcção completa URL (para se aceder posteriormente), data da última actualização, língua, relevância do sítio. Trata-se de elementos que definem o tipo de documento que temos à nossa frente. Passamos depois à fase da avaliação dos resultados obtidos, existindo parâmetros que ajudam o tradutor a tomar as suas decisões quanto à fiabilidade das fontes, como o autor (deve ser fonte autorizada ou perito/sítio institucional), língua original (já que, caso se trate de uma tradução, nada sabemos da sua qualidade),

actualidade (os dados podem já estar desactualizados) e o domínio (um domínio "org" ou "gov.pt" é certamente mais fiável que um domínio "yahoo.com"). A última fase, que muitos tradutores esquecem, mas que é fundamental, é a da "armazenagem" dos resultados, a criação de um ficheiro de consulta para cada projecto de tradução. Não só esses dados da pesquisa devem ser entregues ao revisor da tradução, como já explicámos anteriormente, como, futuramente, podem facilitar muito o trabalho do tradutor, como ainda poderão servir, nomeadamente perante o cliente, para justificar as nossas opções.

Apesar de a parte visível do trabalho do tradutor ser o texto traduzido, esta fase do processo tradutório - a da documentação - é determinante para a qualidade desse "produto" final.

4.2. Traduzir para as Instituições da UE

No quinquénio 2004-2008, o trabalho prestado no domínio da tradução para as Instituições comunitárias representou entre 28,2% (ano com uma menor percentagem de trabalho realizado para a União Europeia (UE) em relação à totalidade dos serviços prestados durante esse exercício) e 53,4% da totalidade dos serviços prestados no domínio da tradução³⁶, uma fatia inquestionavelmente muito significativa, colocando permanentemente as Instituições da UE no topo da lista de clientes. A diferença das percentagens apresentadas por ano deve-se ao aumento ou diminuição do trabalho executado para os restantes clientes, já que o volume de trabalho para as Instituições da UE se manteve praticamente inalterado, com um pico em 2005 e um decréscimo em 2007, ano em que expirou o contrato então em vigor celebrado com o Parlamento Europeu e em que esta instituição deliberou não lançar novo concurso para a tradução externa do Relato Integral das Sessões Plenárias (ou *Compte rendu in extenso*), posição que viria a alterar em 2008, com o convite para prorrogar o antigo contrato, já expirado, durante os meses necessários (sensivelmente um ano) até à adjudicação de um novo contrato na sequência de um novo concurso.

As combinações linguísticas solicitadas e asseguradas foram o inglês-português e o espanhol-português, ainda dentro de uma lógica de obrigatoriedade de se traduzir para uma

³⁶ Percentagem do trabalho realizado para as Instituições comunitárias durante o quinquénio em análise: 2004 - 37,1%; 2005 - 33,2%; 2006 - 32,8%; 2007 - 53,4%; e 2008 - 28,2%.

só língua, aquela que se provasse ser a língua materna do tradutor, enquanto exigência contratual, e dentro, ainda, da lógica de se traduzirem os textos originais, sem recurso a *relai*; esta última condição não foi válida para a tradução do Relato Integral das Sessões Plenárias, já que, a partir de 2002, por razões eminentemente económicas, mas também práticas, em virtude da dificuldade de encontrar tradutores que assegurassem as centenas de combinações linguísticas, o inglês passou a ser a língua "*pivot*" e, assim, a única combinação linguística prevista no contrato celebrado em 2002 para a tradução do Relato Integral das Sessões Plenárias foi a combinação inglês-português.

Os serviços foram prestados, maioritariamente, para o Parlamento Europeu³⁷, mas também para a Comissão (Direcção-Geral "Tradução")³⁸, para o Centro de Tradução dos Organismos da União Europeia (CDT)³⁹ e para o Instituto de Harmonização do Mercado Interno (marcas, desenhos e modelos) (IHMI)⁴⁰, todos eles ao abrigo de contratos celebrados para a prestação do serviço externo de tradução entre estas instituições e uma empresa portuguesa de serviços de tradução, dado que, desde 1997, quase todos os contratos para tradução externa das Instituições comunitárias passaram a ser celebrados não com tradutores individuais, como era prática desde o início dessa década, mas sim com empresas de tradução. Antes disso não eram celebrados sequer contratos nem a selecção era feita por concurso, mas sim por apreciação do *curriculum vitae* dos candidatos. Tendo em conta que a selecção dos adjudicatários de um concurso demora entre oito e dez meses, e dado o volume de trabalho a adjudicar - um volume, de resto, crescente -, era inevitável e perfeitamente compreensível a tomada de medidas para evitar estendê-lo mais, nomeadamente com o processo de selecção, o que aconteceria a manter-se a contratação individual.

Os documentos traduzidos foram, concretamente, os relatos integrais das sessões plenárias⁴¹, documentos destinados a estas sessões e às comissões parlamentares (ordens do dia, projectos de relatório, alterações a propostas e projectos, perguntas escritas, etc.), relatos das reuniões de representantes, designadamente, do Conselho ou do Banco Central Europeu nas diferentes comissões parlamentares, documentos para as assembleias parlamentares mistas, para a Assembleia Paritária ACP-UE, documentos para e aprovados

³⁷ www.europarl.europa.eu

³⁸ ec.europa.eu/index_pt.htm

³⁹ cdt.europa.eu

⁴⁰ www.oami.europa.eu

⁴¹ Publicados posteriormente na versão portuguesa em anexo ao Jornal Oficial da União Europeia, normalmente oito a dez meses após as versões provisórias, ou seja, aquelas que retomam integralmente os debates na sua língua original, editadas geralmente no dia seguinte ao da sessão.

pela Assembleia Parlamentar Euro-Latino-Americana (EuroLat) e da Assembleia Parlamentar Euro-Mediterrânica (Euromed), documentos dos grupos políticos (com destaque para o então - 6.^a legislatura - denominado Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) e dos Democratas Europeus), documentos de Direcções-Gerais ("Políticas Internas da União Europeia"), entrevistas aos candidatos ao cargo de Presidente do Banco Central Europeu, sessões solenes com alocações de presidentes de países terceiros e outras personalidades políticas mundiais, etc.

As temáticas abrangidas foram todas aquelas sobre as quais incide a actividade da União Europeia⁴². Nas Instituições, os tradutores funcionários costumam especializar-se em determinadas temáticas, numa perspectiva de rentabilização e racionalização do trabalho executado. Em Portugal, não se optou por essa prática, tentando, pelo contrário, e por estarmos conscientes de que há dossiês mais fáceis e acessíveis do que outros, que todos os tradutores traduzam um pouco de tudo. É muito difícil "escolher" os temas a traduzir, muito embora acabe por haver "preferências" ou por o acaso fazer com que os tradutores trabalhem mais determinadas matérias. O nosso trabalho centrou-se muito, por exemplo, nas pescas e na documentação vária da EuroLat. Isto permite ganhar o que habitualmente se designa por "tarimba", e que vem a redundar em ganhos em termos de tempo, além de ter também reflexo na qualidade do trabalho produzido.

Ainda que não fosse pelo volume, a especificidade dos serviços de tradução prestados para as Instituições comunitárias - que os distingue da tradução realizada para outros clientes, nacionais e estrangeiros - justifica um tratamento e abordagem separados e individualizados, bem como uma reflexão própria enquanto modelo paradigmático, nomeadamente em termos metodológicos, a adoptar para outros trabalhos.

O que torna, efectivamente, a tradução para as Instituições comunitárias diferente e específica, distinta de qualquer outra tradução, ainda que sobre as mesmas temáticas, para outro cliente?

Começa pela especificidade do que se traduz nas e para as Instituições comunitárias. Estas produzem instrumentos jurídicos e são estes instrumentos jurídicos que

⁴² "Agricultura", "ajuda humanitária", "alargamento", "ambiente", "assuntos institucionais", "comércio e relações externas", "concorrência", "consumidores", "cultura", "desenvolvimento", "direitos do Homem", "economia e finanças", "educação, formação e juventude", "emprego e assuntos sociais", "empresas", "energia", "fiscalidade", "investigação e inovação", "justiça, liberdade e segurança", "luta contra a fraude", "mercado interno", "orçamento", "pescas e assuntos marítimos", "política externa e de segurança", "política regional", "relações externas", "saúde pública", "segurança alimentar", "sociedade da informação" e "transportes".

são objecto de tradução, muito embora se traduza também outro tipo de documento, como já vimos⁴³.

A função do tradutor nessa cadeia de produção é a de reconhecer, em primeiro lugar, o registo necessário a cada tipo de documento e adequar a sua tradução à finalidade visada. A função do tradutor é, assim, a de converter esses documentos em instrumentos multilingues. No entanto, os textos não fazem qualquer referência à tradução, embora esta venha consagrada no próprio Tratado CE, nas disposições finais, onde figura a obrigação de versões linguísticas diferentes⁴⁴. Cria-se, desta forma, o que pode denominar-se uma "ficção jurídica", em nome de uma igualdade linguística, para salvaguardar os direitos iguais de todas as línguas, bem como a identidade nacional de cada Estado-Membro, para que não haja supremacia de uma língua sobre as restantes: faz-se crer que todas as versões linguísticas são "originais", têm todas elas o mesmo valor (todas fazem fé), sem recurso à tradução. Assim se consagra no Tratado que institui a Comunidade Europeia (Tratado CE):

O presente Tratado, redigido num único exemplar, em língua alemã, francesa, italiana e neerlandesa, fazendo fé qualquer dos quatro textos, será depositado nos Arquivos do Governo da República Italiana, o qual remeterá uma cópia autenticada a cada um dos Governos dos outros Estados signatários.

Por força dos Tratados de Adesão, fazem igualmente fé as versões do presente Tratado nas línguas dinamarquesa, espanhola, finlandesa, grega, inglesa, irlandesa, portuguesa e sueca. (Artigo 314.º (ex-artigo 248.º)).

A versão consolidada do Tratado da União Europeia, publicada no JO de 9 de Maio de 2008, estabelece, no seu artigo 55.º (ex-artigo 53.º TUE) que "o presente Tratado, *redigido num único exemplar, nas línguas alemã, búlgara, checa, dinamarquesa, eslovaca, eslovena, espanhola, estónia, finlandesa, francesa, grega, húngara, inglesa, irlandesa, italiana, letã, lituana, maltesa, neerlandesa, polaca, portuguesa, romena e sueca, fazendo fé qualquer dos textos*, será depositado nos arquivos do Governo da República Italiana, o qual remeterá uma cópia autenticada a cada um dos Governos dos outros Estados signatários." E que "pode também ser traduzido em qualquer outra língua que os Estados-Membros determinem, de entre aquelas que, de acordo com o seu ordenamento constitucional,

⁴³ Memorandos, notas de imprensa, acordos internacionais e regionais, declarações, estudos técnicos, actas, ordens do dia, perguntas dos deputados dirigidas à Comissão e ao Conselho (com resposta escrita e com resposta oral), páginas para a Internet de carácter informativo, informação interna (pessoal), reuniões com grupos de interesse (*lobbies*), etc.

⁴⁴ Artigo 290.º (ex-artigo 217.º) do Tratado CE.

gozam de estatuto oficial na totalidade ou em parte do seu território. Os Estados-Membros em questão fornecem uma cópia autenticada dessas traduções, que será depositada nos arquivos do Conselho." O facto de as traduções figurarem como originais pressupõe uma elevadíssima qualidade da tradução, na medida em que terá de ser imperceptível o processo tradutório pelo qual passaram os textos de chegada.

Os restantes instrumentos jurídicos, à semelhança dos Tratados, também não fazem qualquer referência a um original e às diversas traduções, figurando unicamente, quando muito, as diferentes versões linguísticas em que o documento foi "redigido". Apenas nalguns documentos das comissões e delegações parlamentares consta uma referência à língua original e às várias versões linguísticas em que se encontra traduzido o documento.

Perante esta postura, consagrada nos Tratados, com a qual se pretende afirmar inequivocamente que não existem línguas ou culturas dominantes na União Europeia, a visibilidade do tradutor fica anulada. Trata-se de uma "ficção", dado que não existem 27 originais dos Tratados. Na grande maioria dos casos, estamos perante traduções, já que a maioria destes documentos é redigida em inglês e francês. As restantes versões são, por conseguinte, traduções, às quais é atribuído o estatuto de "original".

Outra característica da tradução para as Instituições da UE é o facto de o tradutor *freelance* (à semelhança do tradutor funcionário) não se sentir sozinho perante o texto a traduzir, nem sentir que o (respectivo) cliente é a única entidade a quem tem/deve prestar contas; sente a presença e o peso constante de uma equipa que assiste e avalia, que comparte dificuldades e aporta respostas, que impõe metodologias e tecnologias, sente a pertença a um todo, indissociável e imprescindível, para cumprir os objectivos tanto almejados pelo tradutor como exigidos pelo cliente. A clássica "solidão" do tradutor é esbatida neste contexto mais do que em qualquer outro, muito embora o processo tradutório continue a ser, inevitavelmente, o mesmo: um processo mental e, por isso, individual. O tradutor das e para as Instituições comunitárias faz permanentemente parte integrante de uma equipa: perde qualquer poder individual, toda a independência. Não deixa, por assim dizer, a sua marca individual (o seu nome nunca figura em documento algum). Esta metodologia cria uma "cultura jurídica comum", caracterizada por uma coerência e consistência da terminologia utilizada, que o tradutor, individualmente, tem de respeitar, dado que se impõe uma coerência em relação a um vasto acervo de documentos existentes. Os Tratados definem os "nomes" a atribuir a tudo [instituições, tipos de instrumentos, dossiês ("liberdade de circulação", "mercado único", "subsidiariedade", etc.)]

e os Estados-Membros, ao aderirem, elaboram uma tradução legalmente aprovada e devem assegurar que os responsáveis pelo direito derivado observam a terminologia assim traduzida. Desta tarefa - que incumbe ao tradutor, assessorado pelos juristas-linguistas (só o Parlamento Europeu conta com cerca de 170) -, ou seja, de uma boa tradução depende uma boa transposição de, por exemplo, uma directiva para os diversos ordenamentos jurídicos nacionais dos países membros, sendo necessário, por vezes, acrescentar conceitos jurídicos nacionais pertinentes que ajudem a clarificar os objectivos estipulados nesse instrumento jurídico. Os termos escolhidos pelos tradutores funcionários passarão a figurar na futura legislação nacional sobre a matéria objecto do documento e terão, inclusivamente, influência na futura evolução dessa língua, pelo que é fundamental ter o apoio de técnicos.

Um apoio que é dado também pelas ferramentas electrónicas que os diferentes serviços de tradução das Instituições comunitárias disponibilizam ao tradutor *freelance*, colocando-o praticamente em pé de igualdade com o tradutor funcionário. Faculta suplementos do Word para a formatação dos diferentes tipos de texto a traduzir (por exemplo, o DocEP), facultou-lhe inicialmente o acesso à base terminológica IATE, que mais tarde abriu ao público em geral⁴⁵, e programas de tradução automática como o *software* MySQL/Nemo. O EUR-Lex é uma base de dados que permite o acesso gratuito ao direito da União Europeia e a outros documentos de carácter público, e o facto de se encontrar disponível nas 23 línguas oficiais e de permitir uma visualização bilingue converte esta base numa ferramenta fundamental para o tradutor. Estes recursos informáticos - reutilização de memórias de tradução, bases documentais e terminológicas - permitem acelerar o ritmo do trabalho, o que é saudado quando os prazos são, como geralmente acontece, muito curtos.

O aumento do volume de trabalho em termos de tradução⁴⁶, em parte na sequência da mobilidade decorrente dos vários alargamentos - e ainda decisões que se prendem com razões de ordem económica/fiscal -, obriga ao recurso à tradução externa, tendo-se registado um aumento considerável do volume de trabalho feito pelas empresas prestadoras de serviços de tradução para as Instituições comunitárias durante o quinquénio em análise. Só na DG "Tradução" (Comissão), a percentagem de páginas traduzidas por *freelances* passou de 23% (de um total de 1,3 milhões de páginas) em 2004 para 26,3% (de um total

⁴⁵ A base de dados "Terminologia interactiva para a Europa" (IATE) foi aberta ao público pelo Comissário Leonard Orban, responsável pela pasta do Multilinguismo.

⁴⁶ Com o alargamento de 2004, os pedidos de tradução mais do que quintuplicaram.

de 1,8 milhões de páginas) em 2008, sendo esse aumento ainda mais acentuado no caso do Parlamento Europeu⁴⁷.

O trabalho desenvolvido por estas empresas externas é sempre sujeito a controlos de qualidade aleatórios, à semelhança do que acontece com o trabalho realizado *in-house*, e a uma respectiva avaliação e classificação por parte dos serviços internos das diferentes Instituições que adjudicam os trabalhos, tendo os prestadores de serviços acesso a essa correcção e avaliação, que lhes permite melhorar permanentemente o seu trabalho. Caso os requisitos mínimos de qualidade não sejam satisfeitos, o contratante pode denunciar o contrato em qualquer momento, ou pode decidir não o fazer, mas aplicar, em alternativa, as multas contratualmente previstas. A metodologia seguida pela empresa portuguesa que assegura a tradução para a língua portuguesa é, em tudo, muito semelhante à seguida nas instituições e àquela que se descreve na norma europeia EN 15038 para os Serviços de Tradução (Exigências requeridas para a prestação do serviço).

Consideramos que é interessante e pertinente analisar também, para uma melhor compreensão da especificidade a que aludimos da tradução para as Instituições da UE, todo o contexto em que se insere a filosofia que subjaz à tradução realizada para as Instituições comunitárias e a finalidade que pretende cumprir. O quadro seguinte pode ajudar a ter uma noção mais clara dessa realidade:

27 países
 500.000.000 cidadãos
 23 línguas oficiais e de trabalho
 506 combinações linguísticas
 3 alfabetos
 60 línguas regionais ou minoritárias
 450 línguas faladas no território da UE
 50.000.000 europeus falam línguas não oficiais
 3.000.000 páginas traduzidas/ano (Comissão e PE)
 3.250 tradutores (Comissão e PE)
 1% do orçamento da UE para tradução e interpretação

Tabela 5: Os números do multilinguismo na UE.⁴⁸

⁴⁷ Edições em linha: http://ec.europa.eu/dgs/translation/publications/brochures/index_en.htm e <http://www.europarl.europa.eu/parliament/public/staticDisplay.do?sessionId=1E84715AE29515925EDDA7ECB2330500.node1?language=PT&id=155>

Em 2004 a União Europeia já se assume e se afirma como a mais multilingue das organizações - internacionais, regionais - a nível global. Entre 2004 e 2008 o multilinguismo⁴⁹ consegue ainda ganhar uma nova dimensão, consolida-se, e as iniciativas neste âmbito sucedem-se e multiplicam-se a um ritmo crescente, de uma forma sem precedentes, horizontalmente, isto é, o multilinguismo passa a integrar outras políticas comunitárias pertinentes, bem como todas as estratégias destinadas a desenvolver o capital humano. Em 2008, relativamente à dimensão externa do multilinguismo, é avançada a sugestão de incluir a cooperação no domínio do multilinguismo em todos os acordos celebrados entre a União Europeia e países terceiros⁵⁰, à semelhança, por exemplo, do que acontece com a dimensão ambiental ou os direitos humanos, que devem figurar expressamente em todos os acordos desta natureza, e cujo desrespeito implica a suspensão do acordo.

No início de 2004 a União tem 15 países membros e 11 línguas oficiais; no final de 2008 a União conta com 27 Estados-Membros e 23 línguas oficiais (e três alfabetos: latino, grego e cirílico)⁵¹. Ou seja, as línguas oficiais mais do que duplicam no período da nossa análise. Os Estados-Membros, que são os principais decisores da política linguística, ao aderir à União, tomam a decisão política de determinar a língua ou línguas que pretendem declarar como línguas oficiais da UE. Essas línguas são, também, línguas de trabalho das instituições. Antes de se concretizar a adesão de um novo Estado-Membro, quase toda a legislação em vigor, isto é, o direito primário (Tratados), o direito derivado (regulamentos, directivas, decisões, recomendações, pareceres) e as partes mais importantes da jurisprudência (\pm 50 000 páginas) é traduzida para a língua oficial desse país candidato. A restante jurisprudência é traduzida posteriormente.

⁴⁸ Elaboração própria, com base no sítio oficial da União Europeia (www.europa.eu). Veja-se, em particular, a Comunicação da Comissão "Multilinguismo: uma mais-valia para a Europa e um compromisso comum" (COM (2008)566 final).

⁴⁹ Artigos relativos ao multilinguismo: Tratado da União Europeia - artigos 21.º, 290.º e 314.º; Regimento do Parlamento Europeu - artigo 138.º

⁵⁰ Comunicação do Comissário para o Multilinguismo, Leonard Orban, intitulada "A New Strategy for Multilingualism: a Strategy for all EU Citizens", Bruxelas, Outubro de 2008. Edição em linha: http://www.lanqua.eu/files/L%20Orban_EN_New_Strategy.pdf

⁵¹ Búlgaro (bg), checo (cs), dinamarquês (da), alemão (de), estónio (et), grego (el), inglês (en), espanhol (es), francês (fr), irlandês (ga), italiano (it), letão (lv), lituano (lt), húngaro (hu), maltês (ml), neerlandês (nl), português (pt), romeno (ro), eslovaco (sk), esloveno (sl), finlandês (fi) e sueco (sv). O irlandês/gaélico goza de um regime especial de cinco anos: até 2012 apenas os regulamentos adoptados pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho, conjuntamente, são traduzidos para essa língua; a restante legislação, ao contrário do que acontece com as outras novas línguas oficiais, para as quais é traduzido o direito derivado da União Europeia, não é traduzida para esta língua.



Línguas Oficiais da UE De 1957.....a 2007

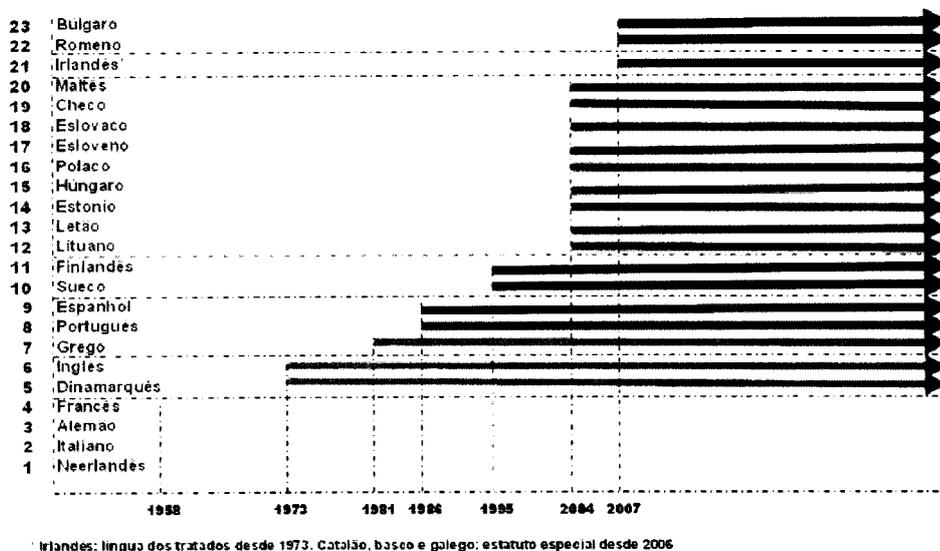


Tabela 6: As línguas oficiais da UE de 1957 a 2007.

Fonte: página do Comissário L. Orban (http://ec.europa.eu/commission_barroso/orban/keydoc/keydoc_pt.htm).

É, sem dúvida, uma situação ímpar, que não tem paralelo noutras organizações, regionais ou internacionais, que não viram ou não sentiram esta necessidade de aproximação aos povos e aos cidadãos, ou que não reconheceram nas línguas a via idónea para o fazer, não atribuíram a mesma dimensão e relevância à diversidade linguística⁵². A Organização das Nações Unidas, por exemplo, que congrega 192 países, conta unicamente com seis línguas de trabalho⁵³.

A diversidade linguística foi, de resto, desde o início, um problema colocado à então Comunidade Económica Europeia, para o qual sentiu desde cedo a necessidade de dar solução: uma decisão política, plasmada no Regulamento n.º 1, de 15 de Abril de 1958 - quando o Conselho se reuniu pela primeira vez -, estabelece o regime linguístico da CEE, determinando que todas as línguas oficiais estariam em pé de igualdade, confirmando o seu estatuto de línguas oficiais e de trabalho das instituições europeias⁵⁴. É uma decisão que nunca foi posta em causa nos sucessivos alargamentos e que, de resto, apenas pode ser

⁵² O Jornal Oficial, por exemplo, da responsabilidade do Serviço das Publicações, tem uma tiragem diária nas 23 línguas oficiais da Comunidade, o que o converte num fenómeno único no mundo da edição à escala planetária.

⁵³ Inglês, francês, espanhol, russo, árabe e chinês.

⁵⁴ Artigo 1.º - "As línguas oficiais e as línguas de trabalho das instituições da Comunidade são o alemão, o francês, o italiano e o neerlandês." Regulamento n.º 1 que estabelece o regime linguístico da Comunidade Económica Europeia.

alterada por decisão do Conselho adoptada por unanimidade, pelo que é de crer que dificilmente venha a sofrer modificação, dado que nenhum país parece estar disposto a abrir mão de ver a sua língua entre as línguas oficiais e de trabalho da UE, na medida em que a língua é cada vez mais entendida como um factor identitário de uma cultura, de um património, de uma história únicos. A tendência é, aliás, inversa; por exemplo, desde 2006 - também no período que analisamos - os cidadãos europeus podem contactar o Parlamento Europeu e receber uma resposta nas chamadas línguas "co-oficiais" de Espanha, línguas que detêm o estatuto constitucionalmente reconhecido e garantido em Espanha⁵⁵. Num momento em que, um pouco por todo o mundo, todas as línguas, incluindo as regionais e minoritárias, pretendem ganhar visibilidade e reconhecimento e granjear uma maior dimensão e melhor posição no mundo, não faria sentido uma proposta que fosse noutra direcção.

A tradução para as instituições comunitárias não depende do mercado, como vimos que acontece com a restante tradução que executámos, mas está totalmente dependente de decisões políticas. É por decisão política que se traduz ou não, é por decisão política que se traduzem estes ou aqueles documentos e é por decisão política que se traduzem estas ou aquelas combinações linguísticas.

É do foro político a decisão de que nenhuma língua deve impor-se às outras; assim foi a constituição da união, numa base voluntária, sem imposições, e a diversidade linguística deve, por essa razão, ser preservada. Como aliás referiu o grupo de intelectuais europeus autores do documento "Um Desafio Salutar", "negligenciar uma língua é correr o risco de causar o descontentamento dos seus falantes com o ideal europeu"⁵⁶.

Nascido dos escombros da Segunda Guerra Mundial, o projecto europeu só poderia prosseguir a tolerância e o respeito mútuo, numa claríssima oposição aos projectos totalitários. É fácil, pois, neste cenário, a defesa e a adesão a determinados valores enquanto forma de ultrapassar e repudiar os episódios mais hediondos da história do continente europeu no século XX. O projecto europeu insurge-se contra a discriminação -

⁵⁵ Embora a Constituição do Reino de Espanha consagre, no n.º 1 do seu Artigo 3.º, o espanhol como língua oficial do Estado, considera também, no n.º 2 do mesmo artigo, a existência de línguas co-oficiais nas respectivas Comunidades Autónomas. São elas o galego, o basco e o catalão. Estas três línguas são ensinadas nos estabelecimentos de ensino públicos da Galiza, do País Basco e da Catalunha, respectivamente.

⁵⁶ "Um Desafio Salutar - Como a Multiplicidade de Línguas poderia Consolidar a Europa", Bruxelas, 2008, Grupo de Intelectuais para o Diálogo Intercultural constituído por iniciativa da Comissão Europeia, p.12. A escolha do adjectivo do título do documento remete para uma visão na qual a multiplicidade de línguas dos povos e países europeus é interpretada como um factor de união, um factor positivo, em lugar de um entrave. O Parlamento Europeu partilha desta visão, considerando que o uso de uma "língua franca" supranacional nas Instituições alienaria os cidadãos das instituições. O Grupo é integrado por Amin Maalouf (presidente), Jutta Limbach, Sandra Pralong, Simonetta Agnello Hornby, David Green, Eduardo Lourenço, Jacques de Decker, Jan Sokol, Jens Christian Grondahl e Tahar Bem Jelloun.

cor, religião, língua, origem, etnia, sexo, idade, deficiência, etc. - e preconiza a dignidade do ser humano⁵⁷. O ideal europeu traduz-se na universalidade dos valores e na diversidade das expressões culturais. Valores que são incompatíveis com a imposição de uma dada especificidade cultural em detrimento de outras. A Europa promove a diversidade das expressões culturais como algo indispensável⁵⁸, tal como preconiza a universalidade dos valores essenciais. E desta forma a União oferece ao mundo inteiro um modelo de identidade fundada na diversidade: modelo eminentemente económico, mas também cultural e, cada vez mais, político, um modelo que serve de base e de paradigma a outras organizações regionais criadas noutros continentes, que vêem no projecto europeu um exemplo de sucesso e de boas práticas⁵⁹.

A necessidade sentida de aproximar as instituições, as políticas, dos cidadãos, que levou ao lema da União "Unida na diversidade", tem também expressão no reconhecimento de que todos os documentos públicos devem estar redigidos em todas as línguas oficiais dos seus Estados-Membros para, assim, chegarem com facilidade a todos os cidadãos; o diálogo com os cidadãos é um processo interactivo. Todos os documentos que os cidadãos queiram apresentar junto das Instituições, designadamente queixas, perguntas, etc. dirigidas à Comissão das Petições do Parlamento Europeu, podem ser redigidos numa qualquer das línguas oficiais da UE, o que facilita, sem dúvida, a comunicação entre cidadãos e políticos (destinatários da legislação e legisladores). Tal como os próprios deputados ao Parlamento Europeu podem exprimir-se numa das línguas oficiais e de trabalho da União Europeia⁶⁰. O próprio lema da UE reflecte o respeito mútuo pela(s) língua(s) dos outros, abre as portas ao pluralismo cultural, que constitui um dos valores fundamentais da União Europeia. Tem-se consciência de que as barreiras linguísticas constituem um entrave à mobilidade, nesta que se quer que seja a Europa dos cidadãos e da mobilidade, e à compreensão mútua.

⁵⁷ Tratado CE, Artigo 13.º (ex-artigo 6.º-A): "*Sem prejuízo das demais disposições do presente Tratado e dentro dos limites das competências que este confere à Comunidade, o Conselho, deliberando por unanimidade, sob proposta da Comissão e após consulta ao Parlamento Europeu, pode tomar as medidas necessárias para combater a discriminação em razão do sexo, raça ou origem étnica, religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual.*"

⁵⁸ "*A União respeita a diversidade cultural, religiosa e linguística.*", artigo 22.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia.

⁵⁹ O Governo da África do Sul contactou a Comissão manifestando interesse na criação de um serviço de tradução e interpretação idêntico ao serviço comunitário para as onze línguas faladas no país. Fonte: "Discurso para a reunião com a Comissão da Cultura, 27 de Fevereiro de 2007, às 15h15" do Comissário para o Multilinguismo Leonard Orban.

⁶⁰ "*Todos os deputados têm o direito de usar da palavra no Parlamento na língua oficial da sua escolha. As intervenções numa das línguas oficiais serão interpretadas em simultâneo para cada uma das outras línguas oficiais, bem como para qualquer outra língua que a Mesa entenda necessária.*" Artigo 138.º, n.º 2, do Regimento do Parlamento Europeu.

Com tal diversidade linguística - que se pretende preservar e promover -, a tradução é uma inevitabilidade. Ganha-se consciência de que a tradução é a "língua" da Europa, a "língua" do futuro, assim intitulada por figuras de proa das Instituições, já que é a única ponte possível para o entendimento entre os seus membros⁶¹.

Depois da promoção⁶², feita na década de 1990, da aprendizagem das línguas oficiais, a política comunitária voltou-se, a partir de 2000, perseguindo uma viragem qualitativa, através de campanhas de sensibilização sobre as vantagens da diversidade linguística e da aprendizagem de línguas, para a aprendizagem de todas as línguas, extravasando o domínio da educação formal, e incluindo as línguas regionais, minoritárias ou migrantes, e as línguas internacionais mais importantes. Estima-se que perto de 50 milhões de pessoas residentes na UE tenham como língua materna uma língua não oficial do país de origem⁶³. É também nesta década que se assiste a uma tónica na "tradução" e não já só nas línguas. Mantém-se o "Selo Europeu para as Línguas"⁶⁴ e institui-se o "Indicador Europeu de Competência Linguística", cujas sondagens terão início em 2009.

Os decisores políticos não ficaram indiferentes à diversidade linguística existente no seio da UE, tentando dela tirar partido para alcançar os seus objectivos e defender os valores preconizados. Em Novembro de 2005 a comunicação da Comissão intitulada "Um novo quadro estratégico para o multilinguismo"⁶⁵, que reafirma o valor da diversidade linguística, anuncia a criação do GANM (Grupo de Alto Nível sobre o Multilinguismo)⁶⁶, que viria a ser instituído em 2006 e que apresentaria as suas conclusões em Setembro de 2007. No seu mandato, inclui-se a promoção de uma renovação de ideias sobre o multilinguismo, além de recomendações que servirão de base à Comunicação de Comissão, de Setembro de 2008 sobre o multilinguismo ("Multilinguismo: uma mais-valia para a Europa e um compromisso comum")⁶⁷.

⁶¹ O Comunicado de Imprensa (IP/08/1631), de 5 de Novembro de 2008, dá conta do debate, organizado pela Comissão, em Bruxelas, no dia seguinte, sobre a "Tradução, "a língua da Europa".

⁶² Na década de 1990 dá-se continuidade ou instituem-se programas de acção no domínio das línguas: LINGUA (programa de acção comunitário para a promoção qualitativa e quantitativa das línguas da Comunidade ensinadas ou aprendidas como línguas estrangeiras); MEDIA (programa de acção destinado a promover o desenvolvimento da indústria audiovisual europeia), que financia a dobragem e a legendagem de filmes europeus.

⁶³ Fonte: *Multilinguismo no Parlamento Europeu: a União fala a sua língua*. Edição em linha no sítio oficial do Parlamento Europeu: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?type=IM-PRESS&reference=20071017FCS11816&language=PT>

⁶⁴ http://ec.europa.eu/education/languages/european-language-label/index_pt.htm

⁶⁵ COM(2005)0596 final. Edição em linha:

<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2005:0596:FIN:PT:DOC>

⁶⁶ Entre as recomendações do GANM figura a atribuição de um prémio de tradução aos trabalhos que mais se destaquem no domínio da tradução literária e da tradução não literária.

⁶⁷ COM(2008)0566 final. Edição em linha:

<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2008:0566:FIN:PT:DOC>

Todavia, 2007 é o ano de viragem, o ano em que se confere um impulso muito significativo ao multilinguismo, designadamente com a criação, a partir de 1 de Janeiro, da pasta do multilinguismo, uma pasta autónoma, atribuída ao Comissário Leonard Orban⁶⁸. Passa a existir uma política linguística europeia coerente e abrangente. Define-se uma política do multilinguismo, que privilegia o ensino das línguas estrangeiras, enquanto veículo de união dos povos, dá-se um lugar de destaque até então inexistente à tradução, e criam-se instrumentos para a difusão e a promoção dos seus objectivos, como seja o já citado caso da criação, na segunda metade de 2007, do Fórum das Empresas para o Multilinguismo, não esquecendo o estudo e aplicação de tecnologias para a tradução, que também conhece um considerável aumento a partir de então. A relevância política do desafio do multilinguismo é agora clara para os decisores políticos, face aos alargamentos, à crescente mobilidade (10 milhões de europeus trabalham noutra Estado-Membro⁶⁹), à migração (estima-se que vivam em território da UE, pelo menos, 175 nacionalidades⁷⁰), à globalização. Estima-se que, pelo menos, 450 línguas sejam faladas no território da União Europeia, entre línguas oficiais, regionais, minoritárias, entre as comunidades migrantes. É, pois, imprescindível assegurar uma comunicação intercultural eficaz.

A diversidade tem dividendos económicos e políticos irrefutáveis, e é necessário colocá-los ao serviço, por um lado, da competitividade económica, do crescimento e da melhoria da empregabilidade, por outro, da aprendizagem ao longo da vida⁷¹ e do diálogo intercultural⁷² e, por último, da criação de um espaço para o diálogo político europeu⁷³, através da comunicação multilingue com os cidadãos, que os números atrás revelados exigem.⁷⁴

⁶⁸ Página web: http://ec.europa.eu/commission_barroso/orban/index_pt.htm#

⁶⁹ Comunicação da Comissão "Multilinguismo: uma mais-valia para a Europa e um compromisso comum" (COM (2008)566 final), p. 4-5.

http://ec.europa.eu/education/languages/pdf/com/2008_0566_pt.pdf

⁷⁰ Eurostat, *Europe in Figures: Eurostat Yearbook 2006-2007*. Luxemburgo: 2007.

⁷¹ Neste âmbito, concluem-se nesse ano relatórios sobre a promoção da aprendizagem das línguas e a diversidade linguística e a diversidade no ensino das línguas da UE; é concedida assistência financeira a projectos linguísticos, que incluem as línguas regionais e minoritárias.

⁷² Visando a passagem de uma sociedade multicultural, uma coexistência de culturas e línguas diferentes partilhando um mesmo espaço, para uma sociedade intercultural, onde a compreensão e o respeito mútuo entre os povos e os indivíduos é uma realidade, com base no conhecimento do outro.

⁷³ Os cidadãos passarão a entender melhor as leis que lhes são aplicadas e que "vêm de Bruxelas"; os seus representantes, que elegeram, podem defender melhor os seus interesses exprimindo-se na sua própria língua.

⁷⁴ Em 2005, a Comissão solicitou a realização do estudo "Efeitos na Economia Europeia da Escassez de Competências em Línguas Estrangeiras nas Empresas", que veio confirmar a importância das competências linguísticas e interculturais para as exportações (estima-se que 11% das PME exportadoras da UE podem estar a perder oportunidades de negócio em virtude de obstáculos de natureza linguística) e recomendar que os estabelecimentos de ensino e as empresas encetem um diálogo que permita adequar a oferta daqueles às necessidades destas.

Anualmente traduzem-se perto de 3 milhões de páginas nas Instituições comunitárias, sendo o Parlamento Europeu, que de resto preconiza, no n.º 1 do artigo 138.º do seu Regimento, que "todos os documentos do Parlamento devem ser redigidos em todas as línguas oficiais", o maior responsável pela tradução; esta instituição é o maior empregador de intérpretes e tradutores a nível mundial, auto-intitulando-se o "campeão do multilinguismo" (mais de 1/3 do pessoal do Parlamento é composto por tradutores (2000) e intérpretes (80), enquanto a D-G "Tradução" da Comissão contava, nos finais de 2008, com 1750 tradutores e 600 assistentes).

De todo este trabalho, uma parte é assegurada por tradutores externos, numa percentagem que tem vindo a aumentar de ano para ano.

Que perfil deve ter este tradutor externo, a figura que nos interessa nesta análise, por termos desempenhado esse papel, o que já fazemos, de resto, desde Maio de 1990? O tradutor externo foi, neste período, seleccionado por concurso público aberto quer a empresas (Comissão Europeia, Parlamento Europeu, Centro de Tradução, Instituto de Harmonização do Mercado Interno), quer a pessoas singulares (Comissão), publicado no Jornal Oficial da União Europeia, na imprensa escrita dos países onde se fala a língua ou línguas solicitadas e na Internet. Os candidatos devem ter nacionalidade de um dos Estados-Membros da UE e uma licenciatura, que tanto pode ser em línguas como noutra domínio do conhecimento, devendo, neste caso, provar documentalmente ter conhecimentos de línguas. Só podem concorrer às combinações linguísticas em que a língua de chegada seja aquela que é considerada a sua língua materna. Devem ainda, como requisitos obrigatórios, ter regularizada a sua situação com a Segurança Social e ter em dia as suas obrigações fiscais. Nalguns concursos é pedida uma garantia bancária. Trata-se de concursos exclusivamente documentais, não tendo os candidatos de se submeter a provas, como acontecia nos primeiros concursos públicos abertos pelas Instituições para a tradução externa. Os candidatos são escolhidos pela melhor relação qualidade/preço, tendo em conta que a qualidade é avaliada pelos currículos dos candidatos. Os preços têm, até à data, provado ser um factor de grande peso, se não mesmo decisivo.

Os sucessivos alargamentos - e no período da nossa análise assistimos a dois (2004 e 2007) - enriqueceram a diversidade linguística da União Europeia, mas trouxeram consigo dificuldades que obrigaram a mudanças e a alterar a abordagem da tradução, à medida que o trabalho se tornou mais exigente, complexo e difícil. Isto levou o Parlamento Europeu a aprovar, em 2006, o Código de Conduta do Multilinguismo, que faz referência à

utilização do "multilinguismo integral controlado", visando manter os custos do multilinguismo dentro de limites orçamentais aceitáveis. Mudaram-se práticas, por imposição da nova realidade: racionalizaram-se os serviços de tradução e interpretação em reuniões, não só por uma questão de espaço físico (impossibilidade, nalgumas salas, de instalar o número necessário de cabinas de interpretação para cobrir todas as línguas dos participantes), como também para não se dar o caso de haver mais intérpretes presentes na reunião do que participantes. Por uma questão de igualdade entre deputados e cidadãos - assegurar a tradução constitui um dever democrático do Parlamento -, define-se que nalgumas reuniões, como regra, apenas se utilize o inglês e o francês e que ninguém utilize a sua língua materna. A igualdade está assim assegurada entre os intervenientes.

Passou ainda a recorrer-se a línguas "*pivot*", em combinações que envolvem sobretudo as línguas dos chamados "novos" Estados-Membros, por dificuldade de encontrar pessoal qualificado para fazer a tradução directa, e à chamada tradução em "*relai*". As línguas "*pivot*" têm sido o inglês, o francês e o alemão, mas pensa-se que poderão adquirir o estatuto de língua "*pivot*", no futuro, o espanhol, o italiano e o polaco.

Também no seio da Comissão, por uma questão de custo/eficácia, muitos documentos são unicamente traduzidos para as denominadas "*procedural languages*", justamente, e também, o inglês, o francês e o alemão.

A tradução passou, nalguns casos, a ser feita com recurso à tradução automática (tradução assistida por computador) que, longe de ter o nível de qualidade da tradução humana, é considerada preferível à ausência de tradução.

A nova realidade levou ainda a outra mudança de fundo: os intérpretes, desde os dois últimos alargamentos, podem traduzir para e a partir da sua língua materna, sistema conhecido como "interpretação de retorno" ou "interpretação bi-activa". Na tradução verificou-se, nalguns casos, o mesmo: os tradutores passaram a traduzir a partir da sua língua materna para outra língua.

Trata-se de mudanças impostas por uma nova realidade, que vêm alterar ou mesmo deitar por terra alguns conceitos antes defendidos. Seja como for, o tradutor externo para as Instituições comunitárias terá de fazer esse esforço de adaptação, de compreensão da realidade e de aceitação das escolhas políticas para contornar problemas linguísticos. A sua responsabilidade é, por isso, e porque pertence a uma comunidade linguística tão alargada e tão coesa, uma responsabilidade acrescida. É uma pequena peça numa grande engrenagem, sem qualquer visibilidade externa, ainda que sejam muitas as suas

5. Formação profissional - ou o encontro teoria/prática

No período objecto da nossa análise, como já referimos no final da Introdução ao presente Relatório de Actividade 2004-2008, prosseguimos uma melhoria permanente, alicerçada numa formação contínua, que sempre preconizámos e considerámos essencial para o desempenho da actividade do profissional da tradução. Como em qualquer outra actividade, quanto maior o nível de formação do profissional, melhor será o seu desempenho, já que a formação lança, sem qualquer dúvida, as bases para o sucesso. Também referimos já que um dos requisitos do tradutor é ter competências a vários níveis, que só a formação pode consolidar e reforçar. Consideramos muito positivo qualificar pessoas para o sector, um sector submetido a transformações constantes, algumas delas profundas (como a introdução das ferramentas electrónicas na actividade diária), o que exige uma adaptação permanente e um espírito aberto, base, aliás, de qualquer aprendizagem. A oferta deste tipo de formação, porém, não se apresentou como sendo muito vasta (resumiu-se nesse período a uns quantos *workshops*, com realização esporádica, alguns deles dados por outros tradutores, que, apesar da boa qualidade e utilidade de alguns, não permitiam uma formação constante e com a profundidade necessária). Pensamos, como também já o dissemos e como, de resto, se assinala na já mencionada Comunicação da Comissão sobre o Fórum da UE para o Diálogo Universidades-Empresas, que as universidades são as instituições idóneas para propiciar essa formação (adquirir e consolidar conhecimentos) ao profissional inserido no mercado de trabalho, em todas aquelas áreas em que lhe possa trazer benefícios, ao proporcionar-lhe uma melhor integração e adaptação ao mercado e às suas mudanças e novas exigências e necessidades. Poderão também, desta forma, aquelas instituições compreender melhor o mercado e adaptar-se a ele, com o intuito de formar e actualizar profissionais bem preparados.

A teoria, para que possa servir ao profissional, não deve ser normativa, mas descritiva; deve fundamentar-se na observação e não em conjecturas. Se, no processo tradutório, existe um recurso a conceitos teóricos (que, de facto, é o que distingue a tradução humana da automática, feita por máquinas), há, então, um recurso à teoria, de alguma forma neste processo. Uma boa teoria ajuda o tradutor a reflectir sobre os procedimentos que utiliza e sobre a sua prática, contribui com ideias de terceiros, na

responsabilidades (correção da tradução, cumprimento de prazos, consistência com a terminologia previamente definida e consagrada), em virtude da finalidade do que traduz e do número dos seus "leitores".

maioria das vezes não para a resolução imediata de um problema, mas para ir formando um conjunto de conceitos e ideias, que podem conduzir a estratégias, técnicas, instrumentos, hipóteses de trabalho, depois de analisadas, avaliadas e reflectidas. É uma forma mais rápida e segura de chegar a boas soluções que, de outra forma, o tradutor apenas conseguiria através de "tentativa e erro", processo de aprendizagem mais moroso e doloroso, quando não mais oneroso.

A teoria e a prática não podem alhear-se uma da outra, ignorando-se reciprocamente. A teoria não deve prescindir da prática para formular normas, que logo pretende ver cumprir na prática, sob pena de passar a falar de coisas diferentes daquelas que, na realidade, acontecem. Os profissionais só lhe reconhecem autoridade se lhe encontrarem utilidade.

Consideramos, como também já tivemos oportunidade de referir, que se aprende realmente a traduzir traduzindo, ou seja, através de uma prática constante e ininterrupta. Todavia, estamos cientes de que a aprendizagem da tradução também pode - e deve - ser complementada com leituras de textos teóricos e com textos que outros tradutores escrevem sobre o seu ofício e sobre a sua experiência pessoal, bem como com cursos muito específicos sobre determinados aspectos da tradução. Eugene Nida atribui importância à aprendizagem e à formação dos tradutores, apesar da sua célebre frase "*translators are not made, they are born*"⁷⁵. A teoria é útil ao tradutor para o manter a par de novas reflexões, até de novas tendências, para o ajudar a sistematizar e a compreender melhor, inclusivamente, o seu próprio trabalho. Como dizíamos, a teoria não pode nunca ser impositiva, ditar regras; deve limitar-se a observar as estratégias dos tradutores, a analisar modas e tendências que se impõem em cada época, que valores se sobrepõem a outros em cada momento. Porque a tradução também é feita de modas, de valores e tendências, de correntes e ideias que se vão apresentando ao tradutor, por imposição de editoras, dos leitores, dos clientes, enfim, do mercado, como já sabemos. É por essa razão que as traduções envelhecem - ou melhor, que passam a ser vistas "com outro olhar" -, sob outras perspectivas, com outros critérios - (é prática entre as editoras voltarem a pedir nova tradução de um texto já anteriormente traduzido, não necessariamente por a considerarem um mau trabalho, mas porque essa tradução, feita noutra tempo, já não se adequa aos cânones vigentes). Em cada época há uma forma de escrever, uma forma de ler - por isso

⁷⁵ NIDA, Eugene A. "Translations and Translators". *Babel-International Journal of Translation*, Vol. 25, N.º 4, 1979: 214, citado em TORRE (2001:149).

também uma forma de traduzir. E sabe-se que exige mais do leitor a leitura de um texto mais antigo do que de um que lhe seja contemporâneo (considerando que ambos estão bem escritos e versam sobre a mesma temática e com registos próximos). Por isso a tradução nunca é definitiva; ela está marcada a ferro e fogo pelo tempo em que foi realizada. Os teóricos, ao analisarem uma tradução, terão forçosamente de ter esse facto em conta, que é também, sem dúvida, um elemento económico, de mercado. Os teóricos e estudiosos da tradução, para lá de apontarem "erros", de identificarem o "bom" e o "mau", têm um papel que vai mais longe: o de constatar as possibilidades oferecidas ao tradutor, analisar as opções deste e enquadrá-las para a sua fundamentação. Para que não tenhamos de subscrever as palavras, algo irónicas, de Newmark, na sua obra de 1981, "*Approches to Translation*" (p. ix)⁷⁶, segundo as quais quem sabe escrever escreve, quem não sabe escrever traduz e quem não sabe traduzir escreve sobre tradução. Uma crítica directa, sem dúvida, dirigida àqueles teóricos que apenas vêem os erros do tradutor sem em nada contribuírem para o processo tradutório.

No período objecto da nossa análise, a nossa formação centrou-se fundamentalmente, como não poderia ser de outra maneira, nas ferramentas electrónicas aplicadas à tradução.

(a) Curso de PowerPoint

Data: 2004

Estabelecimento/Local: Escola EvoluiTech, Lisboa.

Regime: Presencial.

Língua do curso: Português.

Objectivos gerais: Permitir uma utilização de todas as funções do PowerPoint.

Depois de frequentarmos, em 2003, um curso do programa de tradução assistida por computador, o *Trados*, em 2004 frequentámos um curso de PowerPoint, quando muitos dos trabalhos adjudicados pelos nossos clientes passaram a ser apresentados neste formato. A escola proporcionou uma oferta, à época, muito interessante, diversificada e competitiva, em termos de flexibilidade de horários e de propinas.

⁷⁶ Citado em TORRE (2001:151).

O curso revelou-se muito útil para trabalhar com o programa em causa, quer a nível dos textos dos clientes, como, mais tarde, e ainda dentro do quinquénio que analisamos, para criar apresentações para as acções de formação que organizámos.

(b) Curso de pós-graduação "*Technical Translation and Electronic Tools*"

Data: ano lectivo 2004-2005 (5 meses)

Estabelecimento/Local: Universitat Rovira i Virgili - Intercultural Studies Group (Tarragona, Espanha)

Regime: *e-learning* (ensino à distância em linha).

Orientação: Anthony Pym

Língua do curso: Inglês.

Módulos: On e-Learning, Concepts and Realities, Electronic Tools, Translation Strategies, Web site Localization, Projects.

Objectivos gerais: Dotar o tradutor técnico profissional inserido no mercado de trabalho de conceitos e estratégias sobre tradução e de conhecimentos sobre ferramentas electrónicas aplicadas à tradução.

O nome do orientador, e também professor do curso - Anthony Pym -, já nos chamara a atenção em conferências e seminários sobre tradução. Tem sido, sem dúvida, um nome que se tem vindo a impor na teoria e nos estudos sobre tradução, com uma base muito prática, já que Pym foi tradutor, o que lhe dá uma visão muito concreta do mercado, que falta a outros teóricos e estudiosos do fenómeno da tradução. O curso tinha como objectivos específicos, depois de um módulo inicial sobre os problemas que se colocam ao ensino à distância em linha (*e-learning*), questionar noções estabelecidas sobre tradução; fazer a distinção entre uma visão externa e uma visão interna da tradução; introduzir noções básicas de texto, instruções do cliente e de projecto de tradução; estudar casos de relações tradutor/cliente e os dilemas deontológicos apresentados aos tradutores; questionar características do texto de partida; explicar e descrever o processo tradutório e perceber como este pode ser melhorado; debater formas de evitar e corrigir erros; dar noções sobre a ética do tradutor; introduzir aspectos práticos do trabalho no mercado actual (facturas, preços, contratos), enfatizando a cooperação entre tradutores; pesquisar na Internet; dotar o tradutor de competências informáticas (explorar o Word); introduzir as

ferramentas de memórias de tradução ("Déjà Vu"); explorar recursos de tradução na Internet úteis ao tradutor.

O curso revelou-se de enorme utilidade, por analisar em profundidade as questões tratadas, todas elas muito úteis ao tradutor, e pelo lado prático, ao qual foi dada uma extrema importância. No final do curso tivemos de elaborar dois projectos de tradução, um individual e outro em grupo, desde a sua adjudicação até à sua entrega, definindo as funções de cada elemento no caso do projecto em equipa, e utilizando os recursos electrónicos apresentados e explicados durante o curso. Semanalmente tínhamos também de entregar trabalhos individuais.

O curso ajudou-nos a resolver vários problemas que se colocam ao tradutor, quer no referente às relações com o cliente quer, por exemplo, em relação à pesquisa na Internet, à utilização do próprio Word e ao recurso a memórias de tradução.

c) Curso de pós-graduação "*Gestión de Proyectos Culturales*"

Data: ano lectivo 2006-2007 (5 meses)

Estabelecimento/Local: Universitat Oberta de Catalunya (Barcelona, Espanha)

Regime: *e-learning* (ensino à distância em linha).

Língua do curso: Espanhol.

Módulos: O projecto na gestão cultural; A concepção de um projecto cultural (esquema a seguir); Desenvolvimento pormenorizado das várias fases na elaboração de um projecto cultural; A avaliação de projectos culturais.

Objectivos gerais: Definir o que é um projecto, enquanto ferramenta de trabalho na gestão cultural; explicar a concepção dos projectos culturais; mostrar a necessidade e utilidade de uma estrutura a seguir na concepção de um projecto; definir as bases contextuais do projecto; demonstrar como se avaliam os projectos culturais.

Porque nos apercebemos de que a tradução que executávamos estava geralmente inserida num projecto mais vasto, muitas vezes de índole cultural, optámos por frequentar este curso tendo em vista entender melhor as várias fases de um projecto cultural, perceber em que fase ou fases entra a tradução, como todas elas se articulam. A parceria que entretanto tínhamos celebrado com a editora Mercado de Letras foi decisiva para a frequência deste curso, dado que previmos desde o início levar a cabo projectos culturais, que integravam a tradução. Ao longo do curso elaborámos um projecto cultural, que

incluía a tradução como uma das suas fases (projecto de divulgação, através de uma obra em várias línguas, de um município português).

Os métodos de trabalho apresentados no curso revelaram-se particularmente úteis para o nosso trabalho, inclusivamente para os projectos de tradução, pelo que passámos a inclui-los nalguns desses projectos, sempre que nos pareceu pertinente. A sua utilidade traduziu-se numa melhor organização das várias fases do projecto e numa melhor rentabilidade em termos de tempo.

d) Curso de Formação Pedagógica Inicial de Formadores

(Curso homologado pelo IEFP)

Data: 30/05 a 27/07 de 2007

Estabelecimento/Local: Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa

Regime: presencial.

Língua do curso: Português.

Módulos: O formador face aos sistemas e contextos de formação; Factores e processos de aprendizagem; Comunicação e animação de grupos; Objectivos pedagógicos; Planificação da formação; Plano de sessão; Métodos e técnicas pedagógicas; Avaliação da aprendizagem; Recursos didácticos; Acompanhamento e Avaliação da formação.

Objectivos gerais: De uma forma muito genérica, dotar os alunos das técnicas, métodos e recursos para poderem organizar um curso de formação profissional, desde a sua concepção, passando pela sua planificação, pela definição de objectivos gerais e específicos, pela apresentação dos módulos didácticos com recurso a animação de grupos, até à avaliação final dos formandos.

Depois das experiências de apresentação de *workshops*, acções de formação e conferências em estabelecimentos de ensino superior, considerámos que muito teríamos a ganhar com a frequência deste curso, que iria melhorar o nosso trabalho, alertando-nos para novos conceitos, e dotar-nos de mais recursos. O curso é homologado pelo Instituto do Emprego e da Formação Profissional, habilitando-nos com a Certificação de Aptidão de Formador.

O curso incluía ainda uma simulação pedagógica e a apresentação, por escrito, de uma proposta de intervenção pedagógica.

6. Ferramentas electrónicas aplicadas à tradução

A engenharia da linguagem, responsável pela criação das tecnologias da linguagem, é um sector relativamente recente. Visava, inicialmente, chegar a um estágio em que as "máquinas" substituiriam a componente humana na tradução. Todavia, a complexidade das línguas cedo demonstrou que a intervenção humana não é dispensável no acto tradutório, por muito que essas ferramentas tenham evoluído e sejam úteis ao tradutor.

Existe uma variedade considerável de ferramentas electrónicas que são aplicáveis à tradução⁷⁷ e de que o tradutor pode tirar partido: correctores ortográficos (*spellcheckers*) sistemas de tradução automática, *software* para processamento de texto, bases terminológicas, enciclopédias e dicionários electrónicos (como já vimos anteriormente em relação à necessidade de se documentar para traduzir), editores para o formato html e ferramentas para *software* para localização.

Neste capítulo sobre as ferramentas aplicáveis à tradução, vamos unicamente debruçar-nos sobre a tradução automática e a tradução assistida por computador (memórias de tradução).

Os programas de tradução automática têm já quase cinquenta anos, enquanto as memórias de tradução começaram a ser desenvolvidas no início da década de 1990. Qual a principal diferença entre estas duas ferramentas? As primeiras traduzem textos, enquanto as segundas não o fazem, apenas recorrem a memórias que o tradutor terá de introduzir nesses programas, dado que eles são adquiridos "vazios", "sem memória", por assim dizer, que o tradutor vai criando e construindo à medida que vai traduzindo.

De entre os programas de tradução automática, trabalhámos com o Nemo, facultado pelas Instituições europeias, das quais recebíamos os textos já traduzidos pelo programa, sendo-nos adjudicada exclusivamente a revisão dessa tradução automática, também feita nesse programa. Tivemos, no entanto, oportunidade de assistir a várias sessões de demonstração do programa Systran⁷⁸, programa que contempla a língua portuguesa entre as suas línguas de trabalho e é utilizado nas Instituições comunitárias. Em relação às primeiras versões, que nem sequer incluíam a língua portuguesa, as melhorias introduzidas neste programa são consideráveis.

⁷⁷ Consultar o sítio: <http://www.lai.com/companion.html>

⁷⁸ Este programa tem uma página de demonstração na Internet: <http://www.systranet.com>

Entre as vantagens deste tipo de ferramenta, destacamos o facto de poupar tempo ao tradutor, que apenas terá de fazer a revisão da tradução, e o de permitir aceder rapidamente ao conteúdo de um texto numa língua que não se domina (e decidir então se a informação nele contida é interessante e útil). Tem como desvantagens o facto de o tradutor, ao fazer a correcção, se deixar influenciar pela tradução automática, acabando por não detectar os erros (por exemplo, o programa traduz "adesão", em PT, por "*adhesion*" (em EN), quando deveria traduzir por "*accession*"; ou, ainda, não distingue se "*chips*" são "batatas fritas" ou "*chips* para computadores", o que se deve ao facto de a máquina não ter em conta o contexto), e também o facto de se limitar a determinadas combinações linguísticas.

A tradução automática revela-se vantajosa para textos técnicos, jurídicos, por exemplo, sem recurso a figuras de estilo. Exige, ou pelo menos é conveniente fazê-lo, "tratar", numa fase prévia, o texto, de modo a corrigi-lo em termos ortográficos e sintácticos e a eliminar ambiguidades. Conseguem-se hoje já resultados interessantes com esta ferramenta, ainda que limitada ao género de texto a traduzir, às combinações linguísticas e a questões de estilo.

Em relação às memórias de tradução (MT ou TM), podemos dizer que há actualmente uma oferta mais ou menos alargada deste tipo de tecnologia, sendo, porventura, os programas mais difundidos e conhecidos o *Trados* e o *Déjà Vu*. Trabalhámos com ambos e considerámos que o *Déjà Vu* tem uma abordagem mais simples. São, no essencial, muito idênticos e ambos oferecem as mesmas funcionalidades. No entanto, e devido ao custo destes programas, optámos por trabalhar com o suplemento (*add-in*) do Word - o *Wordfast* -, que, no período em análise, disponibilizava uma versão de demonstração (*Demo*), sem limite de validade, passando a partir de 2008 a ter uma duração de 30 dias. Tem as mesmas funcionalidades dos outros programas de memória de tradução referidos, mas o seu funcionamento torna-se, a nosso ver, algo mais simples. Apenas funciona com originais em Word, ao contrário das outras MT mencionadas, que trabalham com praticamente todos os formatos. Trabalhámos ainda com o *Catscradle*, de utilização bastante simples, mas que apenas trabalha com textos em formato html.

As MT são bases de dados que armazenam textos traduzidos e os respectivos originais; o armazenamento do texto, porém, não é feito como um todo, mas por unidades ou segmentos, que podem corresponder a frases ou, e é geralmente o que acontece, a uma série de elementos (correspondentes ou não a um sintagma) ou, inclusivamente, a uma palavra. Pelas mesmas razões que invocámos em relação aos programas de tradução

automática, estas memórias de tradução são úteis para textos técnicos repetitivos ou para o caso de o tradutor traduzir muitas vezes a mesma temática. Em geral, uma percentagem consideravelmente elevada, que chega a ultrapassar os 50%, dos termos pesquisados, já foi utilizada pelo tradutor em anteriores traduções, e a utilidade destes programas reside no facto de o programa "reutilizar" essa tradução ou traduções já feitas anteriormente. As MT vão apresentando segmentos do texto que se está a traduzir (não é visível o texto na íntegra), e todos os segmentos que sejam iguais ou similares (*perfect/exact match, full match, fuzzy match*) a outros já anteriormente traduzidos e que, portanto, o programa tem em memória, são mostrados, tendo o tradutor apenas que indicar, clicando numa determinada tecla, se aceita essa tradução ou se pretende, desta vez, traduzir de outra forma. Caso opte por esta segunda situação, esta nova tradução será também armazenada na memória e mostrada, conjuntamente com a primeira, ou com as várias anteriores, numa próxima tradução em que o mesmo segmento surja. A tradução fica sempre no formato do original, qualquer que ele seja. Para cada texto a traduzir abrem-se várias pastas diferentes: para o original, para o texto traduzido, para a tradução a apresentar ao cliente (no formato do original), para textos de referência, i. e., textos com um conteúdo similar. São criados ainda, à parte, uma memória e um glossário, que poderão servir de material de consulta futuramente ou para entregar ao cliente.

As MT constituem uma ferramenta vantajosa e recomendável para textos repetitivos (como manuais), para diferentes versões de um mesmo texto (como a actualização de documentos) e para textos que apresentam uma fraseologia muito própria (como é o caso de contratos e outros textos jurídicos). Asseguram uma coerência e consistência de estilo e terminológica.

Tanto as MT como os programas de tradução automática exigem três fases: pré-tradução, tradução e pós-tradução. São ferramentas que não são aconselháveis para textos marcados pela originalidade e criatividade nem para tradutores que trabalham com textos sempre diferentes, pelo que o tradutor deverá considerar, face ao trabalho que habitualmente executa, se estas ferramentas lhe trarão ou não vantagens que compensem tanto os custos (com aquisição e actualização) como o tempo dispendido na sua aprendizagem, e deve também saber distinguir a que tipo de tradução as deve aplicar, sob pena de não retirar delas as vantagens que oferecem.

7. O tradutor e a ética profissional

A presente reflexão não ficaria completa se não nos debruçássemos sobre a forma como a actividade foi exercida no período em análise, isto é, se não fizéssemos uma ainda que breve reflexão sobre a ética profissional e a deontologia da tradução.

A ética impõe-se em todos os domínios da actividade humana; a tradução não pode nem deve eximir-se a ela.

Para efeitos desta nossa análise, vamos distinguir entre ética e deontologia, ainda que estes termos sejam considerados, de uma forma geral, sinónimos e se confundam na maioria das vezes. O Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa define estes dois termos da seguinte forma:

Ética. s. f. 1. Filos. Parte da Filosofia que se ocupa dos costumes, da moral, dos deveres do Homem; ciência que trata da ambivalência entre o bem e o mal e estabelece o código moral de conduta; filosofia moral. ≈ Moral. 2. Conjunto de princípios morais e de conduta pelos quais se rege o indivíduo na sua vida ou no desempenho de uma profissão ou actividade ≈ Deontologia.

Deontologia. s. f. 1. Teoria dos deveres morais, do bem e do mal, do que é licito e ilícito. 2. Conjunto dos deveres. (...) Deontologia profissional. (2001: 1612, 1109)

E Augusto Hortal Alonso, jesuíta, professor universitário, reconhecido pioneiro em Espanha da ética das profissões, faz a seguinte distinção: "La deontología habla de lo que es vinculante para todos. De los espacios abiertos y plurales que quedan para el bien se ocupa la ética."⁷⁹

Vamos considerar os princípios deontológicos como aqueles que têm um carácter mais genérico, comumente aceites pela maioria das actividades profissionais e que a já citada APET considerou, de uma forma muito abrangente, no seu código de conduta, a saber, e entre outros, guardar sigilo profissional, cumprir prazos, manter boas relações com colegas e relações de lealdade para com clientes, manter boas práticas comerciais, não criticar de forma negativa e injustificada o trabalho da concorrência, contribuir para a promoção de um trabalho de qualidade. São, assim, normas e deveres que se encontram

⁷⁹ HORTAL ALONSO, A. "Planteamiento de una ética profesional". FERNÁNDEZ, J.L. e HORTAL, A. (comp.). *Ética de las Profesiones*. Madrid: Universidad Pontificia de Comillas, 1994: 57-58.

habitualmente compilados num código que é redigido e aprovado por um conjunto de pessoas que prosseguem um mesmo fim. Pode afirmar-se, então, que a deontologia se ocupa das questões relativas aos deveres, obrigações e direitos de uma classe profissional, visando, através da fixação de regras mínimas aplicáveis a todos, uma conduta profissional ética, isto é, uma actuação consensualmente correcta que procura, simultaneamente, o bom desempenho da actividade (o que poderíamos designar por profissionalismo) e a preservação do prestígio da profissão.

Nesta nossa análise vamos, pois, dar à ética o significado do conjunto de problemas que se prendem com as relações sociais, na sua maioria decorrentes de situações que ocorrem a diário e que condicionam ou determinam as relações que o tradutor estabelece, principalmente, com o texto original e/ou o seu autor, com o seu cliente e/ou destinatário do texto traduzido e, por inerência, com a sua cultura (a cultura da língua de chegada). O que queremos dizer é que as opções que o tradutor tem continuamente de tomar no exercício da sua profissão, e não unicamente durante o processo tradutório, são decisões éticas. Porque toda a tomada de decisões implica valores.

Assim, enquanto a deontologia diz respeito a valores que são aprovados por um grupo, a instância última da ética é a consciência individual. Espera-se que um bom profissional actue com ética, e esta engloba verdade, clareza, lealdade, fiabilidade/exactidão e, subjacente a todos estes valores, compreensão, que é fundamental e imprescindível para alicerçar a confiança mútua entre profissional e cliente. E como diz Anthony Pym, "A client's trust is perhaps the most valuable asset a translator can have"⁸⁰.

Há, pois, um enorme - infinito, diríamos -, enquanto existirem tradutores e clientes de tradução, espaço para a tomada de decisões éticas, que têm vários níveis.

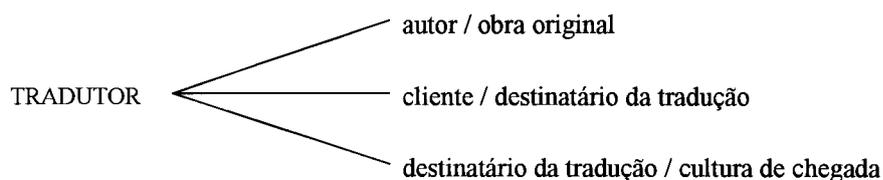


Tabela 7: Os distintos níveis das relações que o tradutor estabelece.

⁸⁰ PYM, Anthony. Material do curso Technical Translation and Electronic Tools, 2004-2005.

O tradutor deve demonstrar um comportamento ético em relação ao autor/texto a traduzir, em relação aos seus clientes e, porque nem sempre coincidem com estes, relativamente aos destinatários do texto traduzido e para com a cultura de chegada, que irá "acolher" o texto original. Acresce que cliente e destinatário(s) do texto podem ter, inclusivamente, interesses opostos. Entendemos que cumpre ao tradutor esclarecer o cliente sobre este tipo de situação e explicar como deve abordar o texto para que este sirva a sua finalidade, que é a dos destinatários (os seus leitores).

Mas deve realmente fazê-lo? E, em caso afirmativo, como? Até onde pode ou deve ir a intervenção do tradutor a este respeito, enquanto "manipulador" de uma cultura? Se o tradutor sente que as instruções do cliente em relação à abordagem do texto são contrárias à finalidade que se pretende que o texto cumpra, deve "avisar" o cliente? Uma decisão ética, que só o próprio tradutor, imerso numa dada situação, pode tomar.

A ética na tradução diz respeito, em primeiro lugar, ao texto original, e respectivo autor, isto é, à fidelidade a estes. A teoria da ética do tradutor chegou a resumir-se ao binómio tradução/traição: ou se é fiel ao original, mantendo no texto traduzido as marcas da sua origem e abrindo a cultura de chegada ao outro, ao estranho, ao estrangeiro, ao diferente, ou na tradução busca-se um texto tão fluente que pareça escrito originariamente por um nativo e não uma tradução, tendo o leitor da tradução a impressão de que não saiu do seu espaço linguístico e cultural.

A fidelidade ao original, ao seu autor, era, no passado, muito valorizada, chegando a ser o único elemento que definia a qualidade da tradução. O grau de fidelidade ética do tradutor determinava a qualidade da tradução; qualquer elemento que pudesse ser visto como um "desvio" era considerado um erro de tradução. Essa fidelidade começou a ser considerada impossível e, inclusivamente, indesejável. Os debates em torno da fidelidade - aos termos? aos conceitos subjacentes? - deram origem ao conceito de lealdade e ao de fiabilidade do tradutor. A ética da tradução desvia o olhar que tinha preso no original e no autor do original e volta-se para o destinatário da tradução, para a sua cultura, a cultura de chegada, que deve deixar entrar o outro e, assim, enriquecer-se. Passa-se de uma fidelidade para uma "hospitalidade".

Porque a fidelidade ao original, essas decisões a tomar para que a tradução seja fiel, não se prendem exclusivamente com a sintaxe, a terminologia, a metodologia, as fontes informacionais, os métodos de pesquisa terminológica, enfim, com tudo aquilo que diz directamente respeito ao produto final, isto é, o texto traduzido.

Essa fidelidade vai mais longe, é mais profunda, pelo que o tradutor tem de ter em conta a relação vertical que as palavras mantêm com o conjunto da estrutura linguística em que se inserem, aquilo que Saussure distinguiu como "relações associativas das palavras" (1986:207). Parece pacífico que "beer" em inglês deve ser traduzido por "cerveja" em português. Acontece, porém, que o leitor inglês associa ao termo "beer" um modo de vida, situações concretas, classes sociais, acontecimentos sociais, etc., enfim, uma função e um valor. Ora, a função e o valor desse produto - a cerveja - varia consoante o contexto cultural que se considera. Deveria traduzir-se por "cerveja" ou, pelo menos em certos contextos, por "vinho", para manter na mente do leitor, agora da língua e da cultura de chegada, essa mesma relação associativa? Outro exemplo: nos Estados Unidos da década de 1960, quando uma criança do ensino primário levava para a escola, para o lanche, uma "apple", deve o tradutor, face a esse contexto cultural e ao de chegada (também neste caso vamos considerar a mesma combinação linguística), traduzir por "maçã" - e mantinha-se a relação sintagmática do termo - ou por "carcaça com manteiga", o equivalente paradigmático, associativo? Já que esse seria o equivalente em termos de frequência, hábito e classe social. Tendo a percepção do objecto num dado contexto, o tradutor pode fazer uso dessa equivalência. Pode? Não estará a fazer prevalecer a sua interpretação do original sobre o significado deste e não estará a vedar aos leitores da sua cultura um conhecimento sobre a cultura do original? Não faz parte também das funções do tradutor estender pontes (entre o autor e o texto original, por um lado, e os leitores da língua e da cultura de chegada, por outro), integrar na cultura de chegada (a sua) o outro, o estranho e diferente? Não quererão conhecer os leitores - agora seus leitores também, leitores da tradução - os traços culturais de outras línguas? A abertura à cultura do outro existe sempre; parece-nos inevitável, já que todos os textos contêm marcas da cultura onde foram produzidos; marcas que é impossível apagar totalmente. A função do tradutor, julgamos - enquanto mediador que é -, é a de permitir uma equivalência até onde ela é admissível e possível, mantendo a coerência do original. Coerência que o texto traduzido deve também manter. Existe uma negociação no acto de traduzir, uma negociação entre textos e entre culturas. E a fidelidade conterà sempre alguma infidelidade, aqui e ali. Haverá perdas, inevitáveis, mas também haverá ganhos. O tradutor tem de admitir que traduzir é "dizer *quase* a mesma coisa", que deve reproduzir o mesmo efeito sempre que isso é possível (e "esse efeito" conta já com a sua interpretação), deve respeitar a intenção do original, ao mesmo tempo que é obrigado a admitir que nem sempre o poderá conseguir.

Os factores respeitantes à relação com o cliente envolvem também decisões, que são, fundamentalmente, decisões éticas. Trata-se, ainda, de decisões que visam ganhar a confiança do cliente, de respeitar a profissão e dignificá-la e de actuar sempre de acordo com a sua consciência e a sua moral. Mas as relações com o cliente nem sempre são fáceis, pacíficas ou, inclusivamente, agradáveis e cordiais, como seria ideal e desejável. Muitas das dificuldades surgidas entre tradutor e cliente são decorrentes do facto de a tradução ser uma actividade muito mal compreendida pelo público em geral, pelo desconhecimento que existe na sociedade relativamente à tradução, ao processo tradutório, ao que este envolve e implica, e sobre o papel e a função do tradutor, convertendo-se frequentemente o diálogo com o cliente num diálogo de surdos-mudos, sem, aparentemente, solução à vista. E é essa solução que o tradutor tem, a cada momento, de saber encontrar, uma solução profissional, para o impasse no diálogo que estabelece com os seus clientes. Tem, em suma, de ganhar a sua confiança e impor-se como profissional competente. Não é tarefa fácil: precisa de tempo, requer um diálogo aberto constante com o cliente e um percurso de experiências sólidas e bem sucedidas entre ambos.

Educating clients is a tiresome, costly and time-consuming business: with some of it will never succeed, and for some translators it will never sit comfortably. But it cannot, I think, be denied that the payoff, if it comes, is immense - not only in terms of enhanced image but also as a result of the business it may generate. (MARTIN 2002:2)

É comum o tradutor ser apontado como o culpado por um texto mal redigido ou pouco claro ou pelos eventuais erros de conteúdo ou de raciocínio, quando muitas vezes esses erros partem do autor, único responsável pelos mesmos. O tradutor de filmes e de obras literárias é frequentemente acusado da má tradução do título, quando o título é da responsabilidade do titular dos direitos dessas obras. Ao tradutor, quando muito, é pedido que apresente - e fá-lo-á se assim o entender ou se a sua imaginação lho permitir - propostas de títulos, mas a decisão final não lhe incumbe. Ou, nas palavras de Raschauer:

Many critics, no defenders,
Translators have but two regrets;
When they hit no one remembers,
When they miss no one forgets. (HORTAL ALONSO 2007:10)

No contexto profissional, existem diariamente situações que requerem este tipo de decisão ética, e o tradutor sente que é testado constantemente: o texto original está mal redigido, chegando a ser incompreensível, tem erros ortográficos, tem dados incorrectos, o prazo é incompatível com a qualidade exigida, ao tradutor são apresentadas palavras ou expressões fora de contexto e o cliente não entende que a tradução não pode ser feita dessa forma, o cliente fica insatisfeito com a tradução apresentada porque nela não encontrou a tal expressão de que gosta e esperava ver no texto traduzido, ao fazer a pesquisa o tradutor encontra o texto já traduzido (por outro tradutor), pede-se ao tradutor com frequência que faça uma revisão de uma tradução que não se pode aproveitar pela fraca qualidade que tem, a meio do trabalho o tradutor é avisado de que o prazo inicialmente acordado tem de ser antecipado, o cliente pede uma revisão da nossa tradução que consideramos "irrepreensível", o cliente acha que a tradução não é fiel ao original porque não é uma tradução à letra... São infundáveis as situações que podem ocorrer e comprometer o relacionamento entre tradutor e cliente, bem como a confiança que é imprescindível gerar-se e existir entre ambos. Referindo-se aos textos originais que são entregues aos tradutores para tradução, diz-nos o Professor Peter Newmark que "... a high proportion of such texts are poorly written and sometimes inaccurate, and it is usually the translator's job to 'correct' their facts and their style"⁸¹. Existe uma forte polémica, inclusive entre os tradutores, se incumbe aos tradutores corrigir os textos dos clientes. E que textos: os originais ou apenas os que ele - tradutor - reproduz? Fizemos nossa prática chamar a atenção do cliente, antecedida de uma fórmula de cortesia (que a comunicação por correio electrónico veio tornar indispensável e obrigatória, dado que a falta de gestos, entoação, tom de voz, que se perderam, e sem os quais o discurso - a palavra escrita - pode parecer mais severo e duro), para o "lapso" do original, que corrigimos na tradução. Da nossa experiência, concluímos que na vasta maioria dos casos (as excepções são raríssimas) o cliente reage bem a este tipo de atitude. E também acabamos por poupar tempo, já que o mais provável é que o cliente acabe por se dar conta do erro e nos faça alterar a tradução mais tarde, com a agravante de concluir que não nos apercebemos de uma "gralha óbvia". Consideramos também que, com este tipo de atitude, o cliente passa a ver o tradutor como um profissional competente, que sabe o que faz, que entende o que traduz e, mais tarde, temos o caminho aberto para que o tradutor seja visto como linguista que acumula a função de "consultor".

⁸¹ NEWMARK, Peter. *A textbook of Translation*. Nova Iorque: Prentice Hall, 1988: 4, citado em MARTIN (2002:1).

Estamos convictos de que, desta forma, ajudamos a melhorar a imagem colectiva do nosso grupo profissional.

Mas estamos conscientes também do perigo que corremos, caso as nossas sugestões ou tomadas de posição não sejam bem recebidas.

Felizmente, percebemos que, com o tempo, o cliente - se não mais ciente do que é a tradução, pelo menos mais consciente da sua necessidade - passou a ouvir mais o tradutor, para o que é imprescindível que este saiba justificar as suas opções. Sem essa confiança, pensamos que o trabalho se torna muito difícil e que, mais cedo ou mais tarde, essa relação se extinguirá.

O tradutor pode ter uma relação de subserviência ou estabelecer uma relação de parceria com o cliente. O cliente tende a pretender estabelecer com o tradutor uma relação de poder, em que ele está no comando: é ele quem diz como quer que a tradução seja feita, que elementos sejam considerados, é ele que avalia a tradução, lhe introduz alterações e, muitas vezes, é ele quem a assina (isto relativamente à tradução não editorial, ainda que se encontrem também algumas excepções em traduções destinadas a publicação). Esta última questão é muito importante, e muitas pessoas, incluindo alguns tradutores, não estão, em nossa opinião, muito sensibilizadas para ela. A tradução literária é assinada pelo tradutor; a tradução técnica, regra geral, não o é. Mas acontece também, por vezes, o cliente ter alterado tanto a tradução do tradutor que este não se revê nela, ainda que leve o seu nome! É uma situação muito melindrosa, que requer do tradutor perícias que extravasam as competências linguísticas. Daí a importância de fomentar um diálogo aberto com o cliente para se poder evitar este tipo de situação ou, no mínimo, poder dar-lhe uma solução satisfatória.

O tradutor vê-se mais numa relação de igualdade, de parceria, de cooperação, com o cliente, e é importante passar a este essa ideia: o tradutor está do seu lado, defende os seus interesses. A cooperação existe quando existem benefícios mútuos, e é isso que é importante nesta relação tradutor/cliente, quando ambos ganham com a relação que estabelecem. Por isso, sempre acompanhámos os clientes mesmo depois de entregar os trabalhos e mesmo depois de os termos cobrado: inquirindo se os folhetos estão a ter o impacto esperado, se o contrato teve consequências positivas, se o processo em tribunal teve o desfecho desejado, se o livro está a vender bem e a receber uma boa crítica, se as instruções da máquina resolveram o problema na fábrica, se os documentos foram suficientes para conseguir a obtenção da nacionalidade... É uma postura que consideramos

importante para que o cliente veja em nós o parceiro e não apenas "aquela pessoa que põe noutras línguas os nossos textos", para que se estabeleça essa cooperação.

É importante também salientar que consideramos que o tradutor não deve impor as suas ideologias e ideias pessoais ao cliente. O cliente tem o direito de apresentar textos "politicamente incorrectos", "socialmente incorrectos", "humanamente incorrectos". Temas como o aborto, a eutanásia, a adopção de menores, a pena de morte, entre tantos outros, não reúnem consensos e são polémicos. Mas não podemos esquecer que existe também o direito à liberdade de expressão. *In extremis*, o tradutor, se se sentir violentado com o trabalho, deve recusá-lo. Evitará, assim, muitos conflitos futuros (para não mencionar já eventuais problemas de consciência). Se o cliente manifesta determinadas pretensões que o tradutor considera que não servem a finalidade desejada, que prioridade se estabelece? O cliente tem sempre razão? Um terreno muito movediço, para o qual não temos resposta, a que só a sensibilidade, a consciência, a ética podem responder, caso a caso.

Enquanto tradutores temos responsabilidades para com os textos originais, os seus autores, os nossos clientes, os leitores da tradução, os referentes, as finalidades, e não podemos esquecer, nesta lista, a responsabilidade que também temos para conosco próprios, com vista a assegurar relações de trabalho estáveis e benéficas a longo prazo. Temos um equilíbrio a alcançar: salvaguardar os interesses do autor e os interesses dos leitores, tentando justificar as relações que estabelecemos com ambos ao mesmo tempo. Texto original, intenção do autor, finalidade do texto na língua de chegada, a realidade que se impõe, por vezes, a tudo isso e que, por essa razão, é o que tem de prevalecer, sem nunca perder de vista a confiança, que importa ganhar e manter. À fidelidade desejada - barómetro da qualidade da tradução -, tão enfatizada há vinte anos, juntaram-se agora outros factores de avaliação e outras responsabilidades profissionais, a ter em consideração na prática tradutória: são valores interpessoais, como a lealdade (aos leitores da língua e cultura de acolhimento) e a confiança (do cliente), sem descurar valores inerentes a toda a actividade económica, como a eficiência e a quota de mercado. A tradução pode, assim, ser vista como um exercício ético, dependente que é da capacidade de decisão do tradutor. Por isso compete a este ponderar seriamente sobre as eventuais implicações ideológicas do seu trabalho, ao introduzir um texto numa outra cultura.

Em vez de uma ética da tradução, que toma partido por uma ou por outra visão e percepção da tradução, talvez devêssemos falar da ética do tradutor, ética enquanto

empenhamento e competência (profissionalismo), sentido do social e humanidade, traduzido num saber-saber e num saber-fazer responsáveis, em contextos diferentes, ao serviço de finalidades e de pessoas diferentes.

Umberto Eco sintetiza-o desta forma:

Sempre considerei que a tradução propriamente dita é uma coisa séria, que impõe uma deontologia profissional que nenhuma teoria desconstrutiva da tradução poderá alguma vez neutralizar. (2005:21)

8. Conclusões

Resumo do relatório. Contributos do trabalho. Perspectivas para o futuro.

Concluído este relatório de actividade 2004-2008, resta-nos a sensação de que muito ficou por dizer. A conclusão sobre um dado percurso - a sua descrição, a sua análise, a reflexão sobre o mesmo - é inevitavelmente plural, ou seja, é tudo aquilo que inclui e, ao mesmo tempo, e ainda que paradoxalmente, tudo aquilo que deixou de fora; é uma porta fechada, a das conclusões que permitiu retirar e, também, uma porta aberta, pelas perguntas e dúvidas que suscita, tanto pelo que foi dito como pelo que ficou por dizer.

Neste relatório tentámos distanciar-nos ao máximo das "musas" e estar o mais perto possível da realidade. Actualizámos números, dados, referências. Do presente trabalho é possível inferir as principais dificuldades levantadas hoje ao tradutor, ao seu estatuto, ao seu papel, à sua visibilidade: a dimensão jurídica da actividade do tradutor é nula ou, quando muito, localiza-se numa zona obscura, por definir, e que se depara com escolhos de vária ordem e natureza. O Estado português - e sabemos que muitos outros Estados europeus - não tem sido exigente com esta classe profissional, designadamente no que concerne à imposição de um "código de conduta" ou de um "código deontológico", que deveria, em nossa opinião, fazer-se cumprir pelos profissionais do sector. Tal medida ajudaria a separar o trigo do joio, o que, na prática, redundaria numa melhor e mais dignificante imagem corporativa. Inclusivamente numa perspectiva liberal, os Estados não podem deixar de definir regras mínimas desta natureza, em nome do bom funcionamento do mercado. Defendemos que se dê a este grupo profissional um tratamento semelhante, por exemplo, àquele que médicos e advogados parecem merecer. Não podemos negligenciar a repercussão e a dimensão da tradução na vida dos indivíduos, das comunidades, das culturas, das nações, para não falar já do potencial de emprego e de negócio que a actividade gera. Razões suficientes também para que o sector dos seguros apostasse na profissão e a defendesse devidamente.

Uma época em mudança, com transformações profundas e rápidas, como foi esta que analisámos, obriga o tradutor a ajustar-se a uma realidade sempre diferente e que lhe coloca novos desafios e exige novas competências e valências. A formação passa a fazer parte da sua actividade, adquire um carácter de obrigatoriedade, como única via que

permite ao tradutor acompanhar o seu tempo e continuar inserido no mercado de trabalho. Ajuda-o a ultrapassar a angústia da novidade, os receios do desconhecido, as incertezas quanto ao futuro. Tentámos alertar para este aspecto, que muitos tradutores desatendem, e chamar a atenção das entidades que consideramos idóneas para complementar e actualizar essa formação. Aliás, escolhemos precisamente universidades para fazer a formação durante esse período, inclusive no estrangeiro. A formação feita no quinquénio em análise revelou-se de uma enorme utilidade e foi, diríamos mesmo, determinante para o nível de sucesso alcançado no exercício da actividade. Não só nos permitiu abrir perspectivas quanto a novas abordagens, como nos possibilitou adoptar um novo e mais profícuo relacionamento com o cliente, fruto, obviamente, de uma segurança inerente a toda a aquisição de conhecimentos. Dotou-nos, ainda, de instrumentos - a vários níveis (processuais, tecnológicos, metodológicos) - que nos permitiram dar, cremos, um salto qualitativo significativo e entender os novos tempos.

Traçámos, neste nosso relatório, um quadro o mais alargado possível do contexto em que decorreu o exercício da actividade neste período: o que foi feito a nível da tradução, o que mudou em relação à tradução. Reflectimos sobre o novo posicionamento do tradutor no processo tradutório, quando passa a desviar o olhar para o destinatário do seu texto - a tradução - por imposição do mercado, da nova era da globalização e das novas relações geradas entre indivíduos e povos, e ainda pela consciência de que a tradução serve um propósito, o da comunicação.

Ficámos cientes de que há ainda muito a aprender sobre o que determina os critérios subjacentes à realização de uma tradução, estudo que cumpre aos académicos e especialistas teóricos do acto de traduzir. Perante este, o tradutor está permanentemente dividido entre a necessidade de ser "fiel" ao texto original e o entusiasmo de perceber que está a "criar", de que está a emprestar as suas próprias palavras, de que está a formar um texto, que é agora um novo texto, diferente do original. Sabe que, mesmo perante as impossibilidades que se lhe possam deparar, tem por missão encontrar uma solução, inclusivamente para a mais atemorizadora das dificuldades ou o mais assustador dos obstáculos. E se, por um lado, o tradutor tem o original e o seu autor e, por outro, os destinatários do texto que ele vai "criar" - e sabe que tem de servir a ambos -, por outro lado ainda, não pode esquecer a indústria editorial, ou num sentido mais lato o seu cliente, qualquer que este seja, que impõe critérios de tradução de acordo com o destino que pretende dar ao produto e adequados à sua própria visão da tradução. O tradutor assume,

então, e além de todas as outras funções, a de negociador. Um negociador que deve estar seguro do seu papel e da sua posição, que deve ser flexível, mas que tem de conhecer muito bem até onde pode e deve ir.

Toda a tradução - tarefa imperativa, da qual o Homem não pode escapar - é um desafio: não deixa de ser um confronto entre o próprio e o outro, no momento em que duas línguas determinadas são presentes uma à outra. Ofício, arte ou ciência: é sempre um desafio, por se saber que a "tradução perfeita", essa equivalência "pura", não existe, o que faz o tradutor ir sempre em demanda da melhor opção entre aquelas que se lhe apresentam, estando no entanto consciente dessa "impossibilidade". Por isso também, traduzir volta a ser, mais uma vez, negociar, e é nessa negociação que o tradutor tem de jogar as suas melhores cartas, fazer uso das suas competências (a vários níveis: linguísticas, extralinguísticas, culturais, informacionais, tecnológicas, etc.).

As novas competências exigidas ao tradutor, os novos recursos, designadamente os tecnológicos (a sociedade tornou-se digital, e a tradução não ficou alheia a esse fenómeno), a que tem agora acesso e que introduz no seu dia-a-dia foram também abordadas. Chamámos a atenção para o contributo destas ferramentas, que podem assessorar o tradutor, o mediador entre culturas e línguas, facilitando-lhe, nalguns casos, dependendo do tipo de tradução, o seu trabalho. Não acreditamos na morte recorrentemente anunciada da actividade da tradução feita por humanos, por pessoas, por tradutores, por nós. O fantasma das "máquinas que traduzem" está longe de assombrar a função de mediador cultural e linguístico que é a do tradutor. A profissão é uma profissão de futuro. Sofrerá novas modificações, adaptar-se-á a novas realidades, mas estamos em crer que será sempre imprescindível e fará parte sempre das nossas vidas.

Avaliámos e reflectimos sobre o trabalho realizado, os diferentes géneros traduzidos, o que os distingue ou aproxima, as vias percorridas, as opções feitas. Referimo-nos aos problemas detectados e às soluções encontradas. Concluimos que todas as mudanças operadas neste período obrigaram a repensar a organização do trabalho, a rentabilizá-lo, já que as novas formas que a actividade requer têm custos acrescidos (com a formação, com novos equipamentos, com a organização de equipas, com a comunicação entre uma rede). Pensamos ter deixado bem claro também o "peso" do mercado nas decisões do tradutor: os textos que traduz, as metodologias seguidas, as opções tomadas. Entre as limitações impostas pelo mercado e o seu desejo e apetência pessoais, o tradutor vai trilhando o seu caminho e fazendo a sua via de especialização. Não existem receitas

nem fórmulas. Cada um faz o seu caminho, diferente dos outros; cada tradutor assume pressupostos ao traduzir que são diferentes dos pressupostos assumidos por outros. Daí que esta seja uma reflexão com base na experiência pessoal, ainda que dela se possam fazer extrapolações. A liberdade de escolha da(s) temática(s) a traduzir aumenta com o incremento da oferta de trabalho, ou seja, com o tempo e com o reconhecimento do trabalho feito, da qualidade, do profissionalismo. Assegurar um lugar num mercado disputado por tantos passa pela qualidade, pela satisfação do cliente, por saber estabelecer com este uma boa relação, por o entender e ganhar a sua confiança. Por entender, também, as tendências e as teorias vigentes.

Não podemos, enquanto profissionais da tradução, descurar a(s) teoria(s), ainda que, no decurso do acto tradutório, o tradutor não se aperceba do uso que dela(s) faz ou nem sequer saiba denominar as várias técnicas a que recorre. Numa actividade claramente intelectual, é essencial que haja uma influência mútua e produtiva entre teoria e prática.

Por último, o compromisso e a ética na actividade que exercemos adquirem para nós o mesmo grau de importância que as competências linguísticas.

A reflexão que tentámos fazer é uma reflexão interminável, e disso estamos cientes. Ocupar-nos-emos sempre e inevitavelmente - enquanto seres humanos, seres da comunicação - da questão da tradução, e tentaremos, ainda que nem sempre com êxito, encontrar soluções e respostas para a nossa PROFISSÃO: *Tradutor*.

Bibliografia

- AUSTERMÜHL, Frank. *Electronic Tools for Translators*. Manchester: St. Jerome Publishing, 2001.
- _____. "Between Babel and Bytes - The discipline of Translation in the Information Age". *AREAS Annual Report on English and American Studies*, n.º 16, 1999: 439-450. Edição em linha: http://areas.iued.uni-heidelberg.de/artikel/Band16_2.pdf
- BAKER, Mona. *In Other Words*. Londres: Routledge, 2006.
- BARNSTONE, Willis. *The Poetics of Translation - History, Theory, Practice*. New Haven e Londres: Yale University Press, 1993.
- BASSNETT, Susan. *Estudos de Tradução*. Trad. de Vivina de Campos Figueiredo. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- ECO, Umberto. *Dizer Quase a Mesma Coisa - Sobre a Tradução*. Trad. de José Colaço Barreiros. Algés: Difel, 2005.
- HORTAL ALONSO, A. *Ética Profesional de Traductores e Intérpretes*. Bilbao: Ed. Desclee de Brouwer, S.A., 2007.
- JIN, Di. *Literary Translation - Quest for Artistic Integrity*. Manchester: St. Jerome Publishing, 2003.
- JORGE, Guilhermina (coord.). *Tradutor Dilacerado - Reflexões de Autores Franceses Contemporâneos sobre Tradução*. Lisboa: Edições Colibri, 1997.
- MARTIN, Tim. *Image and Self Image: Public and Private Perceptions of the Translation*. Luxemburgo: Serviços de Tradução da Comissão Europeia, 2002. Versão digital: http://ec.europa.eu/translation/reading/articles/pdf/2000_tp_tim_martin.pdf
- RICOEUR, Paul. *Sur la Traduction*. Paris: Bayard, 2004.
- SÁBIO, José A. e RUIZ, José (Ed.). *Traducción Literaria - Algunas Experiencias*. Granada: Editorial Comares, 2001.
- SALES SALVADOR, Dora (Ed.). *Documentarse para Traducir*. Granada: Editorial Comares, 2005.
- SAUSSURE, F. de. *Curso de Linguística Geral*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1986.

STEINER, George. *After Babel, Aspects of Language and Translation*. Oxford: Oxford University Press, 1992.

THEODOR, Erwin. *Tradução - Arte e Ofício*. São Paulo: Editora Cultrix, 1983.

TORRE, Esteban. *Teoría de la Traducción Literaria*. Madrid: Editorial Síntesis, S.A., 2001.

WAGNER, Emma. *Contacts between universities and the EU translation services - successes and failures*. Luxemburgo: Serviço de Tradução da Comissão Europeia, 2001. Edição em linha:
http://ec.europa.eu/translation/reading/articles/pdf/2001_05_25_oporto_wagner.pdf

